

Indicadores de saúde e qualidade de vida:

Contextos escolares e universitários

Organizadores:

Berta Leni Costa Cardoso

Claudio Pinto Nunes

Heldina Pereira Pinto Fagundes



Pedro & João
editores

**INDICADORES DE SAÚDE E
QUALIDADE DE VIDA: CONTEXTOS
ESCOLARES E UNIVERSITÁRIOS**



Pedro & João
editores

**Berta Leni Costa Cardoso
Claudio Pinto Nunes
Heldina Pereira Pinto Fagundes
(Organizadores)**

**INDICADORES DE SAÚDE E
QUALIDADE DE VIDA: CONTEXTOS
ESCOLARES E UNIVERSITÁRIOS**



Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Berta Leni Costa Cardoso; Claudio Pinto Nunes; Heldina Pereira Pinto Fagundes [Orgs.]

Indicadores de saúde e qualidade de vida: contextos escolares e universitários. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 208p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5869-920-0 [Impresso]

978-65-5869-921-7 [Digital]

1. Qualidade de vida. 2. Indicadores de saúde. 3. Saúde em contexto escolar e universitário. 4. Saúde docente. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

SUMÁRIO

Apresentação	9
Berta Leni Costa Cardoso Claudio Pinto Nunes Heldina Pereira Pinto Fagundes	
Qualidade de vida e fatores sociodemográficos de docentes do município de Guanambi, Bahia, Brasil em meio à pandemia da Covid-19	17
<i>Claudio Bispo de Almeida</i> <i>Berta Leni Costa Cardoso</i> <i>Maria de Lourdes Silva</i> <i>Deyvis Nascimento Rodrigues</i> <i>Claudio Pinto Nunes</i>	
Adoecimento mental dos professores em tempos de pandemia: implicações na promoção da qualidade de vida desses profissionais	33
<i>Claudiane Sales dos Santos Lima</i> <i>Claudio Pinto Nunes</i>	
Qualidade de vida no trabalho dos profissionais da educação durante a pandemia da covid-19 em uma escola pública do município de Salvador-BA	45
<i>Miriam Cardoso São José</i> <i>Claudivan Coelho Santos</i> <i>Cristiane Lima Magalhães dos Santos</i> <i>Berta Leni Costa Cardoso</i> <i>Heldina Pereira Pinto Fagundes</i>	

Impactos da pandemia na qualidade de vida dos professores do Município de Pindaí	73
<i>Zildete Soares Aranha Azevedo</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
<i>Heldina Pereira Pinto Fagundes</i>	
Qualidade de vida, ansiedade e depressão em docentes em tempos de pandemia	93
<i>Raira Alâna Silva Almeida</i>	
<i>Keyla Iane Donato Brito Costa</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
Motivação e barreiras para a prática de atividade física de universitários	119
<i>Deise Souza Barbosa</i>	
<i>Kalianne Márcia Belém dos Santos</i>	
<i>Mateus Carmo Santos</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
Indicadores de condicionamento físico, qualidade de vida e saúde mental de universitários	137
<i>Héricky Barros Rocha Camargo</i>	
<i>Welton Cardoso Júnior</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
Qualidade de vida no trabalho e estilo de vida como fatores responsáveis pela promoção da saúde e bem-estar	153
<i>Cláudia Cristiane Andrade Barros</i>	
<i>Franciny D'Esquivel Dutra Brizola</i>	
<i>Jaqueline Barreto Santos d'Esquivel</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	

Valorização docente na educação básica: resultados de pesquisas realizadas	177
<i>Deise Máira Silveira Moreira</i>	
<i>Germínio José da Silva Júnior</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
Sobre as autoras e os autores	203

APRESENTAÇÃO

O livro **“Indicadores de saúde e qualidade de vida: contextos escolares e universitários”** tem o objetivo de apresentar à comunidade acadêmica, científica e social algumas das reflexões que temos realizado no âmbito das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq) em parceria com pesquisadores de outros grupos, a exemplo do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (AGENTE/CNPq), do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Atividades Aquáticas e da Linha de Estudo, Pesquisa e Extensão em Atividade Física (LEPEAF/CNPq), entre outros.

Há, desse modo, um esforço em registrar estudos que caminham na direção do acompanhamento do percurso das análises desenvolvidas por pesquisadores em diferentes níveis de seu percurso formativo e de experiência com a investigação científica.

A obra é composta por nove capítulos fruto de investigações realizadas por pesquisadores, estudantes e docentes da pós-graduação, professores da educação básica e demais interessados em estudar sobre o tema em foco, aqui apresentado sob os diferentes olhares e perspectivas.

O primeiro capítulo é intitulado “Qualidade de vida e fatores sociodemográficos de docentes do município de Guanambi, Bahia, Brasil em meio à pandemia da Covid-19” e é de autoria de Claudio Bispo de Almeida, Berta Leni Costa Cardoso, Maria de Lourdes Silva, Deyvis Nascimento Rodrigues e Claudio Pinto Nunes. O estudo objetiva analisar a qualidade de vida (QV) e fatores sociodemográficos de docentes dos diversos níveis de ensino (básico, fundamental e superior) nas esferas municipal, estadual, federal em escolas públicas e particulares do município de Guanambi, Bahia. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo

transversal, que utilizou como instrumento de pesquisa um questionário no formato remoto. Para as análises, utilizou-se a estatística descritiva (distribuição de frequências absolutas e relativas). Os resultados indicam que houve maior frequência os (as) docentes que: eram do sexo feminino (62,5%); possuíam companheiro (a) (64,6%); trabalhavam em apenas uma instituição de ensino (64,6%); não trabalhavam fora da docência (70,8%); atuavam no ensino superior (54,2%); possuíam carga horária de trabalho igual a 40 horas semanais (37,5%); afirmaram que a QV é boa ou muito boa (68,7%); se sentem capazes de resolver suas tarefas (53,7%) ou completamente capazes de realizá-las (40,7%); estão satisfeitos (57,4%) ou muito satisfeitos (13,0%) com a sua capacidade para o trabalho; e, avaliaram sua capacidade para o trabalho como boa (57,4%) ou muito boa (31,5%). Conclui-se que, apesar da situação de pandemia, os docentes dos ensinos básico, fundamental e superior, das unidades de ensino municipal, estadual, federal e particular do município de Guanambi, Bahia, relataram sua QV de forma positiva, se sentiram capazes de realizar o seu trabalho.

O segundo capítulo, “Adoecimento mental dos professores em tempos de pandemia: implicações na promoção da qualidade de vida desses profissionais”, escrito por Claudiane Sales dos Santos Lima e Claudio Pinto Nunes, registra um estudo que se debruçou sobre o adoecimento mental dos professores em tempos de pandemia e as implicações na promoção da qualidade de vida desses profissionais. O objetivo do estudo foi analisar a realidade docente da educação infantil e as principais causas do adoecimento mental. Trata-se de uma revisão de literatura, que consistiu na leitura de livros, artigos e revistas que abordam sobre o tema proposto. Os resultados do estudo apontaram que o adoecimento mental é uma realidade que assola profissionais da educação, acarretando em vários prejuízos para a saúde do docente e para a educação de um modo geral. Constatou-se que é preciso investir em políticas públicas que promovam a qualidade de vida desses profissionais, uma vez que, um profissional

saudável psicologicamente tem maior rendimento no seu trabalho. Conclui-se que existe uma escassez de materiais publicados acerca do tema aqui proposto, refletindo sobre a pouca importância que essa problemática tem tido para as autoridades responsáveis por pensarem, executarem e transformarem a educação.

O terceiro capítulo tem como título “Qualidade de vida no trabalho dos profissionais da educação durante a pandemia da covid-19 em uma escola pública do município de Salvador-BA” e é de autoria de Miriam Cardoso São José, Claudivan Coelho Santos, Cristiane Lima Magalhães dos Santos, Heldina Pereira Pinto Fagundes e Berta Leni Costa Cardoso. O texto presente resulta de uma pesquisa que buscou analisar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação nas aulas remotas em tempos de pandemia da COVID-19 e entender de que forma isso implica na qualidade de vida do docente. Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório, cujos dados foram produzidos por meio da utilização do questionário online disponibilizado no *Google Forms*. A coleta de dados foi feita de forma virtual e contou com a presença de 15 professores e professoras de uma escola pública do município de Salvador-BA. Os resultados revelam casos de docentes que tiveram crise de ansiedade, depressão e falta de tempo para realizar atividades físicas, além de profissionais que sentiram muitas dificuldades para se adequarem ao modelo de ensino proposto no cenário pandêmico. Ao longo da análise foi possível constatar que diversos docentes pesquisados tiveram sua saúde física e mental afetada, além de terem tido a necessidade de investimento em recursos para continuar exercendo o seu trabalho, sem contar o aumento da conta de energia e a extensa carga horária trabalhada, visando atender ao que estava posto pelo sistema educacional público do Estado. Diante dos resultados obtidos, pode-se constatar que nos deparamos constantemente com a insatisfação docente e com fatores que precarizam ainda mais o seu trabalho e afetam a sua qualidade de vida, principalmente ao vivenciar o cenário atípico enfrentado em todo o mundo, por todos, a pandemia da COVID-19.

O quarto capítulo, de autoria de Zildete Soares Aranha Azevedo, Berta Leni Costa Cardoso e Heldina Pereira Pinto Fagundes, é sobre “Impactos da pandemia na qualidade de vida dos professores do município de Pindaí”. O estudo tem como objetivo investigar como anda a qualidade de vida do docente, durante esse período de pandemia, período de aulas remotas, advinda da propagação do Coronavírus a partir do mês de março do ano de 2020. Para o alcance deste objetivo, lançou-se mão de um questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada de forma remota, para os docentes da Rede Pública de Pindaí/BA, nos meses de novembro e dezembro de 2021, com o intuito de adquirir respostas no que concerne à compreensão dos docentes acerca da qualidade de vida e como está acontecendo o trabalho no período de pandemia. De acordo com alguns professores, qualidade de vida perpassa por: viver com tranquilidade, alimentar bem; está bem fisicamente, psicologicamente e espiritualmente; é quando você consegue conciliar vida pessoal e profissional. Em relação à forma de trabalho na pandemia, consideram exaustivo, cansativo, marcado por ansiedade, estresse, insônia, fobia social, dentre outras.

O quinto capítulo é de autoria de Raíra Alâna Silva Almeida, Keyla Iane Donato Brito Costa e Berta Leni Costa Cardoso e se intitula “Qualidade de vida, ansiedade e depressão em docentes em tempos de pandemia”. O texto destaca que a qualidade de vida pode ser entendida como a percepção dos sujeitos sobre sua posição perante a sociedade, permeada por sua cultura, valores e cotidiano. Além disso, ela abarca as expectativas de vida desses sujeitos, bem como as suas formas de pensar sobre a vida, e o comportamento pessoal e laboral do indivíduo pode interferir tanto em sua qualidade de vida quanto definir seu grau de ansiedade e depressão. O estudo objetivou verificar a qualidade de vida, ansiedade e depressão de docentes universitários de uma instituição privada do sudoeste da Bahia. Trata-se de uma abordagem quantitativa, de corte transversal, e, para tanto, utilizou-se o questionário de qualidade de vida Whoqol-100, o

Inventário de Depressão de Beck e o Inventário de Ansiedade de Beck com 30 professores dos cursos da área da saúde. A média dos escores de qualidade de vida nos domínios foi: físico 57,01%; psicológico 63,04%; nível de independência 59,43%; relações sociais 56,46%; ambiente 57,42%; aspectos espirituais 68,33%, apontando que as médias dos escores em todos os domínios são consideradas regulares. Para ansiedade e depressão, constatou-se que os docentes estão com nível grau mínimo, nenhum docente com grau grave de depressão e apenas um para grau grave de ansiedade. Os resultados revelam a relevância de estudos com essa população, bem como a importância para alertar a promoção e a prevenção da saúde, em especial, na área da educação superior, seja ela privada ou pública.

O sexto capítulo aborda “Motivação e barreiras para a prática de atividade física de universitários” e é um estudo produzido por Deise Souza Barbosa, Kalianne Márcia Belém dos Santos, Mateus Carmo Santos e Berta Leni Costa Cardoso. Como o título já indica, o estudo teve como objetivo analisar a motivação e as barreiras para a prática de atividade física de universitários da Universidade do Estado da Bahia (UNEB- Campus XII). Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa do tipo descritiva e exploratória, realizada com 58 discentes matriculados na UNEB, dos cursos de pedagogia, enfermagem, administração e educação física, que responderam os questionários de forma online (sociodemográfico, Inventário de motivação à prática regular de atividade física e Barreiras para prática de atividade física). A amostra da pesquisa contou com 58 estudantes de 19 a 43 anos, sendo eles de maioria solteiros, com público maioritário feminino (79,3%). Foi possível perceber que todas as médias relacionadas à motivação para a prática de atividade física do sexo masculino foram superiores quando comparadas com as do sexo feminino, controle de estresse (33% H/ 29% M), saúde (35% H/ 32% M), sociabilidade (34% H / 31% M), competitividade (32% H/ 28% M), estética (34% H/ 30% M) e prazer (34% H/ 30% M). Podemos destacar que a jornada de trabalho, tarefas domésticas e falta de

equipamento, foram as principais barreiras para a prática de atividade física. **Considerações finais:** Sugere-se que se desenvolva práticas de atividade física na universidade em todo seu período letivo para motivar e facilitar o acesso à essa prática com menos barreiras para esses discentes. Desta forma, a universidade poderá incentivar ainda mais os alunos a terem uma vida mais ativa, saudável e uma melhor qualidade de vida.

Na sequência, o sétimo capítulo é de autoria de Héricky Barros Rocha Camargo, Welton Cardoso Júnior e Berta Leni Costa Cardoso e aborda “Indicadores de condicionamento físico, qualidade de vida e saúde mental de universitários”. O capítulo destaca que um estilo de vida saudável está associado ao incremento da prática de atividades físicas, sejam elas realizadas no âmbito do trabalho, da locomoção, do lazer ou das atividades domésticas, e como consequência, com melhores padrões de saúde e qualidade de vida. O objetivo deste trabalho foi de identificar as questões que envolvem o condicionamento físico e qualidade de vida, verificando também situações que avaliam a saúde mental dos acadêmicos do Curso de Educação Física da Universidade do Estado da Bahia Campus XII. Trata-se de um estudo quantitativo, onde foram aplicados os questionários validados - Short Form-36 (SF-36), International Physical Activity Questionnaire (IPAQ) e o SQR-20 – em 60 universitários e em seguida a realização da avaliação física. Os resultados apontaram que os alunos praticam em média cinco dias de atividades físicas leves durante 50 minutos cada; quatro dias de atividades físicas moderadas com duração em média de 80 minutos e três dias na semana com atividades físicas vigorosas com média de 60 minutos, classificando-os como ativos. Devido ao alto nível de atividades físicas nos universitários pesquisados, foi apresentado também no geral uma boa qualidade de vida, saúde mental, bem como percentual de gordura e índices de massa corporal adequados, com raras exceções. O estudo segue também em prol de busca de alternativas que melhorem a qualidade de vida e saúde da comunidade na qual a Universidade do Estado da Bahia está inserida.

O oitavo capítulo é de autoria de Cláudia Cristiane Andrade Barros, Franciny D'Esquivel Dutra Brizola, Jaqueline Barreto Santos d'Esquivel e Berta Leni Costa Cardoso e tem como título "Qualidade de vida no trabalho e estilo de vida como fatores responsáveis pela promoção da saúde e bem-estar". O texto tem como objetivo primordial analisar a Qualidade de Vida e sua multiplicidade de conceitos, especialmente no que se refere à Qualidade de Vida no Trabalho e Estilo de Vida como fatores que contribuem para a qualidade de vida do indivíduo. A análise aborda o surgimento dessa discussão, bem como sua relação com o ambiente de trabalho e a importância de se ter um estilo de vida saudável. Sustentamos como Marx (1988), Nahas (2017), Gutierrez (2004), Chiavenato (2004), Minayo (2000), os quais além de discutirem os conceitos, apresentam as mudanças nas formas de trabalho ao longo dos séculos, sobretudo como a precarização do trabalho afeta a saúde do profissional. Do ponto de vista metodológico, a investigação se constitui em uma pesquisa bibliográfica e documental que analisa estudos acerca da temática em questão que tem como finalidade apresentar os diferentes aspectos que envolvem a qualidade de vida. Os resultados evidenciam como o modo de produção capitalista reflete na saúde do trabalhador, o investir demanda investimentos em políticas públicas que promovam a qualidade de vida, visto que a qualidade de vida no trabalho e o estilo de vida são fatores que estão interligados na promoção da saúde e da qualidade de vida do sujeito.

O nono capítulo tem como título "Valorização docente na educação básica: resultados de pesquisas realizadas" e é escrito por Deise Máira Silveira Moreira, Germínio José da Silva Júnior e Berta Leni Costa Cardoso. O texto tem o objetivo de apresentar dados de um mapeamento realizado sobre as produções científicas referente à temática da valorização docente na educação básica, tendo em vista conhecer o que está sendo pesquisado, constatado e discutido nesta área de estudos. Para a análise foram utilizadas

teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BTDT) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e trabalhos publicados nos Anais dos eventos nacionais realizados pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Metodologicamente, a pesquisa realizada é de caráter bibliográfico. A partir da análise das teses, dissertações e artigos fica evidente a constante luta e reivindicação pela classe docente por melhorias na profissão. Sendo assim, é necessário elaborar políticas públicas que atendam as demandas da valorização e que ocorra a efetivação na íntegra das que já foram conquistadas.

A publicação do presente livro não intenciona esgotar as discussões sobre as temáticas aqui apresentadas, mas apenas disponibiliza as reflexões que têm sido realizadas no contexto dos grupos de pesquisa que se reúnem neste livro. São análises de quem se encontra na caminhada do aprender constante e que, por isso mesmo, posiciona-se com o desejo de aprender com a crítica dos leitores.

Berta Leni Costa Cardoso
Claudio Pinto Nunes
Heldina Pereira Pinto Fagundes
Organizadores

CAPÍTULO 1

Qualidade de vida e fatores sociodemográficos de docentes do município de Guanambi, Bahia, Brasil em meio à pandemia da Covid-19

Claudio Bispo de Almeida

Berta Leni Costa Cardoso

Maria de Lourdes Silva

Deyvis Nascimento Rodrigues

Claudio Pinto Nunes

Introdução

A Qualidade de Vida (QV) é de cunho individual, somente o indivíduo é capaz de avaliar e qualificar sua vida. A literatura científica a define como uma percepção individual de bem-estar, sendo direta e/ou indiretamente afetada por fatores de ordem socioambientais e individuais que caracterizam o local e as condições de vida do ser humano. Contudo, ainda não existe um consenso no que se refere a uma definição universal do conceito de QV (NAHAS, 2017; GUIMARÃES; FOLLE; NASCIMENTO, 2020).

No entanto, as diferentes definições descrevem que a noção de QV perpassa sobre a compreensão individual no que se refere a sua vida, sua saúde (física e mental), seus relacionamentos sociais, suas crenças pessoais e o meio que o cerca. Além disso, agregam-se a essas definições, as crenças pessoais no que se refere aos conceitos de felicidade, amor, justiça, liberdade e solidariedade (GUIMARÃES; FOLLE; NASCIMENTO, 2020).

Pode-se considerar o estilo de vida (EV) como um dos fatores que interfere na QV, a exemplo do exposto por Nahas (2017) o qual divide o EV em cinco componentes básicos, são eles: práticas de atividade física; nível/estado de estresse; relacionamentos; comportamentos preventivos; e, hábitos alimentares. Ressalta-se

que tais comportamentos são resultantes de hábitos diários de cada pessoa. Neste sentido, outras atividades, como por exemplo, as atividades laborais também acabam fazendo parte do EV, e conseqüentemente, da QV.

A docência é uma atividade laboral, e por sua vez pode gerar impactos na QV, influenciando na saúde física, mental e social dos docentes. Destaca-se que ensinar é uma atividade estressante, associada a doenças cardiovasculares, problemas osteomusculares (dores nos ombros, costas, pescoço, tornozelo/pés) sofrimento psicológicos (ansiedade, depressão, neuroses, irritabilidade, hostilidade e exaustão emocional), desordens do aparelho auditivo e fonador (labirintite, faringite), fadiga, insônia e tensão nervosa. (CEBALLOS; SANTOS, 2015; PIMENTEL; *et al.*, 2016; TOSTES; *et al.*, 2018; SANTOS; ESPINOSA; MARCON, 2020).

Ao abordar a QV do trabalhador Nahas (2017) propõe considerar, além dos cinco componentes do EV citados anteriormente, fatores relacionados ao ambiente e condições de trabalho. Para isso, destaca: ambiente físico; ambiente social; desenvolvimento e realização profissional; remuneração e benefícios; e, relevância social do trabalho. O mesmo autor, ainda, mostra a relação do trabalho com más condições de saúde, como por exemplo, o aparecimento de doenças crônicas, sedentarismo e estresse, e pondera mostrando a importância de programas de prevenção à saúde por meio de ações que melhorem o ambiente de trabalho e promovam estilos de vida saudáveis.

Além dos agravos inerentes ao trabalho, a classe docente passou por um novo elemento estressor, visto que em março de 2020 a pandemia do novo Corona vírus (Sars COV - II), causador da Covid - 19, chegou ao Brasil, doença altamente contagiosa, com potencial de letalidade e, no primeiro momento, desconhecida por médicos e cientistas. Em decorrência da falta de terapia medicamentosa capaz de impedir o contágio e/ou tratar a infecção, a principal forma de prevenção foi o isolamento social que gerou a alteração da modalidade de aulas presenciais para as aulas de maneira remota, por vezes, mediadas por tecnologias.

Contudo, ainda que houvesse incentivos as aulas online, no período pré pandêmico, instituições de ensino e os professores tiveram dificuldades na adesão dessas aulas. (MENDONZA; RODRIGUEZ, 2020)

Durante a paralização das aulas presenciais, as instituições de ensino precisaram responder as cobranças da sociedade civil que exigia das escolas o retorno as aulas e/ou adequação das atividades escolares, levando professores a (re)inventar estratégias educacionais capazes de alcançar os alunos. Os mais otimistas sugerem que essa crise educacional pode ser uma oportunidade de inovar os atuais/tradicionais modelos de ensino, porém, a realidade mostra que essas tentativas de escolarização revelaram e aprofundaram o abismo socioeducacional da nossa população, visto que é notória a exclusão digital da parcela mais pobre. A exigência de readequação das práticas docentes, a cobrança social e a dificuldade de acesso dos alunos às atividades educativas, levaram a intensificação dos sintomas de exaustão e ao desgaste profissional dos professores. (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020)

Neste sentido, torna-se necessário a implementação de estudos que busquem o entendimento sobre os principais aspectos da QV dos docentes, principalmente em decorrência dos impactos que a pandemia gerou nos fatores sociais, pessoais e laborais dos educadores. Diante o exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar, em momento pandêmico, a qualidade de vida e fatores sociodemográficos de docentes dos diversos níveis de ensino (básico, fundamental e superior) nas esferas municipal, estadual, federal e particulares do município de Guanambi, Bahia.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de base populacional, transversal, do tipo *Survey*, realizada por meio de aplicação de questionário, e cada professor participante respondeu o questionário uma única vez.

O local do estudo foi Guanambi, município baiano, situado a 796 km da capital Salvador. Sua extensão territorial é cerca de 1.260 km², apresenta uma população de 78.883 habitantes, sendo 62.565 residentes na zona urbana, e 16.268 residentes na zona rural, com uma densidade demográfica de 60,80 hab/km², com índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) igual a 0,673, tem como base econômica a pecuária, e a principal causa de mortalidade em adultos está relacionada às complicações no aparelho circulatório (IBGE, 2010). Assim, neste município, o público alvo foram os docentes de todas as escolas e universidades, particulares e públicas (municipal, estadual e federal).

Foram incluídos na pesquisa: todos os professores que possuíam algum vínculo (efetivo ou temporário) com as redes de ensino; e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, e assinaram o Termo de Consentimento livre e Esclarecido (TCLE). E, foram excluídos da pesquisa os docentes que: aceitaram participar e não preencherem o questionário, ou que deixarem informações referentes à QV sem preenchimento.

Para coleta de dados foram utilizados os questionários: WHOQOL versão longa - WHOQOL-100, (para QV utilizou-se a questão “como você avaliaria sua qualidade de vida?”, com as opções de respostas: muito boa, boa, nem ruim e nem boa, e ruim) e questões sociodemográficas e laborais (CASTRO NETA, 2020, adaptado de PEREIRA JUNIOR, 2017). Por conta da pandemia, o instrumento não pode ser aplicado de forma presencial, assim, optou-se por disponibilizar os instrumentos aos professores, como formulário de pesquisa único, por meio de link com acesso eletrônico via formulário do *Google forms*. O *link* foi enviado para o e-mail das instituições em que estavam vinculados, e só poderia ser preenchido após a concordância prévia com o TCLE que aparecia antes do início do questionário.

Antes do envio do *link*, em maio, foi feito o contato com as unidades de ensino via telefone para explicar a pesquisa, e em seguida foram enviados documentos que solicitaram apoio das instituições para os pesquisadores entrarem em contato com os

professores. Após este contato, foram enviados e-mails aos docentes, com explicações sobre a pesquisa e a importância da participação, e com o *link* de acesso ao TCLE e ao questionário anexo. Após 15 dias, foi enviado outro e-mail para reforçar a participação. O período de coleta de dados (preenchimento do questionário online) foi de 14/06/2021 a 31/08/2021.

À medida que os docentes respondiam o questionário, as informações eram organizadas em planilha criada pelo *Google forms*, posteriormente organizadas como planilhas do *Microsoft Excel*. As análises dos dados foram iniciadas com ajustes no banco de dados no início do mês de setembro. As análises descritivas foram realizadas no final do mês de setembro e início do mês de outubro, por meio de estatística descritiva e distribuição de frequências (absolutas e relativas). Utilizou-se o programa estatístico IBM-SPSS versão 22.0.

Destaca-se que a presente pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva intitulado “Indicadores de saúde, qualidade de vida e formação de docentes, discentes e profissionais da educação: estudo comparativo entre gêneros”, aprovado pelo nº de CAAE: 43789015.4.0000.0057, e parecer nº: 3.698.290.

Por se tratar de um estudo populacional, estimava-se que a população de estudo estivesse acima de 1000 professores, entretanto, as respostas chegaram apenas a 54, sendo que destes, 48 foram incluídos. As exclusões ocorreram por duas pessoas estarem em cargos de coordenação, e quatro por não terem respondido questões sobre qualidade de vida, fundamentais para este estudo.

Resultados

Os resultados mostram as frequências de respostas dos 48 docentes (100%) que responderam o *Whoqol-100*. Em relação às características sociodemográficas e laborais dispostas na Tabela 1, foram mais frequentes os docentes: do sexo feminino (62,5%); que possuíam companheiro (a) (64,6%); não possuíam filhos (41,7%);

moram com quatro ou mais pessoas na mesma residência (37,5%); possuíam curso de mestrado (37,5%); trabalhavam em apenas uma instituição de ensino (64,6%); não trabalhavam fora da docência (70,8%); atuavam no ensino superior (54,2%); que possuíam carga horária de trabalho igual a 40 horas semanais (37,5%); trabalhavam no turno matutino (39,6%); com renda mensal que supria as necessidades (56,3%); posição da renda familiar como complementar (43,8%); e que eram efetivos(as)/concursados(as) (58,3%).

Tabela 1 – Características sociodemográficas e laborais de docentes, Guanambi, Bahia, Brasil, 2021 (n=48).

Variáveis	% de resposta	N	%
Sexo	100		
Masculino		18	37,5
Feminino		30	62,5
Situação Conjugal	100		
Com companheiro		31	64,6
Sem companheiro		17	35,4
Número de filhos	100		
Nenhum		20	41,7
Um		13	27,1
2 ou mais		15	31,3
Moram na residência	100		
1 pessoa		07	14,6
2 pessoas		12	25,0
3 pessoas		11	22,9
4 ou mais pessoas		18	37,5
Escolaridade	100		
Superior Incompleto		01	2,1
Superior Completo		05	10,4
Especialização		17	35,4
Mestrado		18	37,5
Doutorado		07	14,6
Número de instituições que leciona	100		
1		31	64,6

2		16	33,3
3		01	2,1
Trabalha fora da docência	100		
Não		34	70,8
Sim		14	29,2
Nível de ensino que atua	100		
Educação básica		22	45,8
Educação superior		26	54,2
Carga horária semanal	100		
20 h		15	31,3
40 h		18	37,5
DE*		08	16,7
Entre 20 e 40h		03	6,3
<20h		04	8,3
Turno de trabalho	100		
Integral		18	37,5
Matutino		19	39,6
Noturno		05	10,4
Vespertino		06	12,5
Renda mensal	100		
Supre as necessidades		27	56,3
Não supre as necessidades		21	43,8
Posição na renda familiar	100		
Complementar		21	43,8
Principal		16	33,3
Única		11	22,9
Contrato de trabalho	100		
Efetivo/concursado		28	58,3
Temporário		20	41,7

*DE = Dedicção exclusiva, regime de trabalho.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação à QV, obtida por meio da questão “como você avaliaria sua qualidade de vida?” do *WHOQOL* (Tabela 2), no qual nem todos os dados foram ainda avaliados devido ao curto intervalo de tempo, mas, atendendo ao objetivo principal do

presente estudo, os docentes do município de Guanambi afirmaram que a QV é boa ou muito boa (68,7%).

Além da QV, a Tabela 2 mostra que os (as) docentes se sentem capazes de resolver suas tarefas (53,7%) ou completamente capazes de realiza-las (40,7%), estão satisfeitos (57,4%) ou muito satisfeitos (13,0%) com a sua capacidade para o trabalho, e avaliaram sua capacidade para o trabalho como boa (57,4%) ou muito boa (31,5%).

Tabela 2 – Qualidade de vida e capacidade para o trabalho dos docentes de Guanambi, Bahia, Brasil, 2021 (N de QV=48; N demais variáveis=54).

Variável	% de resposta	N	%
Qualidade de vida	100		
Boa ou muito boa		33	68,7
Ruim		02	4,2
Nem ruim, nem boa		13	27,1
Se sente capaz de realizar tarefas	100		
Completamente		22	40,7
Muito		29	53,7
Médio		03	5,6
Satisfação com a capacidade para o trabalho	100		
Insatisfeito(a)		01	1,9
Muito insatisfeito(a)		06	11,1
Muito satisfeito(a)		07	13,0
Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a)		09	16,7
Satisfeito(a)		31	57,4
Avaliação da capacidade para o trabalho	100		
Boa		31	57,4
Muito boa		17	31,5
Nem ruim nem boa		06	11,1

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Discussão

A práxis docente por muitos anos foi de predomínio da figura masculina, uma vez que o trabalho parte de uma constituição característica de um sistema patriarcal, no qual surgem as vertentes do trabalho produtivo e do reprodutivo, cabendo o homem a primeira categoria e a mulher a segunda. Mas por volta de meados do século XX, ocorreu uma expansão da figura feminina nesses espaços relacionados à docência, instituída assim de feminização na docência, ou seja, a representação feminina passa a ser efetivada, através da representação de um grande número de mulheres que passaram a compor uma área de ocupação laboral, bem como na transformação/ocupação de uma profissão culturalmente associada as práticas feminizadas (SOUZA, 2002; LIMA, 2015; YANNOULAS, 2020; COSTA LIMA *et al.*, 2021).

Caso esse confirmado nos achados da pesquisa, com uma representatividade do sexo feminino, e como tal, a crescente participação de mulheres na docência evidencia outra questão, que é o agregamento de mais uma atividade, uma vez que a mesma já desempenha as tarefas domésticas (em sua maioria) no dia a dia. Surge então, um novo desafio que é conciliar as demandas domésticas com o exercer da profissão (VANALLI; BARHAM, 2012). Em relação às mulheres, no presente estudo, possuem companhia, não possuem filhos, morarem com quatro ou mais pessoas na mesma residência (37,5%), o que pode existir é uma divisão de tarefas, diluição do papel de ser o único arrimo da família e como tal, não ser propiciador de sobrecarga nessa mulher.

Conforme Merigui (2011), a mulher tende a desempenhar uma multiplicidade de papéis, e que essa multiplicidade se correlaciona com o desejo de demandar mais tempo para se dedicar à família e ao trabalho. E justamente ao se pontuar esse investimento no campo do trabalho, como o encontrado na presente pesquisa, referente aos dados de qualificação profissional, não trabalharem fora da docência, possuem carga

horária de igual a 40 horas semanais, renda mensal que supria as necessidades e serem docentes concursados(as).

Corroborando com os resultados acima, e de acordo com Oliveira *et al.* (2015) uma vez que a mulher procurou e consolidou o seu lugar nos espaços educacionais, surge então uma maior demanda pela capacitação, haja vista que a docência requer busca pelo conhecimento constante, cumprimento de altas jornadas de trabalho e constante desempenho de atividades extraclasse, desse modo, demandando muito tempo e dedicação para que a mesma desempenhe a função.

Ao analisar as questões referentes aos achados na presente pesquisa acerca do sentimento de se sentirem muito capazes em realizar uma tarefa, se perceberem satisfeitos com a sua capacidade para o trabalho e de avaliarem como boa a sua capacidade para o trabalho faz-nos trazer para a discussão a questão referente à satisfação que esses docentes apresentam ao realizarem as tarefas. Como tal, diversos são os aspectos em que o indivíduo se relaciona com o trabalho e como elas atravessam e são atravessadas pelas outras instâncias, como a produtividade, absenteísmo, grau de comprometimento com o desenvolvimento das tarefas, estresse laboral, admissão e demissões e a síndrome de Burnout. Além disso, estão diretamente relacionados também com a melhora da autoestima, com a percepção de empoderamento dos indivíduos, aumento da segurança e redução de possíveis conflitos internos e ambivalência nas funções desempenhadas (CERIBELI; NORONHA; REZENDE, 2020).

Segundo Campos, Carvalho e Souza (2019), o lócus de trabalho pode ser visto como um local de alegrias e tristezas, uma vez que o mesmo ocupa boa parte do tempo dos indivíduos. E ao se tratar da docência, ela é caracterizada por eliciar um desgaste mental e intelectual, que está para além da sala de aula, como é o caso de planejamento de atividades e correções das produções dos discentes, atualização profissional e as produções científicas, desempenho de cargos de chefia e pedagógicos, dentre outros. E como tal, essas jornadas de trabalho para além do ambiente

universitário acabam por sacrificar outros campos da vida desse docente e que vem a prejudicar a qualidade de vida desses professores. Portanto, a satisfação com o trabalho tem relação direta com a qualidade de vida, uma vez que essa última, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) caracteriza a qualidade de vida como sendo a percepção que cada pessoa tem acerca da vida, que envolve o bem-estar físico, mental, espiritual, psicológico, emocional, relacionamentos sociais, saúde, educação, habitação, saneamento básico e tantas outras questões da vida.

Em um estudo de revisão integrativa sobre a satisfação do trabalho e qualidade de vida de professores universitários brasileiros, realizada antes do período pandêmico, percebeu-se resultados satisfatórios pela maioria destes docentes (CAMPOS; CARVALHO; SOUZA, 2019), entretanto, vale ressaltar que os autores pesquisaram antes do período pandêmico atual. Em consonância com os resultados da presente pesquisa, ao investigar docentes da educação básica do Sul de Minas Gerais, percebeu-se que eles estavam satisfeitos com a QV no trabalho (BALDIM RABELO; CAMARINI; QUERIDO DE OLIVEIRA CHAMON, 2021).

Apesar da existência de outros estudos sobre a QV relacionados ao período de pandemia, que refletem em situações desfavoráveis, como por exemplo, desequilíbrios emocionais relacionados ao ambiente laboral (TELES; TELLA; BIANCHINI, 2022), desvalorização social e econômica dos docentes (ASSUNÇÃO, 2021) e têm afetados diversos aspectos da própria QV, sobretudo em sua dimensão social (ALVARENGA, et. al., 2020). Estes aspectos não devem ser desconsiderados na análise da QV em tempos de pandemia, pois podem contribuir para uma piora na QV, e na forma de percebê-la, por conta de estados de adoecimentos, ou pelo aumento da demanda de trabalho e da necessidade de adaptação ao trabalho remoto.

No estudo de Nunes *et al.* (2014), eles obtiveram enquanto resultado que o fator de satisfação para os docentes está relacionado a demandas no trabalho como a produção acadêmica, a formação profissional de alunos, as contribuições para o campo

do avanço científico, a contrapartida financeira e o reconhecimento por pares, discentes e a comunidade em geral. Enquanto que existem fatores que podem propiciar uma insatisfação nos docentes, dentre elas: excesso de trabalho, escassez de tempo para investimento na vida pessoal e de apoio governamental para o trabalho, baixos salários e pouco lazer, bem como excesso de demandas de produção.

As autoras Teles, Tella e Bianchini (2022) levantam a discussão sobre a Síndrome de Burnout como consequência destes fatores que surgiram, ou se agravaram, no trabalho realizado por docentes do ensino superior durante a pandemia, e ocasionaram problemas emocionais. As autoras apontam a importância da implementação de programas de qualidade de vida como forma de amenizar esta situação, por meio da melhora do bem estar destes docentes.

Dentre as limitações encontradas, no presente estudo, tem-se a baixa adesão dos docentes à pesquisa, mesmo feita ampla divulgação nas instituições e em algumas redes sociais solicitando a participação e mostrando a importância da pesquisa. Desta forma, as análises mais robustas ficaram comprometidas, limitando-as a parte descritiva. Tal fato pode ter ocorrido por conta do excesso de atividades remotas vivida pelos professores neste momento, o que dificultou a disposição para responder o questionário online. Outro ponto que pode ter contribuído para isso foi o tamanho do questionário, o que fez com que pessoas desistissem de responder por ter ficado muito extenso. Entretanto, os resultados obtidos podem retratar parte da realidade, tendo relevância no contexto pandêmico, porém não pode ser extrapolado para toda a população.

Conclusão

Pode-se concluir que, mesmo a sociedade em estado de pandemia, os docentes relataram uma QV de forma positiva. E, se sentiram capazes de realizar o seu trabalho. Fatos que sugerem

uma adaptação ao trabalho docente durante a pandemia. Entretanto, deve-se atentar à sobrecarga de trabalho e à possível precarização do trabalho docente no período de estudo.

Referencias

ALVARENGA, R. et al. Percepção da qualidade de vida de professores das redes públicas e privadas frente à pandemia do covid-19. **Revista CPAQV**, v. 12, nº. 3, 2020.

ASSUNÇÃO, M.M. Do mal estar ao adoecimento docente em tempos de pandemia. *Ensino Em Perspectivas*, v.2, n.3, p.1-2. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoem-perspectivas/article/view/6244>

BALDIM RABELO, C.; CAMARINI, G.; QUERIDO DE OLIVEIRA CHAMON, E. M. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO COM PROFESSORES DO SUL DE MINAS GERAIS. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 23, n. 2, p. 69 - 80, 10 nov. 2021.

CAMPOS, E.V.; CARVALHO, A.M.A.; DE SOUZA, A.S. Satisfação no trabalho e qualidade de vida de professores universitários brasileiros: revisão integrativa. *Multitemas*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 57, p. 59-77, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/2260/1742>>. Acesso em: 15 mai. 2022

COSTA LIMA, A.B.; CARDOSO, B.L.C.; MALHEIRO, L.C.; SILVA, M.L. A feminização da profissão docente e a construção da maternidade. In: CARDOSO, B.L.C.; NUNES, C.P.; FAGUNDES, H.P.P. (Org). *Condições do trabalho docente: instabilidades e rupturas*. São Carlos: Pedro & João editores, 2021.

CERIBELI, H.B.; NORONHA, V.Q. de; REZENDE, A.F. Qualidade de vida no trabalho e satisfação do trabalhador no contexto da mineração. *Revista Eletrônica de Administração (Online)* ISSN: 1679-9127, v. 19, n.1, ed. 36, Jan-Jun 2020. Disponível em: <<https://>

periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/1718>.

Acesso em: 15 mai. 2022

NAHAS M.V. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 7ª ed. Londrina: Midiograf; 2017.

NUNES, M. F. O.; HUTZ, C. S.; PIRES, J. G.; OLIVEIRA, C. M. Subjective well-being and time use of brazilian PhD professors. *Paidéia*, Ribeirão Preto, SP, v. 24, n. 59, p. 379-87, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/LH4ZpmjfF8mXRhtHp4pVqRD/?lang=en>>. Acesso em: 15 mai. 2022

LIMA, A.M. **Feminização do trabalho docente**. In SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2015, Florianópolis (SC). Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945030_59015b7bd36c8fc038ee6a08466d2345.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CASTRO NETA, A.A. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGED/UESB para obtenção do título de Mestre em Educação. Orientadora: Profa. Dra. Berta Leni Costa Cardoso. 2020.

PEREIRA JUNIOR, Edimilson Antonio. **Condições de trabalho docente nas escolas de educação básica no Brasil**: uma análise quantitativa. 231 f. Tese. (Doutorado em educação). Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2017.

SARAIVA, K; TRAVERSINI, C; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020.

SOUZA, E. R. de. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 379-387, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/zt3GdY G6xDK9YCWsq3dXVWq/?lang=pt>>. Acesso em: 15 mai. 2022

MERIGUI, M.A.B. et al. Ser docente de enfermagem, mulher e mãe: desvelando a vivência sob a luz da fenomenologia social. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. n. 1, v. 19, p. 164-170, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4302>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

MENDOZA, I.D.C.; RODRIGUEZ, M.A.Y. Role of the professor intimates of COVID-19. **International Research Journal of Engineering, IT & Scientific Research**. Vol. 6, No. 6, November 2020, p. 37-44.

CEBALLOS, A.G.C.; SANTOS, G.B. Fatores associados à dor musculoesquelética em professores: Aspectos sociodemográficos, saúde geral e bem-estar no trabalho. **Rev Bras Epidemiol** JUL-SET 2015; 18(3): 702-715.

PIMENTEL, Bianca N. et al. Percepção do ruído, saúde auditiva e qualidade de vida de professores de escolas públicas. **Audiol Commun Res**. 2016; 21: e1740.

SANTOS, E.C.; ESPINOSA, M.M.; MARCON, S.R. Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do ensino fundamental. **Acta Paul Enferm**. 2020; 33:1-8.

TELES, C.C.; TELLA, L.; BIANCHINI, L.G.B. A Síndrome de Burnout em professores do ensino superior no período de pandemia do Covid-19. **Revista Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, v. 33, jan /mar, 2022. Disponível em; DOI: doi.org/10.47247/1809.1628.33.172

TOSTES, Maiza V., *et al.* Sofrimento mental de professores do ensino público. **SAÚDE DEBATE**. RIO DE JANEIRO, V. 42, N. 116, P. 87-99, JAN-MAR 2018

GUIMARÃES, J.R.S.; FOLLE, A.; NASCIMENTO, R.K. Qualidade de vida de professores: análise da produção científica. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 61, p. 01-21, janeiro/março, 2020

YANNOULAS, S. (coord.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. 1. ed., Brasília: Editorial Abaré, 2013.

Disponível em: <[https://www.oitcinterfor.org/en/node/5468#:~: text=Trata%2Dse%20de%20uma%20pesquisa,calçadas%20teoricamente%20em%20recortes%20originais.](https://www.oitcinterfor.org/en/node/5468#:~:text=Trata%2Dse%20de%20uma%20pesquisa,calçadas%20teoricamente%20em%20recortes%20originais.)>. Acesso em: 15 mai. 2022.

VANALLI, C.G.; BARHAM, E.J. Após a licença maternidade: a percepção de professoras sobre a divisão das demandas familiares. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n.1, p. 130-138, 2012.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/WTZJPvtMbK6b3h7WBV3NsYj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

OLIVEIRA, M.M.; MENEZES, R.S.S.; ALCÂNTARA, V. de C.; SILVA, F.D.; SILVA, N.N. Conciliando a carreira docente e família: um estudo comparativo entre professoras de instituição de ensino superior pública e privada. **Oikos: Família e Sociedade em debate**, v. 26, n. 1, p. 69-102, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3699>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CAPÍTULO 2

Adoecimento mental dos professores em tempos de pandemia: implicações na promoção da qualidade de vida desses profissionais

*Claudiane Sales dos Santos Lima
Claudio Pinto Nunes*

Introdução

O adoecimento mental dos professores da educação básica tem se configurado como um dos problemas que mais tem afetado diretamente a qualidade de vida dos docentes, implicando em afastamento dos profissionais para possíveis tratamentos e prejuízos diretos e indiretamente a educação. Nesta perspectiva, a precarização das condições e relações de trabalho, a desvalorização profissional e a necessidade formação continuada para atuação com as novas ferramentas de educação; baixa remuneração; sobrecarga de trabalho; falta de reconhecimento; aumento da violência no cotidiano escolar (principalmente de alunos contra professores) e a insatisfação dos profissionais com as demandas cotidianas da profissão, dentre outros, tem sido as principais causas do adoecimento mental desses profissionais, que são fundamentais nessa e em outras modalidade da educação infantil (CARDOSO; NUNES; MOURA, 2020).

Diante desse contexto, surge como questão problema para esse estudo a seguinte indagação: como o adoecimento mental tem afetado a atuação e a qualidade de vida dos professores da educação infantil? O interesse em discutir essa temática surgiu pelas poucas experiências obtidas no decorrer da carreira profissional enquanto professora auxiliar da educação especial, atuando junto ao professor regente da educação infantil, pode-se

perceber as angústias dos docentes em relação a diversas demandas, trazendo a percepção do elevado número de profissionais afastados por motivo de saúde.

A experiência mencionada acima, provocou inúmeras inquietações, o que levou a pensar em desenvolver uma pesquisa que trouxesse resultados mais relevantes e concretos que apontam esse fato, e que através da mesma, sejam estimuladas a criação de políticas públicas que assegure a esses indivíduos a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O adoecimento mental desses profissionais foi impulsionado ainda mais depois da pandemia, agravando os problemas de adoecimento mental, que se tornou mais uma preocupação para os docentes, que de forma abrupta tiveram que se adequar a novas modalidades de ensino da educação infantil.

O medo de uma possível contaminação, a necessidade de adquirir habilidades tecnológicas para atuar no modelo de ensino remoto, além de ter que se adequar a essa “nova realidade” impulsionou ainda mais o surgimento de vários transtornos emocionais e psicológicos, como ansiedade, depressão e a síndrome de Burnout. Assim, se faz jus o desenvolvimento de pesquisas que enfoquem essa temática.

Silva (2017, p. 40) ressalta que o modelo neoliberal contribuiu ainda mais para o pressionamento dos trabalhadores, em especial, os da educação “uma das implicações apontadas foi a desresponsabilização do Estado sobre o papel social, ou seja, instaurou-se uma tensão no sentido de deixar as áreas da saúde, educação e assistência a cargo do indivíduo e aberto à iniciativa privada”. Essa nova modalidade de gestão político-econômica impactou significativamente a educação, o trabalho dos professores e os indicadores de saúde/adoecimento dessa categoria profissional (NETA; CARDOSO; NUNES, 2020).

Outra questão relevante que tem contribuído para o adoecimento mental dos docentes, está relacionado as transformações ocorridas nas funções desempenhadas por esses profissionais, no decorrer do processo de desenvolvimento da

educação brasileira. A função da escola, que até então se restringia a formação do indivíduo e seu desenvolvimento, passou a assumir outra função distinta, assumindo também papel de formadora de trabalhadores para atender à demanda do mercado (CARDOSO; NUNES; MOURA, 2019).

Para tanto estabeleceu-se como objetivo para essa pesquisa analisar a realidade docente da educação infantil e as principais causas do adoecimento mental. O método do artigo trata-se de uma revisão de literatura, que consistiu na seleção minuciosa de livros, artigos e revistas que abordam sobre o tema proposto. Quanto a relevância social dessa pesquisa, se manifesta no sentido de que essas discussões trazem reflexões sobre as causas, consequências e possíveis soluções para a temática abordada, uma vez que se faz necessário criar estratégias que diminua as altas incidências de adoecimento mental dos profissionais da educação, que afetam diretamente o bom desempenho da educação básica.

O adoecimento mental e os impactos na qualidade de vida do docente da educação infantil

No contexto atual, caracterizado pelas efêmeras transformações socioeducacionais, culturais e tecnológicas, observa-se uma maior pretensão do aumento dos casos de violência, sobrecarga de trabalho e à intolerância, fatores que incidem na situação dos profissionais em educação, por estes estarem cotidianamente em contato com tal realidade e à mercê das doenças e síndromes suscitadas por esse ambiente nocivo de trabalho (CARDOSO; NUNES; MOURA, 2019).

Diante disso, o adoecimento e conseqüentemente, o afastamento de vários profissionais da educação de suas funções, tem se tornado cada mais comum, por conta das complicações de saúde. De acordo com Cardoso; Nunes e Moura (2019, p.125) “o trabalho, que até então era visto como efetivação e/ou modo de sobrevivência,“passa a ser um fardo, acarretando a queda de seu rendimento e de seu comprometimento como profissional, ou até

mesmo o afastamento desses indivíduos do convívio social, dentre outras problemáticas”.

Diante dessa constatação, é fundamental discutir essa temática, tendo em vista essa realidade que tem afetado grande parte dos docentes, chamando a atenção dos órgãos de educação, visando incluir como política pública a oferta da qualidade de vida para os docentes, uma vez que esses profissionais são fundamentais no processo da construção de uma sociedade mais justa e igualitária para os cidadãos que nela residem.

Nesse sentido, é fundamental a criação e ou efetivação de políticas públicas que visem ofertar aos profissionais da educação melhores condições de trabalho, oportunizando a sua qualidade de vida, o que irá refletir em melhores desempenhos no desenvolvimento de função docente.

Cabe ressaltar que os fatores que ocasionam o adoecimento mental já citados nesse estudo, reapresentam apenas uma pequena parcela frente a um contexto ainda desconhecido, contudo, é fato que o adoecimento dos profissionais da educação tem atingido um número elevado de profissionais que abandonam a profissão, crescendo consideravelmente a cada ano.

Corroborando com essa questão Reis et al. (2006, apud, CARDOSO; NUNES; MOURA, 2019, p. 127) ressalta que?

[...] ensinar é uma atividade, em geral, altamente estressante, com repercussões evidentes na saúde física e mental e no desempenho profissional dos professores. Isso se evidencia pelo grau de envolvimento e comprometimento do docente diante do ato de ensinar que é, por excelência, um ato de troca, de contato. Estes autores afirmam ainda que, quando os objetivos não são alcançados, o resultado torna-se desastroso para o professor que, engajado com sua profissão, se frustra diante da não obtenção de êxito, da falta de reconhecimento e valorização, e essa frustração, por sua vez, pode acarretar sérias consequências à saúde do profissional.

Nesta perspectiva, os desafios do ato de ensinar perpassa por todas as modalidades educacionais, e na educação infantil não é

diferente, na qual esse profissional atua de forma ininterrupta durante toda a semana, com a mesma turma, o que na maioria das vezes, os impasses parecem serem piores, pois as problemáticas surgidas no contexto da turma na qual o professor atua, exigirão dele ainda maior habilidade para contorná-los, como por exemplo, as dificuldades de aprendizagem, a indisciplina além da necessidade de formação continuada devido as efêmeras transformações que ocorrem constantemente no cenário contemporâneo.

Um fato que chama a atenção, segundo alguns estudos já realizados sobre a temática é a maior propensão dos professores do sexo feminino serem acometidos por adoecimento mental (CARDOSO; NUNES; MOURA, 2019).

Neste contexto, cabe ressaltar que as políticas neoliberais fragilizaram direitos sociais e trabalhistas (PIOVEZAN, 2017). Provocando o “descarte” da classe trabalhadora tornou-se, deixando-os vulneráveis ao desenvolvimento dos processos de adoecimento. Os impactos causados pela reestruturação do estado, atingiram em cheio a escola e conseqüentemente, trabalho docente (NETA; CARDOSO; NUNES, 2020).

Diante disso, passou a existir um maior controle sobre as atividades docentes, tanto em relação à forma de ministrar aula, quanto aos conteúdos instruídos e às formas de avaliação (NETA; CARDOSO; NUNES, 2020). Com isso, os professores passaram a sofrer com as pressões internas e com o rigoroso controle sobre seu trabalho. Agregados à flexibilização e intensificação do trabalho, o relaxamento nas formas de contratação, o arrocho salarial e a alienação, submetem os docentes a um grave quadro de sofrimento psíquico (NETA; CARDOSO; NUNES, 2020, p. 127).

Dessa forma, o professor depara-se quase sem ou com sem nenhum suporte, encontrando-se quase sempre à mercê de todas essas mazelas, e o resultado são os inúmeros casos de afastamento desses profissionais, que são vítimas da exaustão, de síndromes diversas, como a de burnout, entre outras.

Assim, Tavares (2007, p. 19) ressalta que ser professor no contexto atual é:

[...] uma das profissões mais estressantes na atualidade. Geralmente as jornadas de trabalho dos professores são longas, com raras pausas de descanso e/ou refeições breves e em lugares desconfortáveis. O ritmo intenso e variável, com início muito cedo pela manhã, podendo ser estendido até à noite em função de dupla ou tripla jornada de trabalho. No corre-corre os horários são desrespeitados, perdem-se horas de sono alimenta-se mal, e não há tempo para o lazer. São exigidos níveis de atenção e concentração para a realização das tarefas. Quando o trabalho é desprovido de significação, não é reconhecido ou é uma fonte de ameaças à integridade física e/ou psíquica acaba por determinar sofrimento ao professor.

Assim, o trabalho para esse profissional acaba se configurando como uma frustração, devido ao sofrimento se manifestar muito mais do que a satisfação, e o isolamento torna-se o único refúgio e saída (DEJOURS, 1992). Dessa forma, é essencial que seja pensado e estimulado dentro das escolas o desenvolvimento da saúde emocional e mental dos educadores do nosso país, tendo em vista, a educação ser considerada como a chave que abre todas as portas, em qualquer lugar do mundo, sendo de extrema importância para a formação social, cultural, educacional e política dos indivíduos, sendo percebida como o caminho que uma sociedade trilha em busca de uma vida melhor (SILVA; LIMA, 2020).

Assim sendo, todo profissional da educação, deveria contar como prioridade, a valorização em todos os aspectos, pois, de nada adianta ter uma boa remuneração e não ter qualidade de vida no próprio ambiente de trabalho, por exemplo. Os educadores passam por esse cansaço extremo, por esta sempre à procura de um bom desempenho, seja em sala de aula, seja em atividades extraclasse.

Com isso, a promoção da qualidade de vida dos docentes perpassa por uma gestão escolar comprometida com o bem estar desses profissionais, sendo papel do diretor promover uma integração

mesmo com divergências, agir numa perspectiva que promova a qualidade de vida para professores e funcionários da escola.

Trabalho docente, adoecimento mental e pandemia da Covid 19

Com a chegada da pandemia de Covid 19 os problemas relacionados ao adoecimento mental não só dos docentes, mas também de outros profissionais das mais distintas esferas, ocasionando o afastamento dos mesmos, provocando prejuízos para o setor em que esses indivíduos trabalham. Os efeitos do adoecimento mental trazem sérias consequências não só para a saúde do trabalhador, mas acarreta em diminuição da qualidade do trabalho ofertado, sobrecarga de trabalhos para os demais funcionários e adoecimento dos demais funcionários que terão que desdobrar seus afazeres para da conta das demandas existentes nesses ambientes.

Além do adoecimento mental, os profissionais da educação se viram ameaçados pelo medo de contrair a doença do corona vírus, ou até mesmo muitos foram infectados o vírus e vieram a falecer, aumentando a angustia e medo dos docentes que se viram obrigados a trabalhar ainda que de forma remota, tendo que adquirir habilidades tecnológicas de forma abrupta para conseguir dar conta do seu trabalho (ANDRADE, 2020).

Diante desse contexto, era preciso assegurar os direitos de educação dos alunos mesmo diante da realidade adversa, caracterizada por tempos difíceis com tantos desafios, lidar com o distanciamento social e oferecer um ensino de qualidade através da EAD (Ensino à Distância) configurando-se o desafio nesse contexto de pandemia causada pela COVID-19 (ANDRADE, 2020).

São vários os impactos que a pandemia tem provocado na saúde da população e de todos os profissionais, e entre eles, dos professores. Dentre esses impactos ressalta-se o desenvolvimento do seu trabalho, que a partir desse contexto de pandemia, as escolas particulares passaram a desenvolver atividades à distância como estratégia de ensino (ANDRADE, 2020).

Segundo Pereira; Santos e Manenti (2020 p.29) a pandemia causada pelo COVID-19 traz consigo para o sistema educacional, além de vários outros elementos corrosivos,

[...] a custosa demanda da constante “reinvenção docente”, transmutada esteticamente quanto uma necessária manutenção de uma educação remota que se faça ativa, presente e minimamente acessível sem considerar, entretanto, as lacunas das condições trabalhistas, estruturais e até mesmo formativas destes profissionais da educação.

Dessa forma, novos métodos, novas tecnologias e ferramentas de ensino aprendizagem foram inseridas na rotina do docente que precisou aprender a lidar com esses recursos em tempo recorde. As aulas passaram a ser síncronas e assíncronas, e o trabalho passou a ser desenvolvido a partir de casa e o docente precisou se adaptar para receber seus alunos de forma virtual (PEREIRA; SANTOS; MANENTI, 2020).

De acordo com Andrade (2020, p. 33):

São muitos acontecimentos que se sucederam nesses tempos de crise, como as novas formas de trabalhar, o distanciamento social, um grande número de mortes no mundo todo, o que levou a uma vulnerabilidade emocional e psicológica do profissional docente. Apesar do alarmante crescimento da doença e das mortes no período de fevereiro a junho, brigas políticas aconteceram. Em meio a todo esse caos vivido pela população, o Presidente da República, demite dois Ministros da Saúde por discordâncias entre eles e o governo. O primeiro foi no dia 16/04/2020, o Médico Henrique Mandetta, que em coletiva no dia 15/04, no Palácio do Planalto, disse que era claro o “descompasso” entre a pasta e as orientações do presidente.

Nessa perspectiva as literaturas relacionadas as condições do trabalho e os impactos na saúde mental advertem que a circunstância de exploração e precariedade das condições de trabalho têm resultado em prejuízos preocupantes à saúde de

professores e demais trabalhadores da educação (PEREIRA; SANTOS; MANENTI, 2020).

É notório a visualização de um indicador ascendente no processo de adoecimento entre os docentes nos últimos anos, trazendo como resultado o sofrimento mental como uma das formas mais preponderantes deste adoecimento, ligado às novas condições de trabalho.

Com isso, ao se referir ao sofrimento mental dos professores, compreendido “através de um contíguo de manifestações do corpo e da psique, como estresse, ansiedade, depressão e fadiga, elementos que seria a introdução da expressão contemporânea ‘mal-estar docente’” (TOSTES et al., 2018, p. 90). No estudo realizado por Andrade (2020, p. 36) constatou-se que a maioria dos professores tiveram dificuldades “com relação ao uso das tecnologias”. “Os professores (as) destacaram que gostariam de ter recebido apoio como: edição de vídeo, suporte técnico pois não se sentiam preparadas”. Essas problemáticas ressoaram diretamente na conjuntura de oferta e acesso do ensino remoto à população brasileira, especialmente, nas periferias, atingindo em cheio as classes sociais mais pobres, escancarando e acentuando o cenário de desigualdades e distinções já presentes na Educação ofertada em nosso país.

Assim sendo, é fato que a pandemia contribuiu bastante para o agravamento do adoecimento mental dos professores, devido à grande pressão e a necessidade de ter que manusear novas ferramentas tecnológicas, que até então nunca haviam utilizado esse tipo de recurso. E para isso é fundamental que seja proposto políticas públicas voltadas a promoção da qualidade de vida dos profissionais da educação, uma vez que só é possível prevenir o adoecimento de novos profissionais da educação se houver um investimento na melhoria das condições de trabalho desses indivíduos, ofertando aos mesmos novas possibilidades de promover um bom trabalho.

Considerações finais

É notório que as condições de trabalho do profissional de educação não são das melhores possíveis, o que tem refletido no adoecimento, tanto físicas, quanto psicológicas. As condições desfavoráveis, a desvalorização salarial e profissional além da falta de estrutura e recursos adequados para o desenvolvimento do docente de qualidade, tem sido uma das principais causas do adoecimento desses profissionais.

Observa-se que é necessário investir na promoção da qualidade de vida dos professores, além de criação de políticas públicas que propicie a valorização salarial e profissional desses indivíduos para que os mesmos possam sentirem-se estimulados a realizarem seu trabalho de forma mais comprometida, além contribuir para a melhoria no seu quadro de saúde.

Dessa forma, os impactos psicológicos causados nos docentes e que tem relação direta com a COVID-19, coexistem conjuntamente, os abalos biopsicossociais provocados pelas medidas preventivas de contenção da pandemia, como por exemplo, os efeitos da quarentena e do isolamento social, que limitaram não somente nossas interações presenciais e relações sociais, bem como, restringem o lazer e entretenimento, sendo estes, também considerados como potenciais fatores de risco à saúde mental e bem-estar emocional.

Assim sendo, o adoecimento mental dos docentes na educação infantil é uma realidade que cada vez mais tem sido corriqueiro, havendo, portanto, a necessidade de criar políticas públicas e intervenções efetivas que promova a qualidade de vida dos mesmos, além da saúde desses profissionais que a tanto tempo vem sendo expostos a diversas situações desfavoráveis, como por exemplo, a desvalorização ao longo de sua carreira, o que requer um olhar atento das autoridades e da sociedade de uma forma geral, promovendo novas melhorias as condições de trabalho desse profissional.

O presente estudo encontrou limitações, como por exemplo, na escassez de outros estudos publicados acerca do tema abordado, havendo a necessidade de maiores produções acerca do tema abordado.

Referências

ANDRADE ERS. Adoecimento no trabalho docente em tempos de pandemia: **impactos na saúde dos professores dos anos iniciais de uma escola da rede pública do DF**. BRASÍLIA-DF 2020.

CARDOSO, JF; NUNES, CP; MOURA, JS. Adoecimento docente: uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/BA. **Revista Teias** v. 20 • n.57 • Abr./Jun. 2019 • Pesquisa em Educação em múltiplos contextos.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

MINAYO, M. C. S. **Introdução**. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 19-51.

CASTRO NETA, A; CARDOSO, BLC, NUNES, CP. Adoecimento docente: um produto do capitalismo. **Linguagem, Educação e Sociedade LES**. Teresina, Ano 25, n. 46, set./dez. 2020. ISSN 2526-8449 (Eletrônico) 1518-0743 (IMPRESSO).

PESSOA PEREIRA, Hortência; VIANA SANTOS, Fábio; AGUIAR MANENTI, Mariana. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 26-32, aug. 2020.

PEREIRA, HP; SANTOS, FV; MANENTI, MA. saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. **Boletim de conjuntura (BOCA)** ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

- PIOVEZAN, Patricia Regina. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.
- REIS, E.J.F.B.; ARAÚJO, T.M.; CARVALHO, F.M.; BARBALHO, L.; SILVA, M.O. Docência e exaustão emocional. **Educação & Sociedade**, 27 (94), 229-253, 2006.
- SILVA, E. LIMA, SD. **A qualidade de vida do docente da escola pública**, RioGrande do Sul. 2020.
- SILVA, Livia Machado. **Medicalização e síndrome de burnout: um olhar sobre o adoecimento docente**. 2017. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- TAVARES, E.D.; ALVES, F.A.; GARBIN, L S.; SILVESTRE, M.L.C.; PACHECO, R.D. **Projeto de qualidade de vida: combate ao estresse do professor**. [S.l.: s.n], 2007.
- TOSTES, M. V. et al. “Sofrimento mental de professores do ensino público”. **Saúdeem Debate**, vol. 42, n. 116, 2018.

CAPÍTULO 3

Qualidade de vida no trabalho dos profissionais da educação durante a pandemia da covid-19 em uma escola pública do município de Salvador-BA

Miriam Cardoso São José
Claudiovan Coelho Santos
Cristiane Lima Magalhães dos Santos
Berta Leni Costa Cardoso
Heldina Pereira Pinto Fagundes

Introdução

Durante o ano de 2020 se propagou em nível global o vírus da Covid-19, vírus esse que tem como destaque o seu alto nível de contágio e seu modo de conduzir o indivíduo a óbito atacando seu sistema respiratório (LIMA, 2021).

Devido a este acontecimento, foi decretado pelo governo a quarentena e isolamento social. Os comércios não essenciais deixaram de funcionar e as atividades educacionais presenciais foram paralisadas (LIMA, 2021).

“Desde março de 2020, cerca de 48 milhões de estudantes deixaram de frequentar as atividades presenciais nas mais de 180 mil escolas de Ensino Básico espalhadas pelo Brasil como forma de prevenção à propagação do coronavírus” (GRANDISOLI; JACOBI; MARCHINI, 2020, p. 1). Diante do momento pandêmico, o ensino tornou-se remoto garantindo a continuidade do processo educativo. Porém, essa mudança repentina na educação também trouxe consigo consequências na qualidade de vida do profissional que trabalha no âmbito educacional (LIMA, 2021).

Dentro das consequências geradas com essa nova rotina, muitos professores tiveram muita dificuldade em se adaptar às aulas remotas. Além da necessidade de adaptação para as aulas, também surgiu à necessidade dos profissionais da educação investir na internet e recursos tecnológicos para que houvesse melhor desempenho em seu trabalho. Considerando esse fator, é importante salientar que isso envolveu um esforço financeiro pessoal do docente para que ele pudesse pagar para exercer seu trabalho da melhor forma eficaz (ALVES, 2021).

Dessa forma, o tempo de trabalho se tornou mais uma das consequências geradas pela virtualização das aulas durante a pandemia da COVID-19. Mesmo que não tivessem que se deslocar para a escola, os professores transformaram a sua casa em ambiente de trabalho em tempo integral, fazendo planejamento de aula, edição de slides e vídeos, elaboração e correção de atividades, gravação de aulas para auxiliar os alunos e etc. Todo o seu trabalho foi ampliado criando situações delicadas e estressantes que acabaram afetando a qualidade de vida desse professor, sua saúde e relacionamentos (SOUZA, 2021).

O estresse oriundo das exigências do trabalho somado à situação enfrentada por todo o mundo, a fragilidade na política pública educacional, extensas demandas no trabalho, atividades burocráticas e demais situações, tornam possível o adoecimento mental por parte do profissional da educação, principalmente considerando que a categoria docente já é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das classes vulneráveis e propícias a ter seus efeitos de adoecimento ampliado. Esse reflexo do trabalho pode afetar a qualidade de vida do profissional da educação, além de precarizar ainda mais o seu trabalho (RODRIGUES, 2021; SOUZA, 2021).

Diante disso, a discussão torna-se relevante, pois é necessário compreender as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação nas aulas remotas em tempos de pandemia da COVID-19 e entender de que forma isso implicou na qualidade de vida do profissional da educação.

É de suma importância refletir sobre as adversidades da profissão docente no contexto pandêmico, principalmente quando se refere à precarização do trabalho do profissional da educação, a falta de preparo para as aulas remotas e o pouco tempo para se adaptar ao momento atual, além da extensa carga horária trabalhada.

Portanto, o principal objetivo desta pesquisa foi analisar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação em uma escola pública do município de Salvador-BA, no período das aulas remotas, em tempos de pandemia da COVID-19 e entender de que forma isso implicou na qualidade de vida do docente.

Metodologia

Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório, cujos dados foram produzidos por meio da utilização do *Google Forms*, de forma anônima. Os docentes foram contatados por meio da rede social – *Whatsapp* -. Na pesquisa, obtiveram-se respostas de parte do corpo docente da escola.

Participantes

O critério de inclusão do estudo considerou profissionais da educação de uma escola pública do município de Salvador-BA atuando em sala de aula e/ou na área administrativa. Os critérios de exclusão foram professores que estavam em licença médica e não estavam atuantes no período das aulas remotas. A amostra contou com 15 professores e professoras, tendo na escola 45 profissionais da educação, contudo, houve uma dificuldade de comunicação para contatar todos os docentes.

O instrumento de coleta de dados foi o *Google Forms*, um questionário online adaptado para pesquisa e que foi organizado pelos autores em 19 questões objetivas. O contato foi feito aos profissionais de forma remota, devido à pandemia da COVID-19 e os questionamentos foram disponibilizados por meio do aplicativo de mensagens “*Whatsapp*”.

Os dados foram coletados durante o mês de janeiro de 2022 e foram comparados por porcentagem baseado nas respostas dos professores e professoras. Os dados em questão foram analisados por meio de porcentagem, pelos resultados obtidos e postos em gráficos percentuais pela própria plataforma do Google.

A pesquisa trata-se de um recorte do projeto guarda-chuva “Indicadores de saúde, qualidade de vida e formação de docentes, discentes e profissionais da educação: estudo comparativo entre gêneros” aprovado pelo CEP/UNEB sob o parecer 4.410.612.

Qualidade de vida dos docentes em tempos de pandemia da Covid-19

Com a inserção do ensino remoto devido à pandemia da COVID-19, o trabalho docente foi ampliado, além disso, a cobrança e o atendimento aos alunos e seus respectivos pais e responsáveis teve um aumento considerável, isto é, a rotina dos professores e professoras foi afetada em seu trabalho e também na sua vida pessoal (BAADE, 2020).

Com o trabalho remoto, muitos docentes tiveram dificuldade para separar a vida pessoal da profissional, onde, muitas vezes, passou mais tempo se dedicando ao trabalho, ao invés da família (BAADE, 2020). Ainda segundo o autor, além da extensa jornada trabalhada, muitos docentes não tiveram preparo para trabalhar com o ensino remoto, com isso, foi necessário dedicar mais tempo para possuir habilidades e lecionar.

Um estudo feito por De Melo (2020) mostra que, além da necessidade de se adaptar à nova modalidade de ensino, os docentes da educação pública básica também se sentiram desconfortáveis com a exposição nas aulas, não possuíam todos os equipamentos necessários, sofreram de instabilidade emocional, além também de terem dificuldade com a tecnologia e de conciliar o trabalho com as atividades domésticas.

No período de pandemia e ensino remoto, muitos docentes sentiram aumento do estresse, diminuição da produtividade, falta

de tempo para formação continuada, aumento nos níveis de ansiedade devido à necessidade de isolamento social e da grande demanda de trabalho, além também de haver casos de surgimento de sintomas depressivos (SALAZAR, 2021; SOUZA, 2021).

O estresse pode ser oriundo dos estímulos referente às exigências de treinamento e criatividade para lidar com a nova realidade, podendo ser um fator responsável pela qualidade de vida do profissional, pela sua saúde física e mental e socialização (SOUZA, 2021). Diante disso, o estresse ocupacional “[...] pode ser conceituado como um processo no decorrer do qual as exigências de trabalho são percebidas como variáveis estressoras, gerando situações que transpõem o repertório de enfrentamento do indivíduo e resultando em inúmeras implicações negativas” (WEBER et al., 2015, p. 41).

Resultados e discussões

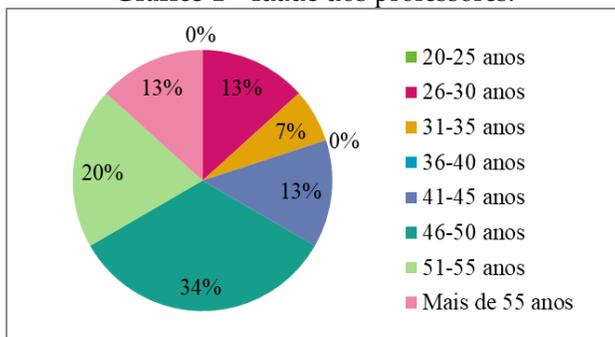
Os resultados e as discussões presentes na pesquisa foram organizados conforme representados nos gráficos.

Dos 15 profissionais respondentes, 12 são efetivos (80%), 02 são contrato REDA processo seletivo (13,3 %) e 01 é REDA emergencial (6,7%).

Dentre os 15 docentes pesquisados, observou-se (gráfico 1) que mais de 30% dos docentes possuem de 46-50 anos, pelo menos 20% possuem de 51-55 anos e 13% dos pesquisados possuem idade superior a 55 anos.

Anos de docência, recursos tecnológicos recentes, falta de formação continuada devido o excesso de trabalho e a carência de preparo para lecionar de forma remota, pode ter sido um dos fatores que justificam a dificuldade dos docentes a exercerem a sua profissão no cenário atípico pandêmico (DE OLIVEIRA, 2020).

Gráfico 1 – Idade dos professores.



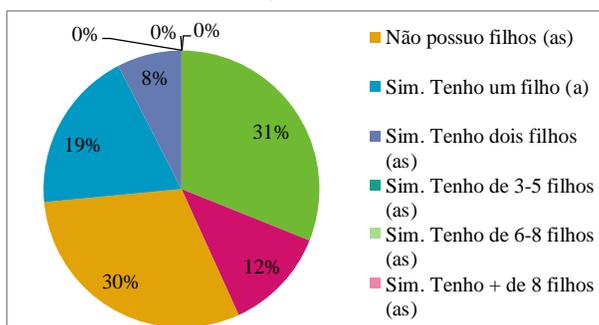
Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

Quanto à quantidade de filhos (gráfico 2), 30% afirmaram não ter filhos, 19% possuem um (a) filho (a), 8% possuem dois filhos (as) e nenhum respondente afirma ter mais de dois filhos.

O público docente se apresenta em grande parte pelo gênero feminino, sobrecarregada de afazeres domésticos, cuidados dos filhos, demandas domésticas e, ainda assim, atarefada com as atividades da docência.

No Brasil, as atividades domésticas ainda são muito destinadas às mulheres, o que também representa uma desigualdade de gênero, trazendo ainda mais adoecimento, principalmente, quando se trata de mulheres, mães e professoras (CAMPOS, 2018).

Gráfico 2 – Quantidade de filhos

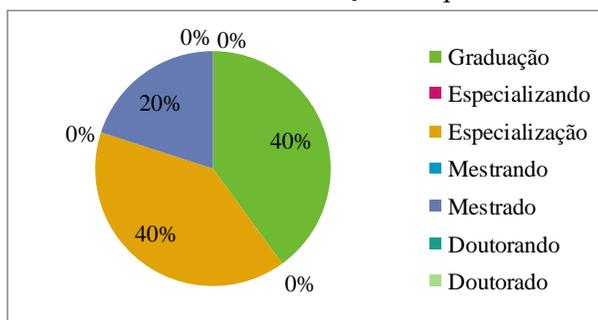


Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

Ao questionar os docentes sobre seu nível de formação (gráfico 3), é possível observar que 40% deles possuem apenas Graduação em alguma Licenciatura, requisito mínimo para atuar na docência, outros 40% possuem Especialização e apenas 20% possuem Mestrado. Importante ressaltar também que nenhum docente respondente da pesquisa possui doutorado.

Pela falta de formação continuada, muitos professores tiveram que demandar tempo e esforço para lidar com novo contexto de atividades virtuais, contexto esse que não houve preparo suficiente para o seu domínio (CRUZ, 2021).

Gráfico 3 – Nível de formação dos professores.

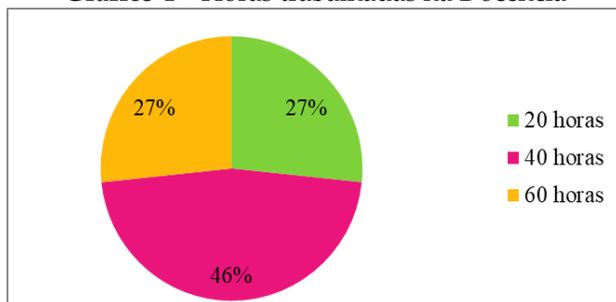


Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

As horas trabalhadas semanalmente também foi um ponto a ser questionado aos docentes e, no gráfico 4, é possível observar que 27% dos respondentes da pesquisa trabalham 60 horas semanais, 46% destes trabalham 40 horas semanais e 27% possuem a carga horária de 20 horas semanais.

O excesso de carga horária trabalhada, quando somada à falta de tempo para a formação continuada, pode afetar a qualidade de vida do profissional da educação e também o seu trabalho como educador (CERQUEIRA, 2020).

Gráfico 4 – Horas trabalhadas na Docência



Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

A quantidade de vínculo empregatício também foi um fator relevante visando avaliar a qualidade de vida do profissional da educação. Foi possível identificar que nenhum docente possui mais de dois vínculos, contudo, 27% possuem dois vínculos empregatícios e os 73% restantes possuem somente um vínculo empregatício.

A união dos vínculos empregatícios torna-se uma necessidade para muitos docentes que não conseguem suprir as necessidades básicas com o baixo salário recebido no exercício da sua profissão. Com essa prática há possibilidades de consequências como cansaço físico e/ou mental, defasagem e declínio da educação (SILVA, 2019).

Ao questionar se os docentes fazem uso de atividade laboral além da docência, 80% destes afirmaram que vivem apenas do exercício da docência, contudo, 20% se veem na necessidade de exercer outras funções.

Um estudo realizado por Hirata *et al.* (2019, p.191) salienta que professores recebem bem menos que outros profissionais com ensino superior, ainda destacam que “entre altos e baixos, os outros profissionais recebiam 86% a mais que os professores em 2005, mas essa diferença caiu para 53% em 2017”. Mesmo apresentando uma queda no ano de 2017, o docente continua a ter um salário irrisório quando comparado a outras profissões que exigem Ensino Superior.

Alves (2018) fez uma pesquisa e utilizou dados fornecidos pelo Ministério do trabalho e declarou que “Em algumas redes de ensino, ter mais de um vínculo não é incomum” (ALVES, 2018, p. 464). A seguinte afirmativa só torna explícito que, na área da docência, alguns professores buscam complementar a renda com outras atividades laborais ou até mesmo com outros vínculos empregatícios ainda na docência.

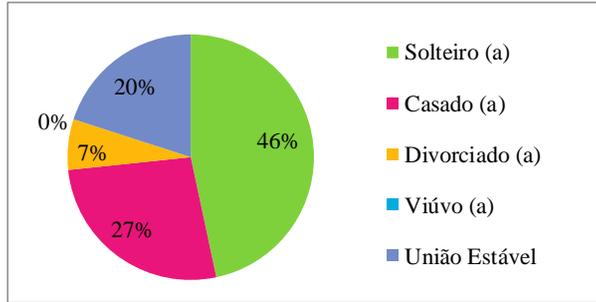
Aos 20% dos docentes que exercem atividade laboral além da docência, foi questionado quantas horas por semana são dedicadas a essas atividades, e, verificou-se que 13% dos pesquisados dedicam até 10 horas semanais e 7% dedicam de 11-20 horas semanais.

A quantidade de horas trabalhadas somada ao tempo em sala de aula e a dedicação atrelada às atividades extraclases, acabam fazendo parte da realidade dos docentes que se veem na necessidade de complementar a renda a fim de suprir as necessidades (SILVA, 2020).

O estado civil também foi um fator a ser questionado e, no gráfico 5, observa-se que 46% dos docentes são solteiros, 27% são casados, 7% são divorciados, não há viúvos e 20% dos pesquisados possuem união estável.

Segundo Cruz (2020), há um perfil de professores mais suscetíveis a desenvolverem depressão ou ansiedade, dentre eles, encontra-se as professoras do sexo feminino e, principalmente, profissional da educação que não possui nenhum vínculo afetivo. O autor ainda declara que, quando considerado a preocupação com o cenário pandêmico, o excesso do trabalho e demais situações, as chances da manifestação de sintomas de ansiedade e/ou depressão aumentam, o que pode ser tido como um fator de agravamento à saúde do docente.

Gráfico 5 – Estado civil



Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

O tipo de contrato trabalhista é uma temática que envolve diversas discussões, principalmente, tratando-se do contrato temporário que tem utilizado da mão de obra docente sem vínculos efetivos, desvalorizando o docente (SILVA, 2019). Sobre o tipo de contrato, os docentes foram questionados e 80% dos respondentes afirmaram ser efetivos, 13% afirmaram ser REDA processo seletivo e 7% afirmaram que seu contrato é rede emergencial.

Considerando o tipo de contrato trabalhista e o tempo de atuação desses docentes em sala de aula, a necessidade da formação continuada, principalmente, quando trata-se de tecnologias educacionais, levando em conta o grande avanço da tecnologia que, muitas vezes, não é acompanhado por professores.

Estudos mostram que existe uma grande complexidade em compreender as novas tecnologias que auxiliam no desenvolvimento pedagógico, devido a uma falta de formação inicial e continuada (SANTOS, 2019; MARTINS, 2020). Com a pandemia da COVID-19, houve a necessidade de aulas remotas e dos conhecimentos de recursos educacionais tecnológicos para a continuidade, o que trouxe consequências para a qualidade de ensino (CORDEIRO, 2019; MARQUES, 2022).

Os professores foram questionados sobre possíveis desenvolvimentos e/ou piora na qualidade de vida. Na questão proposta, os professores podiam assinalar mais de uma

alternativa para indicar os fatores que lhe acometeram. Diante disso, é possível observar no gráfico 6, que dos 15 professores respondentes da pesquisa, 2 testaram positivo para COVID-19, 6 tiveram crise de ansiedade, 8 se sentiam estressados, 4 tiveram problemas na visão, 8 tiveram dor nas costas/coluna, 2 tiveram depressão e 5 se sentiram tão atarefados que lhes faltou tempo para a prática de atividades físicas.

Fragilidades na formação docente e precarização no trabalho foram evidenciadas no período da pandemia, nas aulas remotas, em que os profissionais da educação não tiveram escolha, senão, a adequar-se à nova realidade sem preparo prévio, tornando assim, explícito, dificuldade dos docentes quanto às habilidades nas ferramentas digitais educacionais, falta de formação docente e sentimentos de angústia que já são características da carreira docente, contudo, foi escancarado no momento pandêmico (SANTOS, 2021).

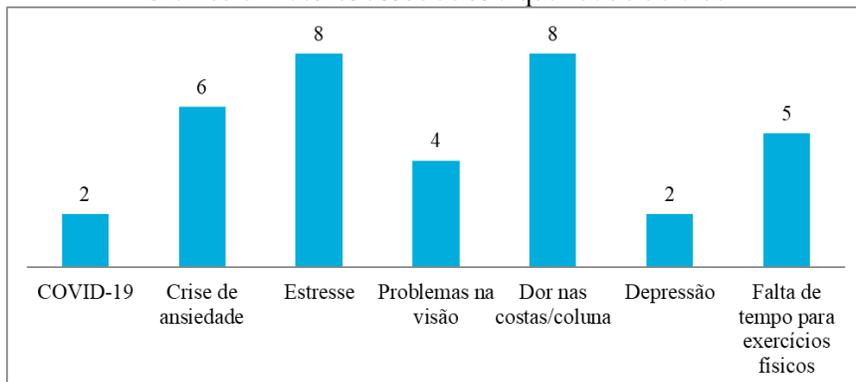
Fica evidente que o sentimento dos docentes e sua qualidade de vida foi tão afetada devido às dimensões da precarização do trabalho docente, que não possibilitou tempo para formação continuada e o docente precisou lidar com um tipo de ensino atípico.

A qualidade de vida do docente foi afetada com os trabalhos remotos, devido à necessidade de modificação das práticas da docência. A falta de preparo para essa mudança repentina foi um dos principais fatores que resultaram em ansiedade e depressão. Além disso, a falta de preparo e a urgência do aprendizado limitaram os docentes a continuarem exercendo suas atividades, como exercícios físicos (LIMA, 2021).

Diante disso, é necessário salientar a importância da qualidade de vida no trabalho e a sua decorrência através de três pontos, sendo eles: social (busca para equilibrar o bem-estar do trabalhador e satisfação da gestão escolar, isso sem deixar de lado a eficiência do seu trabalho), organizacional (a qualidade de vida compreende e combate os problemas que existem no ambiente de trabalho) e acadêmico (pensamento voltado para a intervenção das ciências do

trabalho e da saúde, sendo muito importante para o desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho) (KLEIN, 2019).

Gráfico 6 –Fatores associados à qualidade de vida



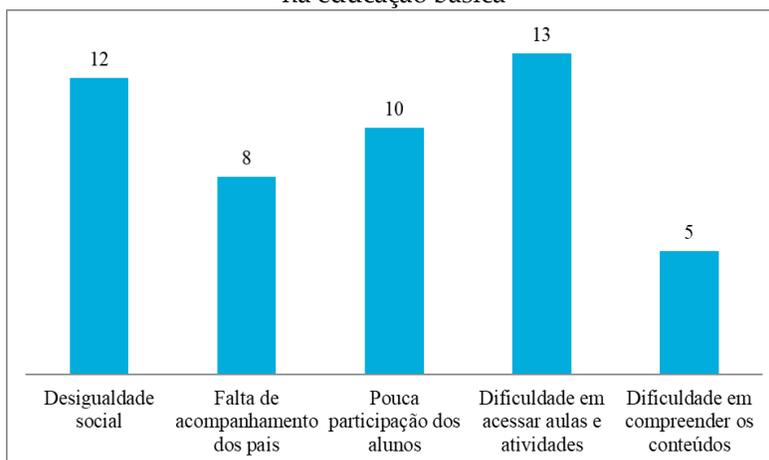
Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

A opinião dos professores acerca do modelo de ensino remoto na educação foi um fator a ser questionado. Na questão proposta, os professores podiam assinalar mais de uma alternativa para indicar os fatores que se encaixavam com sua opinião. Diante disso, é possível observar no gráfico 7, que dos 15 docentes, 12 sentiam que o ensino remoto ampliava a desigualdade social, 8 docentes sentiram que faltou acompanhamento dos pais ou responsáveis, 10 docentes sentiram que os alunos(as) tiveram pouca participação, 13 docentes sentiram que os alunos(as) tiveram dificuldade para acessar as aulas e as atividades e 5 docentes sentiram que os alunos(as) tiveram dificuldade no aprendizado.

A desigualdade social ficou evidente em escolas da rede pública, considerando a falta de renda suficiente para investir em internet de qualidade e dispositivos que possibilitem a participação dos alunos nas atividades remotas, além disso, mesmo apesar dos tempos de pandemia muitos pais se viram na necessidade de continuar exercendo suas atividades laborais justificando a falta de tempo para acompanhamento dos filhos nas

atividades educacionais, o que pode ter corroborado para a dificuldade de acesso às aulas e até mesmo na dificuldade de aprendizagem (MARTINS, 2020).

Gráfico 7 –Opinião dos professores acerca do modelo de ensino remoto na educação básica



Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

No auge da pandemia da COVID-19, em que houve a necessidade do fechamento de escolas e demais setores, os professores e professoras sofreram críticas da sociedade frente ao seu trabalho (NEVES, 2021). Contudo, o ensino não parou, apenas ganhou nova forma, como diz Saraiva *et al.*, (2020, p. 6) em seu texto. “Indústria, comércio e serviços pararam, mas as escolas não podem parar”, diante disso, os docentes foram questionados acerca dos sentimentos com as críticas e alegações da falta e/ou amenização do trabalho docente. Na questão proposta, os professores podiam assinalar mais de uma alternativa para indicar os fatores que se encaixavam com sua opinião. Sendo assim, é possível observar no gráfico 8, que dos 15 professores, 5 deles se sentiram desmotivados, 2 não se importaram com as críticas, 6 ficaram tristes e 9 professores se sentiram desvalorizados.

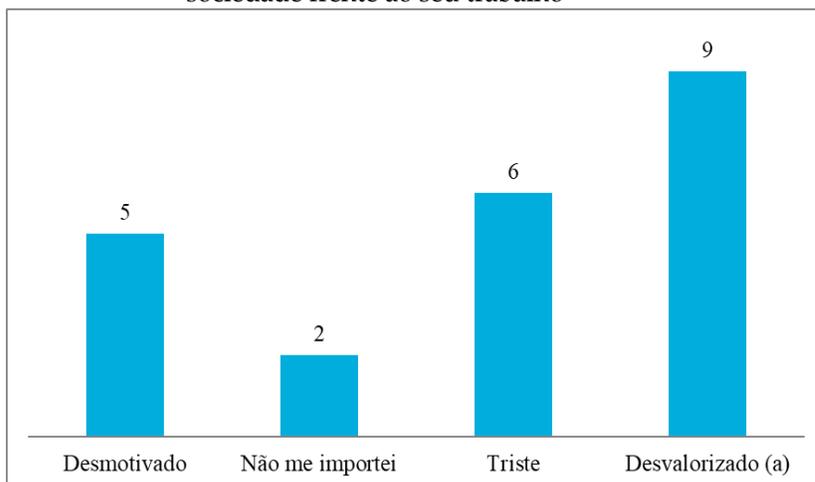
Uma pesquisa, realizada por Gonçalves *et al.* (2021) com professores da educação básica no Estado da Bahia, mostrou que

mais de 80% dos professores expressaram sentimentos negativos no período das aulas remotas e apenas 13% se sentiram esperançosos com o possível retorno do ensino presencial. Dos sentimentos negativos expressados na pesquisa, os mais frequentes foram medo, insegurança, angústia e solidão.

Em sua pesquisa, Gustavo *et al.* (2021, p. 3) destaca que “a desvalorização do trabalho docente e a vulnerabilidade econômica de parte de seu público são heranças que antecedem a pandemia”, isto é, a desvalorização do trabalho docente já é recorrente, contudo, a pandemia veio para expor as lacunas na educação, principalmente quando se trata da educação pública básica (BASSANI, 2022).

O resultado da desvalorização do trabalho docente quando atrelado a outros fatores têm alto potencial de causar o adoecimento do profissional, implicando na sua qualidade de vida e podendo trazer impactos significativos à qualidade de ensino (COSTA, 2021).

Gráfico 8 – Sentimento dos professores acerca das críticas da sociedade frente ao seu trabalho



Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

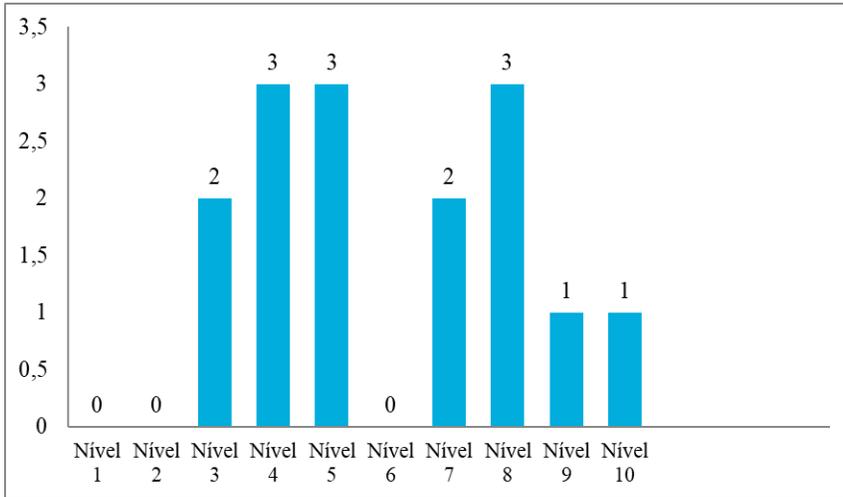
Buscando analisar possíveis dificuldades dos docentes ao lecionar de forma remota, buscou-se questionar os níveis de dificuldade frente a esse modelo de educação. Dos 15 professores respondentes da pesquisa, em uma escala de dificuldade de 0-10, 2 professores sentiram dificuldades em nível 3; 3 professores sentiram dificuldades em nível 4; 3 professores sentiram dificuldades em nível 5; 2 professores sentiram dificuldades em nível 7; 3 professores sentiram dificuldades em nível 8; 1 professor sentiu dificuldade em nível 9 e 1 professor sentiu dificuldade em nível 10. É possível perceber no gráfico 9 que pelo menos 7 dos 15 respondentes da pesquisa sentiram dificuldades acima do nível 6.

Indisponibilidade de carga horária devido ao excesso de trabalho, falta de condições financeiras para investir em formação continuada ou demandas com a família, podem ser justificadas, quando considerado a quantidade de docentes que obtiveram dificuldades para se adaptar à nova realidade e continuar exercendo a sua profissão no cenário atípico. Flôres (2021) salienta que cursos livres se tratando da temática de tecnologias digitais é de suma importância visando à contribuição para o conhecimento docente, principalmente no cenário de ensino remoto, que não houve um preparo efetivo.

Diante disso, fica evidente que é necessário tempo para formação continuada, e, além disso, investimento por parte do governo em cursos que promovam a temática cibercultura.

Algumas ferramentas educacionais foram postas para que os professores marcassem aquelas que já conheciam ou tinham escutado falar, com base nisso, o gráfico 10 mostra que, 27% já conhecia o *Google Meet*, 13 % já conhecia o *Zoom*, 17% já conhecia o *Google Forms*, 43% já conhecia o *Office* e nenhum deles conheciam o *Kahoot* e o *Khan Academy*.

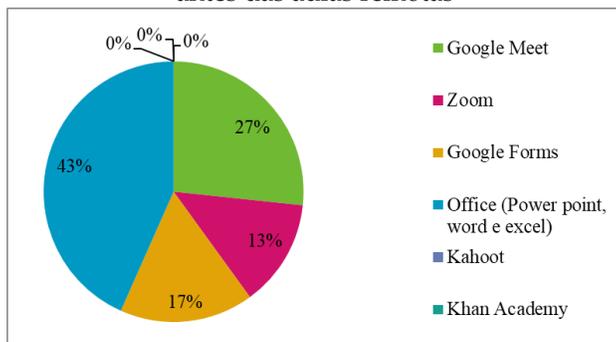
Gráfico 9 – Nível de dificuldade ao lecionar de forma remota



Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

O conhecimento de uma plataforma não implica em seu conhecimento aprofundado para uso no dia a dia, é o que mostra o estudo qualitativo de caráter descritivo-exploratório desenvolvido por Flôres (2021), que teve como objetivo avaliar o desenvolvimento do curso “Sequências Didáticas para promover o Letramento Científico”, realizado por meio do *Google Classroom* com 68 participantes de diferentes cidades do Rio Grande do Sul, São Paulo e João Pessoa. Boa parte dos docentes pesquisados (26%) conheciam a plataforma *Google Classroom*, contudo não se sentiam aptos a utilizar para trabalhar de forma remota. Buscou-se identificar as percepções dos cursistas em relação à temática abordada e os possíveis desafios encontrados no decorrer do curso. A autora ainda declara que muitos dos que fizeram parte do estudo nunca haviam tido contato com as tecnologias educacionais digitais e que aquele era o seu primeiro acesso.

Gráfico 10 – Ferramentas que já eram de conhecimento do professor antes das aulas remotas



Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

Considerando as situações enfrentadas no período de aulas remotas, os professores foram questionados se tiveram dificuldades para exercer o seu trabalho devido possível desgaste físico e/ou mental e, verificou-se que 53% dos professores admitem se sentirem desgastados físico e mentalmente em alguns momentos, 34% afirmam também ter sentido esse desgaste e apenas 13% afirmaram não ter sentido.

Quando analisados os dados é possível perceber que mais de 85% dos respondentes sentiram desgaste físico e/ou mental, o que pode ser considerado um dos motivos para afetar a sua qualidade de vida.

É importante destacar que existe uma grande importância voltada para qualidade de vida no trabalho docente, devido à quantidade de casos onde professores são afastados por conta de problemas físicos ou psicológicos gerados dentro da exaustiva rotina de docência (KLEIN, 2019).

No período das aulas remotas, houve a necessidade de adaptação de todos, principalmente dos professores, com isso, muitos fizeram uso de recursos tecnológicos, utilizaram metodologias para continuar exercendo a docência. Com isso, questionou-se aos professores sobre quais recursos foram utilizados nesse período.

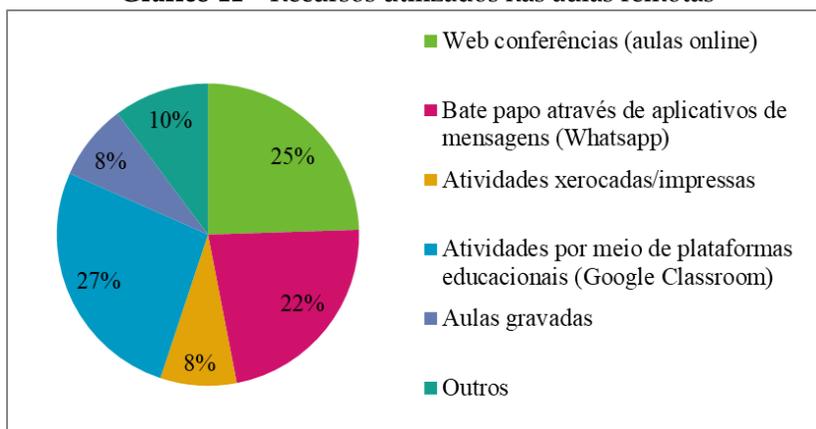
Na questão proposta, os professores podiam assinalar mais de uma alternativa para indicar os recursos utilizados nas aulas remotas.

O recurso utilizado com maior predominância pelos professores foi o Google Classroom, onde 27% dos respondentes afirmam ter feito uso, 25% afirmam ter utilizado de Webconferências, 22% fizeram uso de aplicativos de mensagens, 10% utilizaram outros métodos, 8% utilizaram aulas gravadas e 8% utilizaram atividades xerocadas/impresasas.

A importância da diversificação das metodologias e recursos nas aulas garantem eficácia no aprendizado, principalmente quando considerado que a sala de aula é um ambiente híbrido, formado por diversos indivíduos com conhecimentos e vivências diferentes (GEMIGNANI, 2013).

A interação, união das plataformas de ensino podem corroborar para o aperfeiçoamento dos conhecimentos para garantir uma aula de qualidade e mais inovadora aos alunos (GEMIGNANI, 2013).

Gráfico 11 – Recursos utilizados nas aulas remotas



Fonte: Informações produzidas pelos autores (2022)

Para análise de possíveis dificuldades dos docentes em meio aos recursos necessários para as aulas remotas, questionou-se a

necessidade de auxílio de terceiros para lecionar. Dos pesquisados, 60% afirmaram que sim, precisaram de terceiros, 10% precisaram de auxílio em alguns momentos e 30% disseram não precisar de terceiros.

Ao analisar os dados é possível perceber que 70% dos respondentes da pesquisa afirmaram ter necessidade da ajuda de terceiros para exercer a docência em tempos remotos.

Um dos pré-requisitos para a transformação de um professor é a formação continuada, porque por intermédio da constante pesquisa, reflexões e novas perspectivas que a formação continuada proporciona, é realizada as mudanças (FERREIRA, 2022). Dificilmente os professores mudam e atualizam seu trabalho se não estiverem abertos a novas experiências, novas formas de refletir sobre a escola (CHIMENTÃO, 2009).

Algumas dificuldades vieram em conjunto com a pandemia e as aulas remotas, diante disso, questionou-se aos professores sobre as consequências vividas nas aulas remotas.

Ao analisar os dados, é possível perceber que 18% tiveram problemas para se adaptar, 25% sentiram a necessidade de investir em recursos tecnológicos, 10% tiveram problemas de saúde físico e/ou mental, 16% tiveram aumento na conta de energia, 8% sentiram que não tiveram tempo para dar atenção à família e 23% sentiram que o trabalho foi ampliado.

A falta de suporte do governo, vinculado à resistência de uma parcela dos educadores em dar seguimento às suas formações, podem apontar para a desvinculação entre teoria e prática, ênfase excessiva em aspectos normativos, falta de projetos coletivos e/ou institucionais, entre outros (CHIMENTÃO, 2009).

Devido a essas deficiências recorrentes nos programas de formação continuada muitos professores não levam adiante a atualização do seu conhecimento (CHIMENTÃO, 2009).

Sobre o tempo de atuação em sala de aula, considerando desde o início da carreira, é possível perceber que 13% possuíam menos de 5 anos de docência, 7% possuíam de 5-10 anos, 13%

possuíam de 11-15 anos, 27% possuíam de 16-20 anos e 40% possuíam mais de 20 anos de exercício na docência.

A tecnologia tem dado um salto, principalmente na atualidade que muitos problemas podem ser resolvidos de forma remota, contudo, nem todos estão acompanhando a tecnologia e sua velocidade de atualizações e novas possibilidades (CAETANO, 2013). Quando comparado o tempo de sala de aula dos docentes e os níveis de dificuldade encontrados para lecionar de forma remota, fica claro que devido a diversos fatores, grande parte dos docentes não consegue acompanhar as modificações e atualizações.

Considerações finais

Constantemente nos deparamos com a insatisfação docente, fatores que precarizam ainda mais o seu trabalho e afetam a sua qualidade de vida, principalmente, ao vivenciar o cenário atípico enfrentado em todo o mundo e por todos, a pandemia da COVID-19.

A extensa jornada de trabalho ocasionada pela necessidade de acúmulo do capital exige um desempenho do profissional que afeta a sua qualidade de vida no trabalho e também sua saúde física e mental.

Quando observadas as adversidades enfrentadas pelos docentes no âmbito de sua carreira, é possível constatar que o docente necessita de um olhar humanizado e de qualidade de vida para exercer o seu trabalho com eficácia, além da necessidade de tempo para formação continuada.

A presente pesquisa contribuiu para o conhecimento acerca da qualidade de vida no trabalho dos profissionais da educação durante a pandemia da COVID-19 e salientar possíveis fatores que afetam o ensino, a qualidade de vida do profissional da educação e suas vertentes, devido às problemáticas vivenciadas na educação em uma escola de educação pública básica no município de Salvador-BA.

Referências

ALVES, MVM.; CUNHA, VV.; VASCONCELOS, LLPM .; NERES, JCI. Ensino remoto no período de pandemia: dificuldades apontadas pelos professores quanto ao uso das mídias digitais.

Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 10, n. 15, pág. e600101523889, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.23889. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23889>.

Acesso em: 3 maio 2022.

ALVES, Thiago; SONOBE, Aline Kazuko. Remuneração média como indicador da valorização docente no mercado de trabalho.

Cadernos de Pesquisa [online]. 2018, v. 48, n. 168 [Acessado 3 Maio 2022], pp. 446-476. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053144798>>. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053144798>.

BAADE, J. H.; GABIEC, C. E.; CARNEIRO, F. K.; MICHELUZZ, S. C. P.; MEYER, P. A. R. PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19. *HOLOS*, [S. l.], v. 5, p. 1–16, 2020. DOI: 10.15628/holos.2020.10910. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10910>. Acesso em: 3 maio 2022.

BASSANI, Izadora Borges Jimenez. **Saúde mental do professor na pandemia: um olhar para o profissional da educação infantil**. 2022.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/9934> Acesso em: 03 maio 2022.

CAETANO, Luís Miguel Dias. Tecnologia e Educação: quais os desafios?. **Educação, Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 2, p. 295-309, maio./ago. 2015. ISSN: 0101-9031 <http://dx.doi.org/10.5902/1984644417446>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117138253003.pdf> Acesso em: 24 jan. 2022.

redalyc.org/pdf/1171/117138253003.pdf Acesso em: 24 jan. 2022.

CAMPOS, Marlon Freitas de. **Trabalho docente e saúde mental: um estudo com professores e professoras da rede pública estadual**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa

de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2042> Acesso em 24 jan. 2022.

CERQUEIRA, L. S.; FERREIRA, G. DA S.; SILVA, B. H. P.; DA COSTA, T. L. Carreira, formação continuada e satisfação profissional: reflexões sobre a alteração do plano de carreira do magistério municipal de novo hburgo/RS (2009-2011). **Revista Formadores**, v. 13, n. 1, p. 16, 6 out. 2020. Disponível em: <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/1183> Acesso em: 1 maio 2022.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. O significado da formação continuada docente. In: **Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar**. 2009. Paraná Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacao/oralartigo/artigocomoral2.pdf> > Acesso em: 24 jan. 2022.

COSTA, Adrielle Souza da et al. **O trabalho e a saúde do professor: indícios associados ao adoecimento na profissão**. Amazonas: Editora Universidade do Estado do Amazonas, 2021. Disponível em: <http://177.66.14.82/handle/riuea/3491> > Acesso em 24 jan. 2022.

CRUZ, Lilian Moreira; MENEZES, Claudia Celeste Lima Costa; COELHO, Lívia Andrade. Formação continuada de professores/as da Educação Infantil num contexto pandêmico: reflexões freirianas. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 47, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9426/6123> > Acesso em 24 jan. 2022.

DE MELO, Maria Taís; DIAS, Simone Regina; VOLPATO, Arceloni Neusa. Impacto dos fatores relacionados à pandemia de covid 19 na qualidade de vida dos professores atuantes em SC. Florianópolis, SC: **Contexto Digital**, p. 47, 2020. Disponível em: [Impactos da Pandemia da COVID-19 na Qualidade de Vida dos Professores de SC.pdf \(sinproesc.org.br\)](#)>. Acesso em: 23 dez. 2021.

FERREIRA, P. D.; CRUZ, G. de C. Formação continuada de professores no Brasil e na Argentina: Um estudo comparado das políticas de formação para o contexto inclusivo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0413–0427, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i1.14675. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14675>. Acesso em: 3 maio. 2022.

FLÔRES, Ana Luiza Zappe Desordi; LIMA, Quelen Colman Espíndola; COUTINHO, Cadidja; RUPPENTHAL, Raquel; MARZARI, Mara Regina Bonini. Google classroom como ambiente para a formação continuada de professores: desafios e possibilidades. *Revista Docência e Cibercultura*, v. 5, n. 4, edição especial, 2021, p. 160-172. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2021.57463> Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2021.57463> >. Acesso em: 20 jan. 2022.

GARCIA, T. C. M.; MORAIS, I. R. D.; ZAROS, L. G., RÊGO, M. C. F. D. Ensino remoto emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula (recurso eletrônico). Natal, SEDIS/UFRN, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571151/4/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL_2.pdf Acesso em: 25 jan. 2022.

GEMIGNANI, Elizabeth Yu Me Yut. Formação de professores e metodologias ativas de ensino-aprendizagem: ensinar para a compreensão. *Fronteiras da Educação* [online], Recife, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/44794206/Formacao_de_Professores_e_Metodologias_ativas_-_Beth_Rev_Fronteiras_da_Educacao__Recife_2012..pdf Acesso em: 24 jan. 2022.

GRANDISOLI, Edson; JACOBI, Pedro Roberto; MARCHINI, Silvio. Pesquisa Educação, Docência e a COVID-19. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/pesquisa-educacao-docencia-e-a-covid-19> > Acesso em: 19 dez. 2021.

HIRATA, G.; OLIVEIRA, J.B.A.; MEREB, T.M. Professores: quem são, onde trabalham, quanto ganham. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 27 (102) 179-203. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/vFJ4ksYnhbqfwPHDNP56j7b/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 03 maio. 2022.

KLEIN, LEANDER L., PEREIRA, BRENO A. D. e LEMOS, RICARDO B. Quality of working life: parameters and evaluation in the public service. RAM. **Revista de Administração Mackenzie** [online]. 2019, v. 20, n. 3 [Acessado 24 Janeiro 2022] , eRAMG190134. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190134>>. Epub 27 Jun 2019. ISSN 1678-6971. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190134>. Acesso em: 24 jan. 2022.

LIMA, Ana Carolina Silva. **A indignidade do trabalho docente em tempos de pandemia**. 2021. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33805> Acesso em: 17 dez. 2021.

LIMA, Daniela Santana. Reflexos da pandemia na qualidade de vida dos educadores do Ensino Básico no Litoral Norte da Bahia. **Estudos IAT**, Conde, BA v. 6, n. 1, p. 289-306, jun. 2021. Disponível em: <http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/view/280> > Acesso em: 20 jan. 2022.

MORAES CRUZ, R.; RUPPEL DA ROCHA, R. E.; ANDREONI, S.; DUARTE PESCA, A.. Retorno ao trabalho? Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da COVID-19. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 31, n. 1, p. 325–344, 2020. DOI: 10.5216/rp.v31i1.66964. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/66964> Acesso em: 3 maio 2022.

MIRANDA, K. K. C. de O. et al. Aulas remotas em tempos de pandemia: Desafios e percepções de professores e alunos. **Anais VII CONEDU - Edição Online**. Maceió-AL, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABAL>

HO_EV140_MD1_SA_ID5382_03092020142029.pdf > Acesso em: 24 jan. 2022.

MARQUES, R. O professor em trabalho remoto no contexto da pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 6, n. 16, p. 06–14, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4642898. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/271>. Acesso em: 3 maio. 2022.

MARTINS, Ana Ligia da Conceição Ferreira et al. O professor e as tics: da formação inicial à continuada. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 17, p. 201-216, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1218> > Acesso em: 01 mai. 2022

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em tempos de pandemia no brasil: saberesfazerescolares em exposição nas redes. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 215-224, ago. 2020. ISSN 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026>>. Acesso em: 04 maio 2022. doi: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.51026>.

NEVES, Caroline Vieira et al. Ensino remoto emergencial e o papel dos professores em época de pandemia: limites e possibilidades. **X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/20897> > Acesso em: 03 maio. 2022.

RODRIGUES, M. O. **Mal-estar docente, trabalho e adoecimento profissional nos territórios da escola pública estadual de Santa Rosa/RS**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4413> > Acesso em: 19 dez. 2021.

SALAZAR, Alejandro; PALOMO-OSUNA, Jenifer, DE SOLA, Helena et al. Psychological Impact of the Lockdown Due to the COVID-19 Pandemic in University Workers: Factors Related to

Stress, Anxiety, and Depression. **International journal of environmental research and public health**, vol. 18, no 8, p. 4367, 2021. Disponível em: Psychological Impact of the Lockdown Due to the COVID-19 Pandemic in University Workers: Factors Related to Stress, Anxiety, and Depression (uca.es). Acesso em 23 dez. 2021.

SANTOS, J. de O. S.; BARRETO, A. C. F. A invisibilidade do trabalho docente em tempos de pandemia: das políticas às práticas. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, p. 232-241, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36693> Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTOS, Odemes Silva. Dificuldade do uso da tecnologia pelos docentes no ambiente escolar: desafios contemporâneos. **Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação-Unisul Virtual**, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9070>> Acesso em: 01 maio. 2022.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice Salete; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis educativa. Ponta Grossa, PR. Vol. 15 (2020), e2016289, p. 1-24**, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218250>. Acesso em: 03 maio. 2022.

SILVA, A. M. DA. A uberização do trabalho docente no brasil: uma tendência de precarização no século XXI. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 229-251, 27 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.17i34.p38053> > Acesso em: 01 mai. 2022.

SILVA, E. A. A desvalorização da profissão docente no Brasil. **Repositório Digital Institucional da Associação Educativa Evangélica**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/11268/1/ELOISA%20%20-%20ARTIGO%20APOS%20A%20APRTESENTA%C3%87%C3%83O.pdf> > Acesso em: 24 jan. 2022.

SILVA JUNIOR, J. A. DA; OLIVEIRA, I. F. DE. A contratação em regime especial de direito administrativo (REDA) e seu impacto

nas condições de trabalho docente: o caso dos professores do estado da Bahia. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 6, n. 1, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21910/rbsd.v5n1.2019.288> Acesso em: 03 maio. 2022.

SOUZA, M. E. I. B. de; NOVAES, N. M. F.; ZIRPOLI, B. B. P. **O Impacto da pandemia por Covid-19 na saúde mental dos professores**: revisão sistemática da literatura. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade Pernambucana de Saúde, Recife, 2021. Disponível em: <https://tcc.fps.edu.br/jspui/handle/fpsrepo/1158>> Acesso em: 19 dez. 2021.

WEBER, L. N. D.; LEITE, C. R.; STASIAK, G. R.; SANTOS, C. A. DA S.; FORTESKI, R. O Estresse No Trabalho Do Professor. *Imagens da Educação*, v. 5, n. 3, p. 40-52, 2015. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/283789521_O_estresse_no_trabalho_do_professor > Acesso em: 23 dez. 2021

CAPÍTULO 4

Impactos da pandemia na qualidade de vida dos professores do município de Pindaí

*Zildete Soares Aranha Azevedo
Berta Leni Costa Cardoso
Heldina Pereira Pinto Fagundes*

Introdução

Sabe-se que o mundo vive uma pandemia desde o ano de 2020. Desta forma, o Brasil, a partir do mês de março do mesmo ano sofre com as consequências dessa crise sanitária provocada pelo SARS-CoV-2, vírus da família dos coronavírus, que causa a COVID-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave de elevada transmissibilidade e de distribuição global (BRASIL, 2021). Percebe-se que a propagação do vírus ocorreu de forma assustadora em alguns países, e devido ao alarmante número de mortes no mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) determinou estado de emergência no mês de janeiro de 2020.

O Brasil, um país já tão marcado pelas desigualdades, não poderia ficar de fora. Dessa forma, acompanhou o que já vinha ocorrendo em alguns países, declarando o Ministério da Saúde (MS) em fevereiro de 2020, situação de Emergência em Saúde Pública. A partir de então, foram divulgadas medidas necessárias para o enfrentamento do vírus, tratamento e prevenção, dentre as ações indicadas estava o distanciamento social, que repercutiu no fechamento das escolas, pois a sugestão era evitar toda forma de aglomeração. A pandemia obrigou os governos a fecharem as escolas, tomando medidas como o isolamento social para conter a propagação do vírus e como forma de sobrevivência. Tal situação

repercutiu na educação, uma vez que a escola é um ambiente de grande aglomeração humana.

Posteriormente, foi publicada pela Presidência da República em 1º de abril de 2020 uma Medida Provisória Nº 934/2020, “que desobrigava as instituições de ensino atingirem o mínimo de 200 dias letivos que a lei exige, desde que mantida as 800 horas mínimas de aula”, de acordo com o que já previa a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em situações de emergências (BRASIL, 2020, s.p.). A partir de então, várias foram as iniciativas dos Conselhos Nacionais, Estudantis e Municipais visando garantir o direito de aprender dos estudantes brasileiros.

É notório que, com a suspensão das aulas, a educação foi atingida nas mais variadas modalidades, milhares de alunos e professores se viram obrigados a ficarem em casa afastados do convívio com seus pares, tiveram suas rotinas alteradas, necessitaram adaptar a um novo modelo de ensino-aprendizagem, bem como também gestores da educação e pais.

Ademais, mostra-se evidente a necessidade de averiguar as condições laborais que o docente está exposto, uma vez, que tal cenário acarretou alguns problemas de ordem emocional: medo, insegurança, ansiedade dentre outros. Desse modo, é importante buscar compreender como se deu esse processo de adaptação dos docentes às novas formas de trabalho impostas pelo ensino remoto, investigando como essa situação repercutiu em sua qualidade de vida.

A educação é uma referência prioritária na composição organizacional de um país. Nesta perspectiva, é necessário que haja uma atenção especial aos elementos nela envolvidos: docentes, alunos, profissionais em geral. Aqui, destaca-se o docente que desenvolve um papel importante na condução da educação, haja vista que, de acordo com Freire (2002, p.25), “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua produção ou a sua construção”. Dessa forma, evidencia-se o papel do professor neste processo e o seu bem-estar físico,

psíquico e social, ou seja, o estado de saúde deste trabalhador que desempenha um papel forte na sociedade.

Portanto, em todos os lugares é possível verificar os impactos da pandemia, o propósito desta pesquisa foi investigar como anda a qualidade de vida do docente, durante esse período de pandemia, tempos de aulas remotas, advinda da propagação do Coronavírus, a partir do mês de março do ano de 2020.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Para Bogdan e Biklen (1994, p.49), a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. Importante salientar que este é um subprojeto integrante do projeto guarda-chuva “Indicadores de saúde e qualidade de vida de discentes, docentes e técnicos: estudo comparativo entre gêneros”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sob o parecer nº 4.410.612.

O município de Pindaí conta com um número de 156 professores, 104 da rede municipal e 52 da rede estadual. O estudo foi realizado no período de novembro e dezembro de 2021, com professores das escolas públicas (estadual e municipais) de Pindaí – Bahia, sendo que responderam aos instrumentos 25 professores da rede municipal, e 2 professores da rede estadual, somando um total de 27 professores. Dias e Silva (2010) asseveram que a pesquisa direciona a segmentos característicos que embasam a qualidade das informações, os quais se destacam as observações, entrevistas e questionários.

Quanto ao instrumento da coleta de dados, os professores foram contactados via WhatsApp. O convite foi reforçado na Conferência de Educação realizada no município em 25 de novembro de 2021, sob a intenção de se realizar a pesquisa,

respeitando os protocolos de biossegurança que no momento a orientação ainda era o distanciamento social. Seus contatos foram conseguidos por meio dos diretores das unidades escolares e o contato dos diretores foram obtidos por intermédio da coordenadora geral da secretaria de educação.

Foi enviado o link da plataforma Google Forms em que foram encaminhados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário sociodemográfico foi construído para a pesquisa, contendo as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, área de atuação, filhos, grau de formação, regime de trabalho, carga horária, questões objetivas e subjetivas relacionadas ao trabalho e a qualidade de vida dos professores durante a pandemia. Após receber os questionários com as respostas, foi feita a conferência e tabulação dos dados obtidos.

Resultados e discussão

Esta pesquisa contou com a participação de 27 docentes. Para preservar a identidade dos participantes, foram identificados como Docente 1, Docente, 2 e assim por diante, denominados pela sigla D1, D2, D3 até D27.

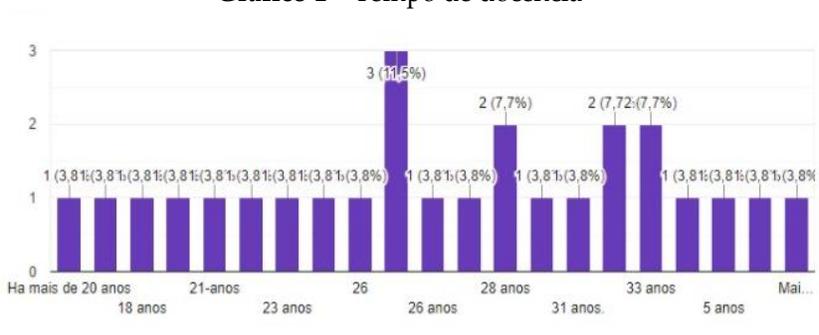
Verificou-se que 25 dos pesquisados são do sexo feminino e 02 do sexo masculino, com idade de 30 a 53 anos, 12 tendo como formação graduação, 13 pós-graduação lato sensu, e 02 têm mestrado; com áreas de formação em Pedagogia, Geografia, Normal Superior, Biologia. Quanto ao estado civil, 21 são casados, 03 solteiros e 03 separados. A média de filhos é 02, todos atuam em escola pública, 02 atuam também na rede particular. No tocante ao ente federado, todos são da rede municipal, sendo que 02 também atuam na rede estadual. Em relação à média salarial, 04 recebem até 1 salário mínimo, 9 recebem de 2 a 3 salários mínimos, 12 recebem de 4 a 6 salários mínimos, 2 recebem de 7 a 10 salários mínimos. No que se refere a ao regime de trabalho, 23 são concursados e 04 contratados.

Estudo realizado por Testa et al. (2021) evidencia que a maior parte da amostra apresentava as seguintes características: professores que atuavam na sala de aula (70,2%), mulheres (69,1%), com idade entre 40 a 49 anos (71,9%), conviviam com companheiro (70,9%), com filhos (72,2%), regentes de turma (71,5%), lecionavam na Educação Infantil (73%), com Pós-Graduação (68,7%), exercia à docência em uma unidade na rede municipal de educação (71,5%), trabalhava mais de 20 horas (69,7%), eram professores efetivos da rede (70,1%).

A carga horária dos docentes pesquisados, de acordo com suas respostas, pode ser considerada exaustiva, uma vez que segundo estes profissionais, o acúmulo de atividades ocupa muito tempo, tirando muitas vezes a possibilidade de realizar atividades prazerosas e benéficas à saúde, comprometendo sua qualidade de vida. Isso, por sua vez, tende a provocar um maior nível de ansiedade e estresse no docente. Sabe-se que a ansiedade e o estresse em excesso fazem com que o indivíduo tenha comportamentos indesejáveis e que interferem em sua qualidade de vida.

Em relação ao tempo de docência, pode-se verificar que são profissionais com bastante tempo de atuação, a maioria conta com mais de 20 anos na efetiva docência. Os resultados podem ser verificados no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Tempo de docência



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Percebe-se que de acordo com os resultados apresentados no gráfico 1, no que diz respeito ao tempo de docência, são professores com uma longa carreira e que o docente tem sua vida pessoal em que exerce múltiplos papéis e sua vida profissional muitas vezes prejudica sua qualidade de vida externa ao trabalho.

O estudo realizado por Pinho et al. (2021) relata que: a metade dos professores participantes (50,0%) mantinha carga horária entre 21 e 40 horas, tinha mais de dez anos na profissão (56,9%) e trabalhava em mais de uma escola (50,3%) Mais da metade relatou alterações no contrato de trabalho (51,4%) durante a pandemia. Quase todos/as estavam em trabalho remoto (98,4%).

Os docentes participantes da pesquisa atuam em escolas no município de Pindaí que atendem Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Desta forma, 6 atuam em escola de Educação Infantil, 18 em escola de Ensino Fundamental e 3 em escola de Ensino Médio. No que diz respeito à carga horária, 3 trabalham de 11 a 20 horas, 19 trabalham de 31 a 40 horas e 5 trabalham mais de 40 horas. A professora D6 relata que:

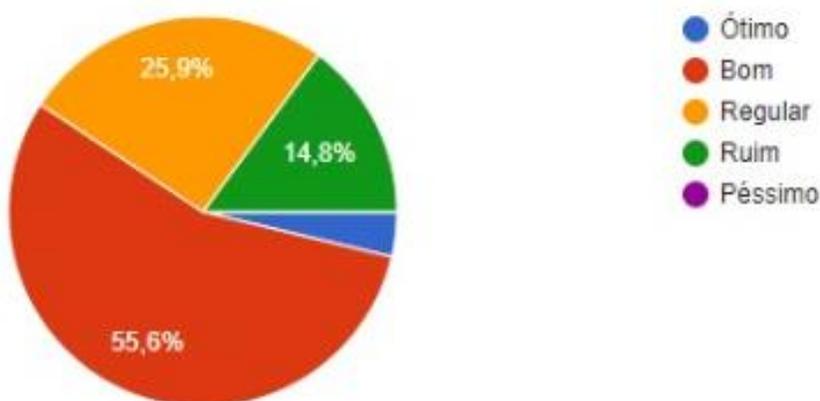
40 horas semanais, mas este tempo, ficou dividido em: planejamentos, envios de atividades, postagens de aulas na plataforma e no WhatsApp, e apoio aos pais pelo WhatsApp também. E por fim do mês de setembro até agora no mês de dezembro estou ministrando os plantões 2 dias semanais. (D6).

Um dado importante em relação ao trabalho do professor perpassa por: dos pesquisados, 22 professores atuam em apenas 01 escola e 05 em duas. De acordo com as respostas dos professores com relação ao número de alunos por turma, 06 professores têm até 20 alunos, 17 professores têm de 21 a 30 alunos, 04 professores têm de 31 a 40 alunos. O número de turma por professores é: 16 tem 2 turmas, 05 tem 05 ou mais turmas, 06 tem 01 turma. Quanto ao turno, 26 trabalham no Matutino, 23 no vespertino, 4 no noturno. Em estudo realizado sobre Sofrimento mental de professores do ensino público, Tostes et al. (2018)

asseveram que a carga de trabalho exaustiva, alto número de alunos por classe e pressão por metas de produtividade são fatores responsáveis pelo intenso sofrimento docente.

No que concerne ao domínio da tecnologia, foi possível obter os seguintes resultados: 01 docente, o que corresponde a 3,7% responderam que tem um ótimo domínio, 15, que corresponde a 55,6%, consideram-se bons, 7, que corresponde a 14,8% disseram que estão no nível regular e, 04, que equivale a 14,8% se consideram ruins.

Gráfico 2 – Domínio da tecnologia



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A professora D24 relata sua experiência enquanto professora em período pandêmico: “Foi muito difícil, era exigido muito dos professores e alunos, porém com poucos recursos, principalmente os tecnológicos. Lembrando que o nosso psicológico já estava abalado por conta da pandemia” (D24). No desenvolvimento do trabalho docente muitas vezes lhe é posto exigências que ultrapassam conhecimentos para além do pedagógico, a exemplo o domínio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) (TESTA et al., 2021).

De acordo com Pinho et al. (2021), em estudo realizado sobre trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências

em razão da pandemia da Covid-19, chama a atenção o fato de que apenas 36,7% relataram internet banda larga adequada. A maioria descreveu ter alguma dificuldade no planejamento e execução das atividades à distância (61,4%), na comunicação com os alunos (61,1%) e no uso de ferramentas (58,5%)

Durante a pandemia o docente teve que se reinventar, buscar aperfeiçoamento, pois, de repente, a solução encontrada para não ter prejuízo ao ano escolar, foi aderir ao ensino remoto, por meios tecnológicos, o que fez os professores buscarem se familiarizar com aplicativos, plataformas, dentre outros. Tudo isso buscando atender bem aos alunos. Com a necessidade do trabalho remoto, por meio da aula online, muitos professores ministram uma grande carga horária, nesses moldes, e relatam ter uma sobrecarga de trabalho, com a preparação de aulas, atendimento aos pais e alunos, os professores por serem mediadores do conhecimento tiveram que se adaptar ao novo contexto educacional, buscando ampliar seus conhecimentos, suas habilidades, visando a estimulação da aprendizagem de seus alunos (PEDROLO et al., 2021).

Os professores tiveram que comprar equipamentos como computadores, mesas, buscar uma internet com melhor qualidade, adaptar-se ao trabalho Home Office. Revelando, pois, que o trabalho Home Office reduz custos para a empresa, desta forma seria interessante que parte dessa economia fosse empregada para colaborar com a adaptação do docente ao *Home Office* (CAVALINE, 2021).

Conceitos de Qualidade de Vida segundo os docentes participantes da pesquisa

No tocante ao conceito ou entendimento dos docentes pesquisados em relação à qualidade de vida, pode-se observar o entendimento destes sobre o tema. Desta forma, consideram que qualidade de vida perpassa por: D1 “viver com tranquilidade, alimentar bem”; D6 “está bem consigo mesmo (emocional, psicológico), relacionar-se bem com os membros familiares”; D12

“poder usufruir dos melhores benefícios que a vida oferece”; D14 “indica o nível de condições que envolvem desde do bem-estar físico, mental, emocional, além de saúde, educação, família”; D18 “é saber administrar o tempo dentro da sua rotina diária”; D23 “é estabilidade espiritual, profissional, financeira, familiar, equilíbrio mental e saúde”.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), Qualidade de Vida, trata-se da percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a autorrealização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas (OMS, 2012).

Vilas Boas e Morin (2013, p. 2) asseveram que

o conceito de qualidade de vida no trabalho utilizado na maioria dos estudos organizacionais foca o estado geral de bem-estar no local de trabalho e nas relações que as pessoas têm com este ambiente e com as outras pessoas.

Nesta perspectiva, percebe-se que o entendimento dos docentes está correlacionado com o que diz a OMS, estes enfatizam que ter boa alimentação, destinar tempo para atividade física, relaciona-se bem com a família, ter equilíbrio mental são fatores que repercutem na saúde do indivíduo.

A saúde do professor reflete na forma de trabalho prestado. As reflexões feitas pelos docentes revelam que durante a pandemia houve algumas formas de intensificação do trabalho, pois estes tiveram, por exemplo, que atender pais pelo celular a qualquer horário que lhe fosse solicitado atendimento. De acordo com Dal Rosso (2008, p. 188),

as formas de intensificação se referem mais ao ritmo e à velocidade do trabalho, às cobranças e às exigências, ao volume de tarefas, às características do trabalho intelectual demandante, ao peso da responsabilidade.

O trabalho é edificante, faz bem para a saúde, traz grande satisfação e qualidade de vida, mas também pode se tornar prejudicial, se ocorrer de forma desorganizada e em ambientes insalubres (SANCHEZ et al., 2019).

É sabido o quanto a pandemia impactou na vida dos docentes, uma vez que houve uma mudança abrupta no que concerne a forma e intensidade de trabalho. Barroso (2008) enfatiza que o trabalho docente é repleto de fatores estressantes e não apenas de alegrias, sendo encontrados muitos desafios no trabalho pedagógico. Corroborando com o que diz Barroso, a intensidade do trabalho do professor durante a pandemia acarretou problemas que impactaram em sua qualidade de vida.

O período de pandemia, obrigou os professores a ficarem em casa, porém não significou redução de trabalho, ocorreu exatamente o oposto, haja vista que o seu trabalho só aumentou, uma vez que os afazeres domésticos se juntaram com as atividades escolares. Os professores tiveram que aprender a usar as tecnologias, fato que fez com que muitos profissionais necessitassem de uma intensificação maior de trabalho para conseguirem compreender o desenrolar das tecnologias, nesse sentido, o estresse, as angústias logo afetaram a saúde mental dos professores. Desta forma, abaixo seguem as condições de saúde emocional, física, mental, hábitos alimentares e sono dos professores do município de Pindaí durante a pandemia.

Perguntados como se sentiram a maior parte do tempo no que diz respeito à saúde mental e emocional, as respostas foram relatos de crises de ansiedade, estresse, alguns necessitando de recorrer a medicamentos para conseguirem amenizar o sofrimento conforme as falas a seguir. “Tentei fazer meu trabalho dentro das possibilidades. Tentei manter o cotidiano familiar saudável e em meio a essa nova ‘normalidade’ desenvolvi algumas crises de ansiedade, (início de 2020) que foram tratadas com medicamentos e terapia. Foram/são tempos difíceis, mas paulatinamente vencidos” (D2). “Foi um período muito difícil, desenvolvi uma ansiedade que acabou afetando meu filho, foi

preciso de intervenção de profissionais (médico de PSF e psicólogo) para nos ajudar” (D9).

Quanto à saúde física, a maioria respondeu buscar a realização de alguma atividade física, como caminhada, academia, dentre outras. “Trabalhando remotamente, indo a lugares que suponho ser seguros, frequentando a igreja, lendo, caminhando” D2 “Atividade física, conversa com terapeuta ocupacional, caminhada” (D15). “Faço zumba, caminhada apesar de que o tempo para mim diminuiu em função dos trabalhos exigido pela pandemia” (D25). Também teve quem respondeu que não conseguiu se manter uma atividade física. “Absolutamente, nada”! (D20). De acordo com Vilanova (2021), as pessoas que não praticam exercícios físicos frequentemente têm uma maior probabilidade de ter aumento do peso corporal que juntando com a falta de controle dos fatores metabólicos, podem ter maiores complicações com a saúde. Portanto, necessário se faz o incentivo para que as pessoas mudem seus hábitos no sentido de realizar exercícios físicos visando o seu bem-estar.

Em se tratando da alimentação, os professores relataram como se alimentaram durante a pandemia (D8) “Me mantive equilibrada quanto a minha alimentação. Graças a Deus!” (D12) “Acabei comendo mais e adquirindo uns quilos a mais” (D23) “Houve mudanças, quantas vezes fiquei sem me alimentar pois, a ansiedade e a angústia não deixavam”.

De acordo com o estudo realizado por Domingos e Henn (2021) sobre a alimentação de docentes universitários no decorrer da pandemia, os resultados indicam que 65% incluíam ocasionalmente ao menos 5 porções de frutas e verduras ao dia, 52,2% incluíam ocasionalmente as leguminosas ao menos 5x na semana, 75% ocasionalmente tinham o costume de ingerir alimentos gordurosos, doces ou muito salgados; 89,1% priorizavam alimentos naturais ou poucos processados nas compras.

Vale ressaltar que a alimentação é parte importante para a garantia da saúde, uma vez que se alimentar de forma correta é fundamental na garantia da qualidade de vida, pois além de

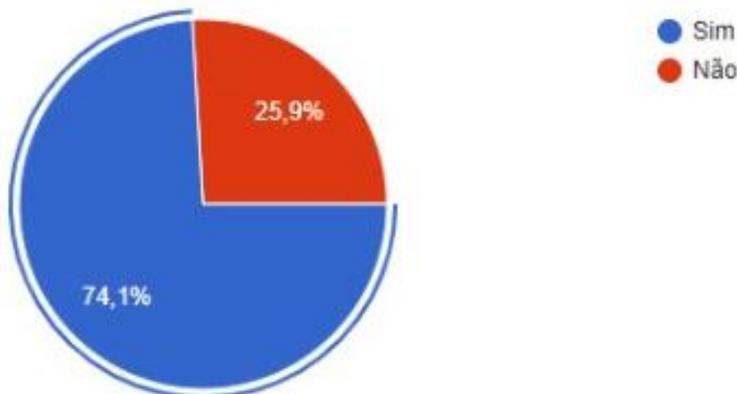
oferecer energia e satisfação, com uma boa alimentação é possível prevenir e combater doenças.

Sobre o sono, os docentes revelaram ter insônia, desenvolveram o hábito de dormir mais tarde. “Insônia. Passei noites e mais noites sem dormir fora por falta de sono e preocupação, por acúmulo de trabalho” (D20). “Desenvolvi o hábito de dormir mais tarde do que costumava” (D6). “Regular, até durante as madrugadas me encontro pensando nas aulas remotas” (D21). Os docentes desenvolveram dificuldade em conseguir dormir a quantidade necessária para a manutenção da qualidade de vida, em razão de atividades que desenvolvem antes de dormir ou logo após acordar (RIBEIRO et al., 2021).

No que diz respeito a com quem conversava, trocava ideias sobre os desafios postos pela pandemia, várias foram as respostas: “Somente com meus colegas de trabalho” (D6). “Com a família” (D7). “Minha família e amigas da profissão” (D8). “Os colegas de trabalho” “Família, colegas, terapeuta” (D9). “Meu marido e colegas” (D10). Cada pessoa reage de forma diferente aos acontecimentos em sua vida, no estresse por exemplo, existem pessoas que conseguem se controlar estando em família, ouvindo músicas, lendo, praticando esportes, todavia, ocorrendo recaídas a pessoa poderá se fragilizar tornando - o suscetível a doenças de ordem físicas e mentais (CUTRIM, 2021).

Portanto, necessário se faz que as escolas ou esferas administrativas dispensem apoio aos docentes impactados com a pandemia, visando a diminuição dos problemas e prejuízos que tais situações podem acarretar à sua vida e ao seu trabalho.

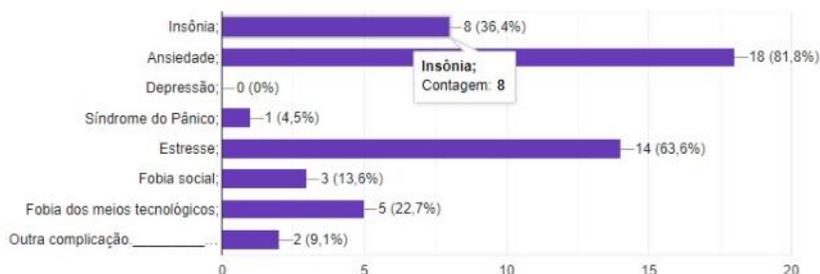
Gráfico 3 – Complicações da pandemia na qualidade de vida do docente



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O gráfico acima mostra que existiu alguma complicação na qualidade de vida dos pesquisados durante a pandemia. De acordo com o mostrado no **gráfico 3**, 20 docentes, o que corresponde a 74,1%, disseram ter tido complicações. Já 7, o que corresponde a 25,9%, disseram não ter sofrido nenhuma complicação na qualidade de vida. Conforme Testa et al. (2021, s.p.), “A situação vivenciada pela pandemia, provocou mudanças na vida dos indivíduos, pode ter impactado com aumento de estresse, ansiedade, instabilidade emocional”.

Gráfico 4 – Quais complicações sofreram?

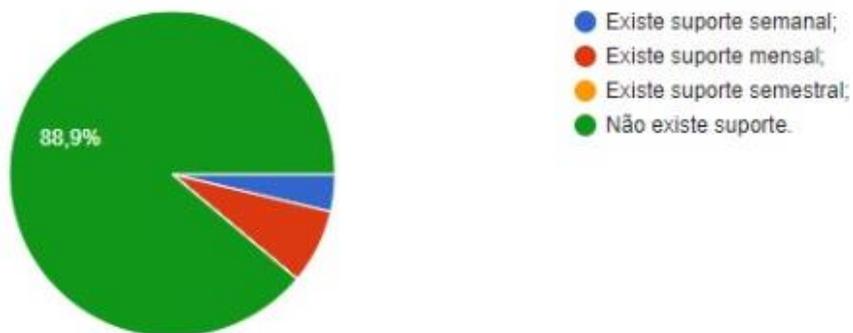


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Conforme demonstrado no gráfico 4, as complicações na Qualidade de Vida dos docentes do município de Pindaí indicam que os sintomas mais frequentes foram: ansiedade, estresse, insônia, fobia social, dentre outras. O estresse acomete a qualidade de vida dos docentes em todos os aspectos, a pandemia causa angústias, preocupações pela gravidade e letalidade da doença que dia após dia ocorre um aumento no número casos e mortes (PEDROLO et al., 2021).

As respostas obtidas dos docentes, nos levam a entender que houve um prejuízo em sua qualidade de vida, causando, em alguns, adoecimento mental durante a pandemia. Porém, de acordo com o gráfico abaixo, poucos têm acompanhamento psicológico.

Gráfico 5 – Acompanhamento psicológico



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A pandemia surgiu abruptamente, acarretando muito mais trabalho para o professor. Nessa perspectiva, além das consequências trazidas pela COVID, existem outros fatores que repercutem na qualidade de vida do docente como as ações da quarentena e do isolamento social, que prejudicam as interações presenciais, fatos que prejudicam as interações presenciais, as atividades de lazer e entretenimento, vistos como fatores que interferem na saúde mental e bem-estar emocional (PEREIRA et al., 2020).

Ao observar o **gráfico 5**, que trata do acompanhamento psicológico para o docente do município de Pindaí, visando

diminuir os impactos trazidos pela pandemia, temos os seguintes resultados: Dos 27 docentes participantes, 24, que equivale a 88,9%, responderam que não existe acompanhamento psicológico; 2, que equivale a 7,4%, existe um suporte mensal e, apenas 1, que equivale a 3,7%, tem suporte semanal.

Salienta-se que a nova estrutura de trabalho remoto juntado ao contexto pandêmico caracteriza-se pelo aumento da jornada, acarretando uma sobrecarga de trabalho e condições que causam sofrimento aos docentes. A pandemia pode causar problemas dos mais diversos nos docentes, impactando o físico e o psicológico dos sujeitos trazendo para si transtornos mentais e comportamentais, a exemplo de ansiedade (JORGE et al., 2021).

Considerações finais

A pandemia da COVID 19 gerou insegurança na sociedade em geral. Com os docentes não foi diferente, uma vez que, acarretou mudanças na forma de trabalho, abalando assim sua trajetória profissional. Como foi retratado neste trabalho, as dificuldades e os desafios encontrados pelos docentes no decorrer da pandemia, pode-se considerar a possibilidade de um adoecimento implicando a saúde física, emocional e mental.

Diante das respostas dos docentes, foi possível verificar questões pertinentes com um avanço das causas desse possível adoecimento docente: a insegurança, o medo do novo, o desafio de encarar as ferramentas tecnológicas, o distanciamento social, são fatores de relevância no adoecimento docente durante a pandemia.

Destarte, é imperioso que as instituições de ensino procurem formas de realização de atividades coletivas, visando a promoção da saúde dos docentes, principalmente, a saúde mental, objetivando reduzir os impactos da pandemia, incentivar os docentes à participação em atividades físicas, cuidados com a alimentação, buscando uma melhoria na qualidade de vida.

Partindo da amplitude do trabalho docente e visando um bom exercício no âmbito educacional, é imperioso que busquem

implantação de políticas públicas objetivando uma melhor atenção aos docentes que tiveram seu ritmo de trabalho alterado com a pandemia, ocasionando problemas na sua qualidade de vida. Ademais, sugerem-se novos trabalhos que tenham o intuito de promover ações como as do referido estudo, com ênfase na prevenção e promoção de saúde mental da categoria docente.

Referências

- BARROSO, Betânia Oliveira. **Para além do sofrimento: uma possibilidade de resignificação do mal-estar docente**. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- BERTUCCI, J. L. O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos**. São Paulo: Atlas, 2010.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto, 1994.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário temático: promoção da saúde / Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL, **medida provisória nº 934**, de 1º de abril de 2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. <https://www.saude.gov.br/saude>. **O que é a Covid-19?** Publicado em 08/04/2021.
- CUTRIM, Kauanna Petra Freitas Ferreira **O stress docente relacionado ao ensino remoto no contexto da pandemia do Covid-19 em Marabá-PA** / Kauanna Petra Freitas Ferreira Cutrim; orientador (a), Letícia Souto Pantoja. — Marabá: [s. n.], 2021.
- DAL ROSSO, S. **Mais trabalho: a intensificação do labor e crises na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DIAS, D. S.; SILVA, M. F. **Como escrever uma monografia:** manual de elaboração com exemplos e exercícios. São Paulo: Atlas, 2010.

DOMINGOS, Letícia Hubner; HENN Rosana, **Estilo de vida e hábitos alimentares de professores universitários em trabalho remoto durante a pandemia pela covid-19.** Repositorio.Anima educacao.com.br/bitstream/ANIMA/18388/1/ESTILO%20DE%20VIDA%20E%20HÁBITOS%20ALIMENTARES%20DE%20PROFESSORES%20UNIVERSITÁRIOS%20EM%20TRABALHO%20REMOTO%20DURANTE%20A%20PANDEMIA%20PELA%20COVID-19.pdf.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JORGE, Elisangela Emília; CONSTÂNCIO, Gabriela Pinheiro; VALEDORIO, Raquel Cristina, Magatti, Mariana Lopes; AYUB, Sandra Regina Chalela. **Níveis de ansiedade em docentes perante a pandemia de orthocoronavirinae (COVID-19)** Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210203256.pdf>

PEDROLO, Edivane; SANTANA, Leni de Lima; ZIESEMER, Nadine de Biagi Souza; CARVALHO, Telma Pelaes de; RAMOS, Tangriane Hainiski; HAEFFNER, Rafael Impacto da pandemia de COVID-19 na qualidade de vida e no estresse de docentes de uma instituição federal. **Research, Society and Development.** v. 10, n. 4, p. e43110414298, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14298>. Acesso em: 9 feb. 2022.

PEREIRA, Hortência Pessoa; SANTOS Fábio Viana; MANENTI, Mariana Aguiar. **Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas.** Boletim de Conjuntura (BOCA) ano II, vol. 3, n. 9, Boa Vista, 2020.

PINHO, Paloma S. et al. Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021, e00325157. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00325.

RIBEIRO, Paula de Lacerda Santos; SANTOS, Emanuela de Souza Gomes dos; FREITAS, Luciene Nascimento de; ANDRADE, Emmanuely Helueny Aguiar de; NETO, Vicente Bessa. **Ação de promoção à saúde relacionada ao sono saudável de estudantes e professores durante o ensino remoto.** Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, v.10, n.2, 2021.

ROCHA, Cavalini, G; Hideki Ogatha, B; Valques Lorencete, D; Sonoda Buzzo, L., Zamparoni Victorino, S. V.: Bossolani Charlo, P. **Impacto do ensino remoto emergencial no trabalho docente durante a pandemia de COVID-19.** 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11iCOVIDp7105-7122>.

SANCHEZ, Hugo Machado; SANCHEZ, Eliane Gouveia de Moraes; BARBOSA, Maria Alves; GUIMARÃES, Ednaldo Carvalho; PORTO, Celmo Celeno. **Impacto da saúde na qualidade de vida dos docentes Universitários de diferentes áreas do conhecimento.** Ciênc. Saúde coletiva vol.24 no.11 Rio de Janeiro nov. 2019.

TESTA, Saulo; VIEIRA Suelen Vicente; CÂNDIDO, Pereira Fernando. **Saúde e estilo de vida de docentes considerando o nível de atividade física no lazer durante a pandemia de covid-19** disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2459>

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de; SILVA, Marcelo José de Souza; PETTERL, Ricardo Rasmussen. **Sofrimento mental de professores do ensino público.** Saúde debate 42 (116) • Jan-Mar 2018 • <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607>.

VILAS BOAS, A. Alice; MORIN, Estelle. Indicadores de Qualidade de Vida no Trabalho para Professores de Instituições Públicas de Ensino Superior: uma comparação entre Brasil e Canadá. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pósgraduação e Pesquisa em Administração, 37., 2013, Rio de Janeiro.** Anais... Rio de Janeiro: EnANPAD, 2013.

VILANOVA, Célia Campelo R.; SILVA SANTANA, L.; SÁ, G. Oliveira Lima; FARES, D. Ferreira Brito; PEREIRA, L. da Silva; ALMEIDA, F. de Jesus Furtado; NASCIMENTO, Antônio M. **Impacto da pandemia na qualidade de vida de integrantes do ensino superior do maranhão.** RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, 2(7), e27522. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i7.522>.

CAPÍTULO 5

Qualidade de vida, ansiedade e depressão em docentes em tempos de pandemia

Raira Alâna Silva Almeida
Keyla Iane Donato Brito Costa
Berta Leni Costa Cardoso

Introdução

A saúde do trabalhador docente está altamente comprometida. As altas demandas de trabalho acadêmicas e pessoais comprometem a qualidade de vida e, sobretudo, a saúde laboral docente.

A carga horária de trabalho contínuo tem influenciado na qualidade de vida da sociedade, no trabalho docente não é diferente, pois os professores vêm sofrendo profundas transformações com o intuito de se adequarem às necessidades impostas pela sociedade. A grande influência do capitalismo e o crescente processo de inovação tecnológica exige profissionais cada vez mais capacitados para atingir os objetivos organizacionais, de atualização profissional e de inovação.

No bojo desse crescimento, para estarem inseridos neste mercado de trabalho cada dia mais amplo e exigente, os trabalhadores procuram se aperfeiçoar, para assim, atingirem seu objetivo de crescimento profissional. Mais capacitados, eles se tornam mais criteriosos e cautelosos, de modo que passam a exigir um ambiente de trabalho sadio e com condições estruturais adequadas, além de um ótimo retorno financeiro.

As modernas concepções do trabalho e da atividade laboral configuram a representação de dois extremos: por um lado, algo bom, positivo e desejável, por outro, algo mal, negativo e

indesejável. Mendes e Cruz (2004) afirmam que o ser humano dedica a maior parte de sua existência ao trabalho, consideram-no como um dos aspectos mais relevantes da vida pessoal, não somente pela quantidade de tempo a ele consagrado, mas, particularmente, por sua representação psicossocial. Se o trabalho é considerado central na constituição da subjetividade, há que se pensar na pessoa, cuja saúde está comprometida, de modo a afastá-la do trabalho por adoecimento.

Sadir, Bignotto e Lipp (2010) pontuam a qualidade de vida como um estado de bem-estar físico, mental e social e não somente como a ausência de doenças. O estado de felicidade é atrelado ao sucesso em quatro áreas (social, afetiva, saúde e profissional). Dizem ainda que o pouco tempo dedicado à família, em função do alto investimento no trabalho, pode acarretar a falta de suporte e apoio quando necessários. Na área social, pode ocorrer o isolamento e a conseqüente falta de amigos, além do desencadeamento de sérios prejuízos à saúde da pessoa.

No Brasil, a noção de saúde é demarcada na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), a qual conceitua saúde como um direito de todos e um dever do Estado, com acesso universal e igualitário. Diante disso, é possível reconhecer a própria qualidade de vida como uma expressão da compreensão da saúde enquanto uma categoria permeada por outros indicadores, que não apenas os biológicos ou os de morbimortalidade das populações.

Almeida Filho (2000) assegura que embora o conceito de saúde seja amplo, nem sempre é possível mensurar em nível individual ou coletivo, pois ainda não foi substituído por um conceito que seja internacionalmente aceito. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cuja missão principal é desenvolver ao máximo o nível de saúde de todos os povos, a saúde é definida como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946, s.p.).

A qualidade de vida no trabalho, na maioria das vezes, ocorre em função de um conjunto de fatores que independem do

profissional, ou seja, que fogem ao seu controle. Esses fatores, quando não tratados com a devida importância, acarretam sintomas psicológicos e até doenças, as quais levam à diminuição da produtividade do profissional e, conseqüentemente, da qualidade do trabalho realizado.

Na atual situação de pandemia da COVID-19, provocada pelo vírus SARSCoV-2, é comum ter sentimentos e emoções negativas, como medo, tristeza, raiva e solidão, além de ansiedade, estresse e depressão. O excesso de notícias sobre a pandemia, a mudança de rotina, o distanciamento físico, além das conseqüências econômicas, sociais e políticas, relativas a esse novo cenário, podem aumentar ou prolongar esse desconforto emocional.

Em estudos realizados por Faro *et al.* (2020), realizados em situações pandêmicas, constatou-se que alguns transtornos mentais comuns podem ser desencadeados pela quarentena, a exemplo dos transtornos de ansiedade e depressão e indícios de aumento do comportamento suicida.

A pandemia tem mudado o cenário social nos últimos meses e trazido impactos de várias ordens à vida das pessoas, dado que uma nova realidade se impôs a parte dos brasileiros: o *home office* e o distanciamento social. Assim, as pessoas precisaram estabelecer novas rotinas e utilizarem a tecnologia a seu favor para manter o contato social e preservar sua saúde mental.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), atualmente o Brasil é o país mais ansioso do mundo, com mais de 18 milhões de pessoas convivendo com o transtorno. A depressão atinge mais de 11 milhões de brasileiros, o que o faz ser o 5º país com a maior prevalência do mundo. O relatório “Depressão e outros distúrbios mentais comuns: estimativas globais de saúde” aponta que 322 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com este transtorno mental, a maioria mulheres (OMS, 2017).

A ansiedade e a depressão andam lado a lado e podem ser acompanhadas uma da outra. A diferença entre elas é o diagnóstico dado por especialistas, uma vez que é necessária uma

análise profunda para entender os fatores como histórico familiar, experiências passadas etc.

Percebe-se que os efeitos do distanciamento e adaptação ao novo normal trouxeram inquietações sobre como estaria a predisposição desses profissionais em níveis de ansiedade e depressão e o comprometimento da saúde. A ansiedade pode, além de ter um efeito desencadeador do desenvolvimento da depressão, ocasionar inúmeras doenças, propiciar um prejuízo para a qualidade de vida e para a produtividade do ser humano, o que gera um grande interesse pelas causas e pelos métodos de redução dessas comorbidades. Com base nessa percepção, o objetivo deste estudo foi averiguar os níveis de ansiedade, depressão e de qualidade de vida em uma amostra de docentes dos cursos da área da saúde, em uma universidade privada da cidade de Guanambi – BA.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa de corte transversal. Participaram dela docentes dos cursos de graduação da área da saúde, em uma instituição de ensino superior privada do sudoeste da Bahia.

Utilizou-se um questionário sociodemográfico criado para a pesquisa, destinado a avaliar os índices de ansiedade, a saber: o Inventário de Ansiedade de Beck (BECK; STEER, 1993), o qual é uma tradução e adaptação para o português brasileiro feita por Cunha (2001). Ele contém 21 itens que descrevem sintomas comuns em quadros de ansiedade e visam indicar com que intensidade o indivíduo se sentiu incomodado, considerando cada um dos sintomas da lista e a semana anterior à avaliação. O instrumento é composto por uma escala de quatro pontos por item (0 = não fui incomodado; 1 = não me incomodou muito; 2 = foi muito desagradável, mas pude suportar; 3 = severamente incomodado), cuja soma resulta em escore que pode variar entre 0 e 63.

Para avaliar os índices de comportamento depressivo foi utilizado o Inventário de Depressão de Beck – BDI que consiste em um questionário de auto relato com 21 itens de múltipla escolha. É um dos instrumentos mais utilizados para medir a severidade de episódios depressivos. O questionário é desenhado para pacientes acima de 13 anos de idade e é composto de diversos itens relacionados aos sintomas depressivos como desesperança, irritabilidade e cognições como culpa ou sentimentos de estar sendo punido, assim como sintomas físicos como fadiga, perda de peso e diminuição da libido.

Já para avaliar a qualidade de vida foi empregado O instrumento *World Health Organization Quality of Life instrument (WHOQOL-100)* que consiste em cem perguntas referentes a seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais. Esses domínios são divididos em 24 facetas. Cada faceta é composta por quatro perguntas. Além das 24 facetas específicas, o instrumento tem uma 25ª composta de perguntas gerais sobre qualidade de vida. Ao final, contém algumas perguntas sobre as orientações e informações sobre a quarentena devido à pandemia ocasionada pelo vírus COVID-19.

Para à coleta de dados, o primeiro mecanismo a ser efetivado foi digitalizar e converter os instrumentos utilizados na pesquisa em versões de questionários *on-line* disponíveis por meio de *links* na plataforma Google Drive. Vale salientar que todos os instrumentos de coleta continham ao seu final uma versão curta do termo de consentimento e as pessoas que admitiram participar da presente pesquisa assinalaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao clicar no item “concordo”.

Os questionários foram construídos em formatos de *links*, de modo que os participantes tiveram acesso a eles após o encaminhamento para seus *e-mails* ou via WhatsApp. Assim, eles foram respondidos de maneira *on-line* e suas respostas foram computadas imediatamente ao final de cada questionário.

Quanto aos métodos de análise de dados, estes foram analisados por meio da estatística descritiva com a utilização do Excel para viabilização da confecção de gráficos e tabelas.

A presente pesquisa é um recorte do projeto guarda-chuva intitulado “Indicadores de saúde e qualidade de vida de docentes e discentes: estudo comparativo entre gêneros” aprovado pelo CEP da Universidade do Estado da Bahia com CAAE 4378915.4.0000.0057 e parecer número 2.555.025.

Resultados e discussão

A população pesquisada foi composta por docentes dos cursos da área da saúde, de uma instituição de ensino superior privada do sudoeste da Bahia, que estivessem atuando em sala de aula, restringindo a participação daqueles que estivessem de licença, seja por maternidade, doença ou qualificação. Foram convidados a participar um total de 117 docentes, porém, a amostra do estudo foi composta por 30 docentes, que concordaram em participar e responderam ao questionário *on-line*, sendo 22 (73,03%) do sexo feminino, 8 (26,07%) do sexo masculino. A média de idade dos docentes que participaram dessa pesquisa é de 34,44 anos, sendo a idade mínima de 24 anos e a idade máxima de 46 anos. A tabela 1 apresenta os dados pessoais e profissionais dos docentes pesquisados.

Tabela 1 – Características pessoais e profissionais dos docentes universitários

		Nº	Porcentual (%)
Estado Civil	Solteiro(a)	11	36,7%
	Casado(a)	16	53,3%
	Divorciado(a)	3	10,0%
Filhos	Não tenho	19	63,3%
	01 Filho	3	10,0%
	2 Filhos	8	26,7%
Renda	2 a 3 salários mínimos.	7	23,3%

Familiar	4 a 5 salários mínimos.	14	46,7%
	Mais de 6 salários mínimos.	9	30%
Regime de Trabalho	Professor horista.	8	26,7%
	Professor de regime parcial.	19	63,3%
	Professor de regime integral.	3	10 %
Carga horária atual de trabalho	18h	1	3,3%
	20h	6	20%
	27h	2	6,7%
	29h	1	3,3%
	40h	6	20%
	41h	1	3,3%
	44h	2	6,7%
	50h	1	3,3%
	58h	1	3,3%
	60 h	5	16,7%
66 h	1	3,3%	
Grau de instrução	Especialização	16	53,3%
	Mestrado	13	43,3%
	Doutorado	1	3,3%
Especialização na área da Educação	•Pós-graduação de Metodologias ativa e inovações da aprendizagem;	3	10%
	•Mestrado em Educação;	2	6,7%
	•Especialização em Docência Superior;	1	3,3%
	•Não possui especialização na área.	24	80%
Atuação na área de formação	Sim	29	96,7%
	Não	1	3,3%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A tabela 1 apresenta informações importantes como dados sociodemográficos e profissionais para interpretação dos resultados que, comumente, atuam como fatores intervenientes na Qualidade de vida, sendo eles a questão salarial, que vai de 23,3%, com recebimento de aproximadamente 2 a 3 salários mínimos, a

46,7%, que recebem aproximadamente 4 a 5 salários mínimos, variando também a carga horária de 3,3% que trabalha 18h e 20% que tem carga horária de 20 e 40 horas.

Nos dados consta que a atuação profissional da maioria desses docentes é em sua área de formação, cerca de 96,7%, que equivale a 29 dos 30 participantes, em que apenas 3,3%, ou seja, 1 docente que não está atuando em sua área de formação. Apesar da população pesquisada ser de docentes atuando em sala de aula, cerca de 80% não possui nenhuma especialização na área da Educação.

Análise da qualidade de vida de acordo com o instrumento WHOQOL-100

O instrumento escolhido para analisar a qualidade de vida dos docentes foi o WHOQOL-100, que consiste em cem perguntas referentes a seis domínios e esses domínios são divididos em 24 facetas. Cada faceta é composta por quatro perguntas. Além das 24 facetas específicas, o instrumento tem uma 25ª composta de perguntas gerais sobre qualidade de vida que objetiva avaliar a qualidade de vida de forma global, com base em seis grandes domínios. Do ponto de vista da Organização Mundial da Saúde, apresenta-se os domínios nos seguintes eixos:

Figura 1 – Qualidade de vida WHOQOL-100



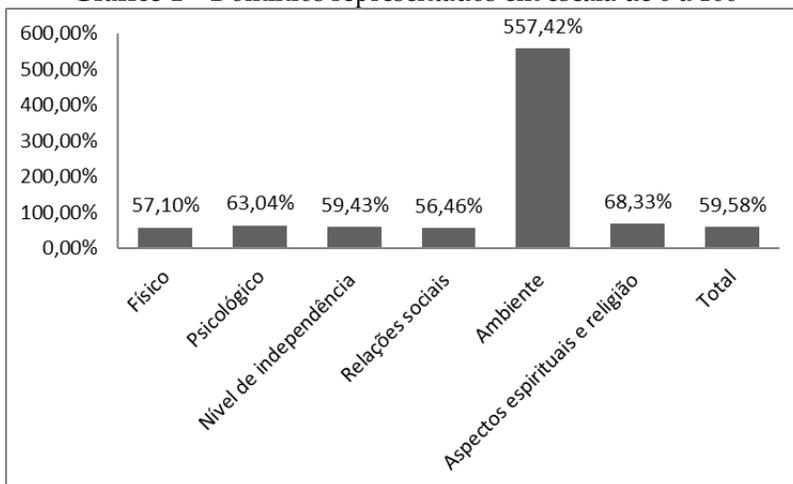
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O questionário WHOQOL-100 apresenta um escore de 0 a 100, de modo que quanto maior a porcentagem (mais perto de 100%) melhor a qualidade de vida. Para melhor visualização e interpretação dos dados do questionário WHOQOL-100, as respostas serão apresentadas por meio de gráficos e porcentagens.

Cada domínio é constituído por facetas que são avaliadas por quatro questões. Assim, o Instrumento é composto por 24 facetas específicas descritas no Gráfico 2 e uma faceta geral que inclui questões de avaliação global de qualidade de vida.

A seguir, temos as porcentagens de acordo com cada domínio, as médias dos escores dos domínios são convertidas em uma escala de 0 a 100, e serão exibidas no gráfico.

Gráfico 1 – Domínios representados em escala de 0 a 100



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Gráfico 1 ilustra que os docentes se apresentam na média em todos os domínios. Pode-se perceber que as médias não se encontram tão elevadas, visto que, quanto mais próximo de 100%, melhor a Qualidade de Vida. Os maiores escores estão nos domínios Aspectos Espirituais/Religião/Crenças Pessoais (68,33), Psicológico (63,04) e Níveis de Independência (59,43). No entanto, a menor média encontrada é no domínio Relações Sociais, que apresenta 56,46%, demonstrando quão insatisfeitos estão com suas relações pessoais, suporte (apoio) social e atividade sexual.

Os docentes manifestaram escores abaixo de 70% nos parâmetros de qualidade de vida global, alguns com escores menores que 60%, a exemplo dos domínios físico (57,01), ambiente (57,42) e nível de independência (59,43), o que demonstra que os docentes estão mais insatisfeitos com sua saúde, sentem dor ou desconforto, falta de energia e fadiga, insônia e cansaço físico, mostram-se insatisfeitos com ambientes de lazer.

Ao observar os resultados presentes no referido gráfico, é perceptível que os domínios, de modo geral, apresentaram escala maior que 50% e menor que 60%, levando em consideração a

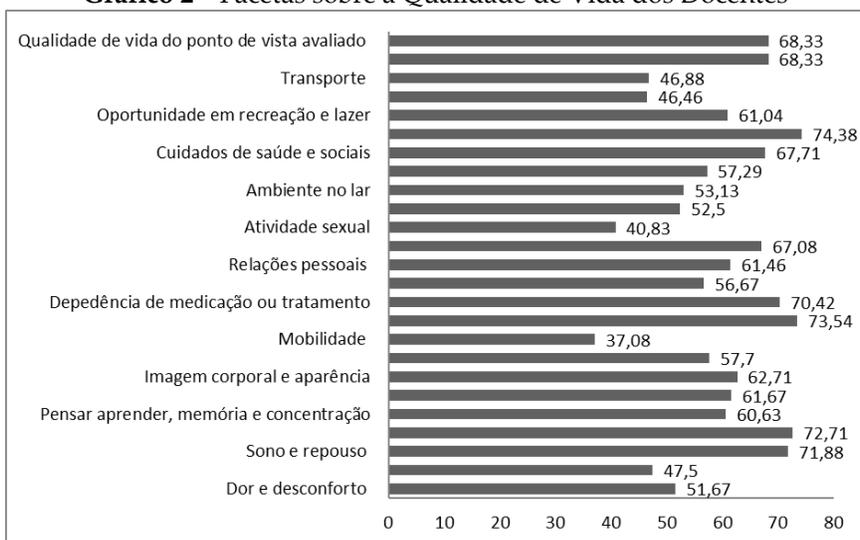
escala 100% como ótima qualidade de vida, então interpreta-se que a QV global não está nem ótima, nem ruim, está regular.

Em relação à qualidade de vida, o estudo de Oliveira Filho *et al.* (2012), realizado com 293 professores de uma Instituição de Ensino Superior — IES pública do sul do Brasil, utilizando o WHOQOL-abreviado para a avaliação da qualidade de vida, apontou que, em relação à área de atuação, houve maior participação de professores da área da saúde (51,2%). Esse estudo identificou também que a maioria dos entrevistados (84,3%) percebeu sua qualidade de vida como boa ou muito boa, contrapondo com o presente estudo que apresenta escore global regular.

Apesar de os resultados não mostrarem grandes níveis de insatisfação, pesquisas mostram um grande número de docentes insatisfeitos com sua qualidade de vida, até mesmo por levarem uma vida mais desgastante de rotina de trabalho, com cargas horárias excessivas. Nesse sentido, pesquisas com docentes realizadas por Silverio *et al.* (2010) ressaltam que todo o processo do viver laboral tem prejudicado a maioria dos docentes em sua qualidade de vida como um todo, porque eles não conseguem superar o estresse no próprio ambiente da instituição. É comum extrapolarem para o domicílio e demais ambientes sociais sentimentos de ansiedade, tristeza e preocupação.

O estudo de Koetz (2011) apresenta resultados que se aproximam da presente pesquisa. Ele foi realizado com 203 professores de graduação de três IES privadas, aplicando-se o instrumento WHOQOL-abreviado, que apontou um escore geral da QV de 74,4, considerado muito satisfatório. Porém, esse estudo não definiu as áreas de atuação desses professores. Essa diferença pode ser justificada pela infraestrutura dessas instituições privadas, que é extremamente relevante para que os professores possam ter uma boa QV.

Gráfico 2 – Facetas sobre a Qualidade de Vida dos Docentes



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No Gráfico 2, estão os resultados obtidos mediante a aplicação do questionário, ao avaliar as facetas relacionadas à qualidade de vida dos docentes, constata-se que os profissionais da área da saúde apresentaram níveis satisfatórios na qualidade de vida global. Porém, foram encontradas algumas facetas com escores menores que 50%, que foram: Mobilidade (37,08%), Atividade sexual (40,83%), Ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima) (46,46%), Transporte (46,88%) e Energia e fadiga (47,50%), que apresentaram escore abaixo de 50%.

Uma contradição que Silverio *et al.* (2010) indicam é a questão dos docentes apontarem também grande comprometimento na qualidade de vida pelo "excesso de horas de trabalho", pois todas as horas são alocadas para atividades com o aluno, o que se agrava quando há "excesso de alunos em grupos de estágio", "insuficiente material de apoio" para algumas atividades pedagógicas e "falta de transporte para os diversos locais de estágio". Em relação a uma insatisfação no domínio Energia e fadiga, infere-se que ela possa estar ligada ao fato da maioria dos docentes pesquisados

trabalharem em duas instituições ou mais, sendo também a maioria desses regulados em regime parcial, 19 docentes.

As facetas que apresentaram níveis satisfatórios, que mais se aproximam de uma excelente qualidade de vida, o maior nível de satisfação está em “Oportunidade de adquirir novas informações e habilidades” (74,38%), pois os sujeitos da pesquisa demonstraram estar bem satisfeitos com “Atividades da Vida cotidiana” (73,54%), seguido de “Sentimentos positivos” com (72,71%), “Sono e repouso” com (71,88%), por fim, na escala dos 70% está “Dependência de medicação ou de tratamentos” com (70,42%).

Quanto à satisfação com as atividades da vida cotidiana, Silverio *et al.* (2010) afirmam que trabalho cotidiano em instituição tem propiciado a evolução do docente no âmbito não apenas profissional, mas também pessoal, por aumentar a rede de interações e fortalecer os laços afetivos com a família e com outras pessoas de convívio social. Para alguns docentes, desta forma, a qualidade de vida tem melhorado não só pelo fato de estarem fazendo o que gostam e/ou pela renda obtida, mas pelo prazer e pelas alegrias nas interações com alunos, também pela satisfação com as realizações pessoais decorrentes do trabalho.

Em um estudo de Conceição *et al.* (2012), sobre qualidade de vida em docentes de enfermagem, verificou-se que na qualidade de vida global, somente os professores da universidade privada têm minoria no escore "bom", mas nos domínios físico e psicológico a soma dos percentuais dos escores não apresentou diferenças relevantes. Portanto, no domínio físico, o escore foi de 47% e no psicológico 43,4%; entretanto, para os domínios das relações sociais e do meio ambiente, foram 22,2% e 30,6%, respectivamente.”

Análise dos níveis de ansiedade e depressão

Perante o crescente aumento de casos de ansiedade e depressão diagnosticados na classe de trabalhadores docentes, estudar esta patologia passa a ser uma necessidade dentre aqueles

que trabalham com a saúde mental. Considerada o mal do século e a quarta causa mundial de adoecimento, a depressão aparece por meio de várias faces, atingindo todo tipo de cultura, faixa etária e classe social (AROS, 2008).

A depressão quando manifestada, comumente associada à ansiedade, compromete o indivíduo nas suas relações pessoais e familiares, causando grande impacto, principalmente, no seu desempenho no trabalho.

Ao considerarmos que a saúde mental interfere diretamente no bem-estar e na qualidade de vida laboral do indivíduo, analisamos por meio do inventário de Beck, a incidência dos níveis de ansiedade e depressão desses docentes. Tais resultados seguem representados na Tabela 2.

Tabela 2 – Níveis de ansiedade e de depressão

GRAU	Ansiedade	Depressão
Mínimo	63,3% (n=19)	83,3% (n=25)
Leve	30,0% (n=9)	16,7% (n=5)
Moderado	3,3% (n=1)	-
Grave	3,3% (n=1)	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os graus de ansiedade podem variar em mínimo, leve, moderado e grave, como demonstrados na Tabela 2. As respostas apresentadas pelos participantes mostraram que 63,3% dos pesquisados que responderam aos instrumentos apresentaram nível mínimo, 30,0% grau leve, 3,3% grau moderado e 3,3% grau grave.

Quanto aos níveis de ansiedade, 36,6% dos sujeitos que responderam aos instrumentos apresentaram nível “leve”, “moderado” e “grave”. Segundo Silveira *et al.* (2014), tais níveis são prejudiciais à ação educativa, além de comprometer a qualidade de vida dessas pessoas em outras esferas sociais. Todavia, não significa que os demais sujeitos, classificados como “mínimo”, não apresentem comportamentos ansiosos.

A ansiedade é um mecanismo psíquico que todas as pessoas utilizam, sobretudo em situações julgadas por elas perigosas e/ou desafiantes. Em um ambiente dinâmico, como a escola/universidade, onde as cobranças e as interações pessoais são constantes, é esperado que o profissional se mostre ansioso e, por conseguinte, vivencie situações de desmotivação, tristeza, raiva e/ou impaciência.

Costa e Silva (2019) todavia, não se referem às vicissitudes relacionadas a este tipo de ansiedade, as quais são vividas cotidianamente. Tais autores estão apontando para os transtornos de ansiedade, ou seja, os quadros sintomáticos que levam o sujeito a manifestar, de maneira desmedida, certas condutas, independentemente de ele estar vivenciando situações “reais” de estresse.

Como se pode observar, na Tabela 2, em relação à depressão, a porcentagem para “moderado” e “grave” foi zerada, o grau “leve” teve 16,7%, e a porcentagem para o grau “mínimo” (83,3%) foi maior em relação ao grau “mínimo” da ansiedade.

Os nossos resultados se contrapõem aos estudos de Santos *et al.* (2008) e Silveira *et al.* (2014), que utilizaram os mesmos instrumentos, em que se observou a prevalência do grau “leve”, obtendo a prevalência do grau “mínimo”. Cunha (2011) afirma que mesmo ocorrendo alguns sintomas de ansiedade ou de depressão, os sujeitos que se enquadram nesse nível respondem de forma condizente com os desafios do dia a dia, não tendo perda significativa na qualidade de vida, sendo um fraco indicativo de adoecimento mental.

Já a amostra da pesquisa de Strieder (2010) foi constituída, em sua maioria, por pessoas do sexo feminino, em estudo realizado sobre a depressão, suas causas e consequências. Esse autor afirma que a depressão, embora seja um fenômeno que afeta mais as mulheres, pode atingir pessoas de todas as faixas etárias, crenças, etnias e classes sociais.

Elias (2014) investigou as dificuldades enfrentadas na prática docente por cinco professores universitários que ministravam

aulas em instituições privadas de Uberlândia (MG). Além da obtenção de dados demográficos e profissionais, foram realizadas cinco entrevistas, nas quais foram relatadas angústias e frustrações diante das exigências do mercado de trabalho que afetam a prática profissional e a saúde mental desses sujeitos. Em suas conclusões, o autor alertou para a transformação da Educação Superior privada em mercadoria, a qual faz excessivas cobranças aos alunos e aos gestores, além de criar um ambiente de medo e submissão, tornando o trabalho produtor de adoecimento e de corrosão do caráter.

Análise sobre as questões sobre a pandemia do novo COVID-19

O confinamento, a mudança da rotina, a falta de lazer, de contato físico e social podem provocar tédio, frustração e uma sensação de isolamento, ocasionando muita ansiedade. A frustração, por ser acentuada pela impossibilidade de executar as atividades do dia a dia — como seguir a rotina habitual de trabalho, fazer compras e, até mesmo, de participar de festas e reuniões com amigos e família durante a quarentena — faz com que as pessoas sintam medo de morrer e apresentem sentimentos de solidão e raiva. A perda do contato físico, aliada à impossibilidade de dar e receber um abraço, pode tornar essa situação muito estressante e contribuir para o desenvolvimento de sintomas de depressão e ansiedade.

O Governo do Estado publicou no Diário Oficial do Estado, o Decreto nº 19.529, de 16 de março de 2020, que regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus. Entre as medidas adotadas está a suspensão das aulas da rede de ensino da Bahia, com data indefinida para retorno. Pensando nesse momento delicado que estamos vivenciando, de isolamento social e de mudança de hábitos diários, ao final do questionário foram inclusas algumas questões que foram respondidas acerca da quarentena.

As respostas, a seguir, são sobre a enquete de cunho pessoal, relacionada à pandemia. Assim, foi feita a seguinte pergunta aos participantes da pesquisa: “Você está cumprindo a quarentena?”.

De 30 respondentes, 27 pessoas (que corresponde a 90%) responderam que “sim”, estão cumprindo com as orientações dos órgãos responsáveis de saúde para cumprimento da quarentena. 10%, que corresponde a 3 pessoas, não está cumprindo a quarentena.

Quarentena é uma das ferramentas mais antigas e eficazes de controle de surtos de doenças transmissíveis. O termo quarentena significa a restrição de movimento de pessoas que se presume terem sido expostas a uma doença contagiosa, mas não estão doentes, tanto porque não se infectaram ou ainda porque estão no período de incubação. Cabe destacar, contudo, que na realidade estamos vivenciando distanciamento social, pois o período de medidas cautelosas, para não transmitir o vírus ou ser infectado, já extrapolou os quarenta dias, ao qual se refere a quarentena.

O distanciamento social, na visão de Smith e Freedman (2020), consiste na ação de reduzir as interações entre as pessoas em uma comunidade mais ampla, na qual os indivíduos podem ser infecciosos, mas ainda não foram identificados, portanto, ainda não isolados. Como as doenças transmitidas por gotículas respiratórias requerem uma certa proximidade das pessoas, o distanciamento social das pessoas reduzirá a transmissão. Essas medidas são comuns em locais onde se acredita que a transmissão na comunidade ocorreu, mas onde as ligações entre os casos não são claras, ou onde as restrições impostas apenas a pessoas, sabidamente expostas, são consideradas insuficientes para prevenir uma transmissão posterior. O distanciamento social inclui o fechamento de escolas ou prédios de escritórios, a suspensão dos mercados públicos e o cancelamento de reuniões.

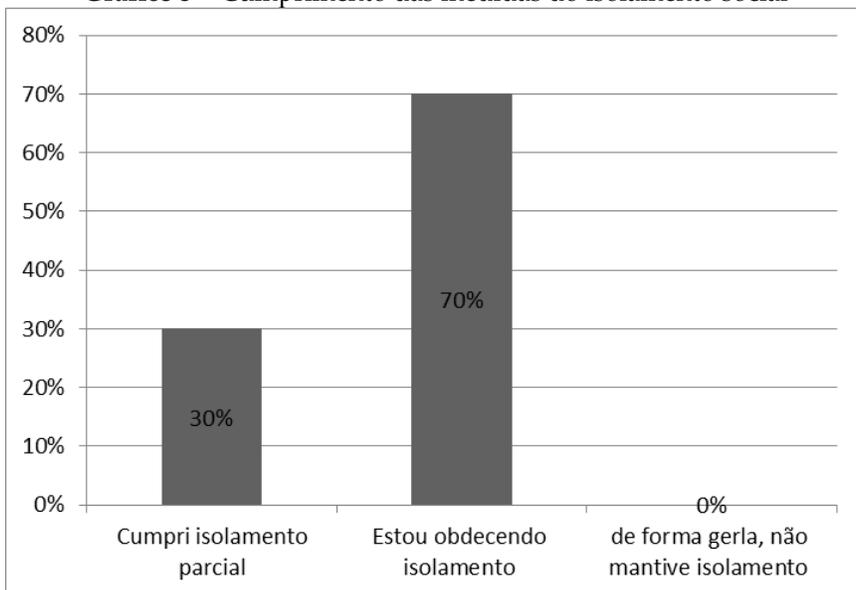
Ao serem questionados se fazem parte do grupo de risco, a maioria afirma que não são do grupo de risco. Considera-se como do grupo de risco as pessoas acima de 60 anos, mesmo que não tenham nenhum problema de saúde associado, além de pessoas

de qualquer idade que tenham comorbidades, como cardiopatia, diabetes, pneumopatia, doença neurológica ou renal, imunodepressão, obesidade, asma e puérperas, entre outras. As respostas obtidas foram: 90%, equivalente a 27 pessoas as quais responderam que “não”, e 10%, isto é, 3 pessoas que responderam “sim”, são consideradas do grupo de risco. O Ministério da Saúde aconselha que essas pessoas precisam redobrar os cuidados nas medidas de prevenção ao coronavírus.

Ao serem questionados sobre se “Desde o início do isolamento social, tem cumprido as medidas propostas pelos órgãos responsáveis de saúde?”.

Um total de 70% (21) dos docentes responderam que estão obedecendo o que é recomendado pelos órgãos responsáveis de saúde, os quais saem raramente e para o estritamente necessário, a exemplo de idas ao mercado e à farmácia. Os outros 30% (9) restantes afirmaram “cumpri um isolamento parcial”, saindo eventualmente para outros lugares, encontrando pessoas. Do total de pesquisados, todos cumprem ou cumpriram com as medidas de isolamento. Desde o início do isolamento social, medidas de distanciamento foram tomadas, a exemplo de evitar a saída de casa, adotar o uso de máscaras faciais para proteção da boca e nariz e a assepsia das mãos, as quais objetivam conter a disseminação do vírus. Entretanto, foi constatado, por meio de pesquisas, que evitar as saídas de casa sem necessidade, saindo apenas quando for realmente essencial, como ir à padaria, supermercado, farmácia ou agências bancárias, é a melhor maneira de conter a contaminação.

Gráfico 3 – Cumprimento das medidas do isolamento social



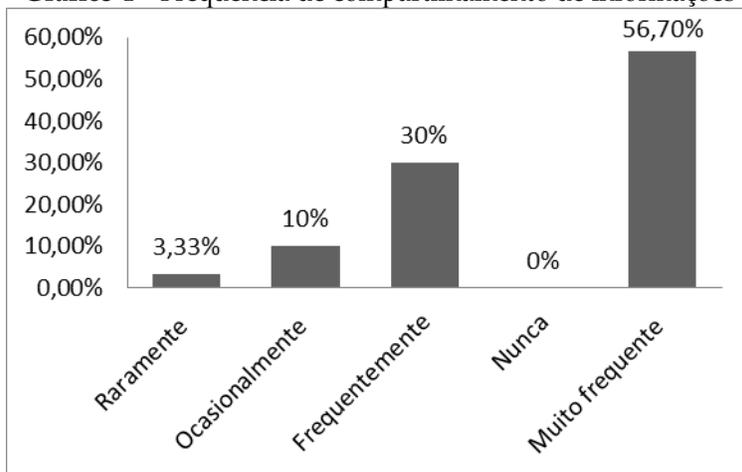
Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Os pesquisados foram questionados se têm conhecimento sobre todas as formas de infecção e prevenção da COVID-19.

Todos têm conhecimento das formas de prevenção contra o vírus da COVID-19 e que a transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de toque, do aperto de mãos contaminadas, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, objetos ou superfícies contaminadas (celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc.).

Quando questionados se compartilham seu conhecimento sobre as formas de infecção, prevenção e tratamento da COVID-19 com seus alunos e familiares, os pesquisados responderam conforme representado no Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 – Frequência de compartilhamento de informações

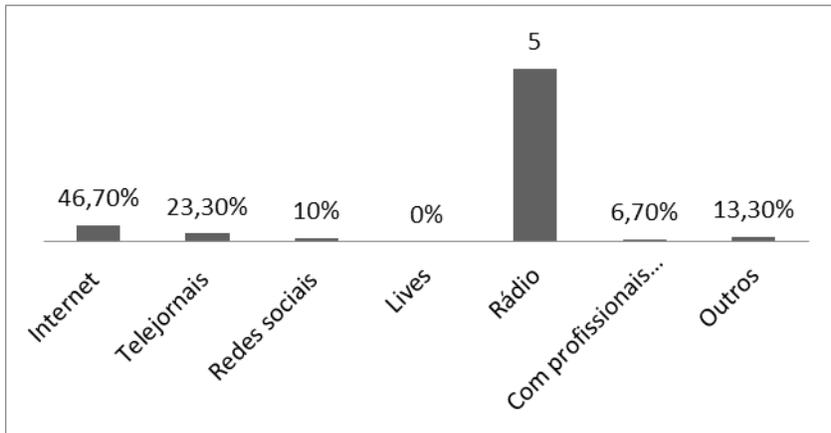


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O compartilhamento de informações foi de extrema importância para que as pessoas tomassem o devido cuidado para não serem contaminadas, pois os casos mais graves da doença podem levar ao óbito. Cerca de 56,70% (17) muito frequentemente e 30% (9) frequentemente compartilham seus conhecimentos sobre formas de infecção, prevenção e tratamento com seus alunos e familiares. Já 10% (3) disseram compartilhar ocasionalmente, e 3,3% (1) raramente, enquanto que ninguém disse que não compartilhava seus conhecimentos acerca da COVID-19.

Os informantes, ao serem questionados sobre a forma que obtêm informações sobre a COVID-19, responderam conforme descrito no Gráfico 5 que segue.

Gráfico 5 – Como se informa sobre a COVID-19



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A maioria, 46,7% (14) se informa pela internet, 23,3% (7) por telejornais, 10% (3) por redes sociais, 6,7% (2) com profissionais da saúde, já por outras formas de se manterem informados foram 13,3% (4), enquanto que 0% por programas de rádio e *lives*.

Pesquisadores e psicólogos a serviço da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, que se reuniram para elaborar uma cartilha de orientações e cuidados com a saúde do professor em tempos de pandemia, afirmam que estamos vivenciando uma situação atípica e sem precedentes, o que provoca impactos na saúde mental. Tais circunstâncias têm o potencial de provocar uma alteração profunda e significativa na rotina de todas as pessoas, desdobrando em estresse, alterações das emoções, do sono e dos níveis de ansiedade, e qualidade de vida (SEC/BA, 2020).

Considerações finais

A coleta se iniciou logo após a deliberação do estado de quarentena e isolamento social, ocasionado pela pandemia mundial, do coronavírus (Covid-19). Devido a todas as atividades terem sido paralisadas em sua totalidade, como as aulas do ano letivo, o procedimento da pesquisa ocorreu em maior

integralidade nestes últimos quatro meses, gerando uma evasão e, conseqüentemente, uma amostra reduzida de docentes.

Ainda que tenha existido fatores limitantes, em função do número reduzido de respondentes, foi possível obter informações a respeito dos objetivos da pesquisa, na qual pode-se constatar graus mínimos de ansiedade e depressão. Porém, a quantidade de professores com grau mínimo de depressão foi superior ao de ansiedade, 83,3%, que equivale a 25 pesquisados, com grau mínimo de depressão e 63,3%, 19 pesquisados, com grau mínimo de ansiedade e nenhum com grau moderado ou grave de depressão, já para grau moderado e grave de ansiedade, apenas 1 pesquisado. Percebe-se que a maioria dos estudos apontam que os docentes universitários estão demonstrando ter cada vez mais os sintomas de ansiedade e depressão, por terem uma carga horária bem exaustiva e uma maior auto cobrança.

Constatou-se também que os docentes apresentam uma qualidade de vida regular com escore de (59, 58%). Na escala de 0 a 100% utilizada para avaliar o nível de QV, chama a atenção o fato de que os docentes manifestaram uma média regular nos scores de qualidade de vida global, como também nos domínios psicológico, nível de independência, aspectos espirituais e físicos. Entretanto, a grande maioria não obteve escore tão alto no domínio do meio ambiente e das relações sociais, isso demonstra que os docentes estão mais insatisfeitos aos ambientes de lazer, saúde, dinheiro e moradia. Foi possível notar que a saúde mental está totalmente associada à qualidade de vida dos sujeitos pesquisados, pois, ambos possuem como preditores o bem-estar físico e psicológico dos indivíduos, o estilo de vida e a qualidade de sono, mostrando uma situação de interdependência. Desta forma, notou-se que os escores foram significativos para a baixa qualidade de vida.

Conclui-se que os estudos sobre níveis de ansiedade e depressão e qualidade de vida que acometem essas populações, tornam-se cada vez mais relevantes, principalmente nesses novos tempos de tantas mudanças sociais, pessoais e profissionais. É

preciso produzir mais pesquisas com maior número de sujeitos nessa região, visto que, é de suma importância para alerta, promoção e prevenção da saúde desses públicos, em especial no contexto que estão inseridos, área da educação superior.

Referências

- ALMEIDA, N. O. F. conceito de saúde: ponto cego da epidemiologia?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 4-20, 2000.
- AROS, M. S. **Produção científica sobre depressão: Análises de resumos (2004-2007)**. 2008 Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- CLARO, I. **Depressão: causas, consequências e tratamento**. São Paulo: O Clarim, 2000.
- CONCEIÇÃO, M. R. *et al.* Qualidade de vida do enfermeiro no trabalho docente: estudo com o Whoqol-bref. **Revista Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 320-325, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452012000200016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: jun. 2020.
- COSTA, R. Q. F.; SILVA, N. P. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. **Proposições**, Campinas-SP, v. 30, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072019000100503&lng=en&nrm=iso. Acessado em jul. 2020.
- CUNHA, Jerema Alcides. **Manual da versão em português das Escalas Beck**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2011.
- ELIAS, M. A. **Equilibristas na corda bamba: o trabalho e a saúde de docentes do ensino superior privado em Uberlândia/MG**. 2014 Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo,

Ribeirão Preto - São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-12122014-104307/pt-br.php>. Acesso em: jun. 2020.

ENUMO, S. R. F. *et al.* Enfrentando o estresse em tempos de pandemia: proposição de uma Cartilha. **Estud. Psicol.**, Campinas, v. 37, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100502&lng=en&nrm=isso. Acesso em: jul. 2020.

FARO, A. *et al.* COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estud. Psicol.**, Campinas, v. 37, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100507&lng=en&nrm=iso. Acesso em: jul. 2020.

KOETZ, L. C. E. **Qualidade de vida de professores de Instituições de Ensino Superior Comunitárias:** relações entre ambiente e saúde. 2011. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado. 2011. Disponível em; <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/250/1/LydiaKoetz.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

LIMA, C. K. T. *et al.* The emotional impact of coronavirus 2019-Ncov (new coronavirus disease). **Psychiatry Research**. V. 287, May 2020. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.112915>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165178120305163?via%3Dihub>. Acesso em: jul. 2020.

MENDES, A. M. e CRUZ, R. M. Trabalho e saúde no contexto organizacional: vicissitudes teóricas. *In*: TAMAYO, Á. (org.). **Cultura e saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed. 2004. p. 39-55.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19- Recomendações Gerais**. Fiocruz, Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#transmissao>. Acesso em: jul. 2020.

OLIVEIRA FILHO, A.; *et al.* Qualidade de vida e fatores de risco de professores universitários. **Rev. Educação Física**.

UEM, Maringá, v. 23, n. 1, p. 57-67, março, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19830832012000100006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: jul. 2020.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**, Nações Unidas, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. 1946.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Depressão e outros distúrbios mentais comuns: estimativas globais de saúde**. Nações Unidas, 2017.

SADIR, M. A.; BIGNOTTO, M. M.; LIPP, M. E. N. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v.20, n.45, p.73-81, abril. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2010000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: jul. 2020.

SANTOS, T. M. Dos *et al.* Aplicação de um instrumento de avaliação do grau de depressão em universitários do interior paulista durante a graduação em Enfermagem. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, v. 25, n. 2, p. 171-176, 17 abr. 2008. DOI: 10.4025/actascihealthsci.v25i2.2228. Acesso em: jul. 2020.

SEC/BA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Saúde do professor em tempos de pandemia: orientações e cuidados**. Salvador. 2020. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/private/midiateca/documentos/2020/a4cartilhaasaudedoprofessorcartilha1.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

SILVEIRA, K. A.; *et al.* Indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento em professores de ensino multisseriado. **Psicologia Escolar Educacional**. Maringá, v. 18, n. 3, p. 457-465, dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572014000300457&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: jul. 2020.

SILVERIO, M. R. *et al.* O ensino na área da saúde e sua repercussão na qualidade de vida docente. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 65-73, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01005022010000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: jul. 2020.

SMITH, A. W.; FREEDMAN, D. O. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. **Journal of Travel Medicine**, Volume 27, Issue 2, March 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jtm/taaa020>. Acesso em: jul. 2020.

STRIEDER, R. Depressão e ansiedade em profissionais da educação das regiões da Amerios e da AMEOSC. **Roteiro**, v. 34, n. 2, p. 243-268, 23 jul. 2010. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/307>. Acesso em: jul. 2020.

THE GRUPO WHOQOL. *In*: FLECK, M. P. A. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida OMS (WHOQOL-100). *In*: **Revista Brasileira de Psiquiatria**. V.21, n.1 São Paulo Jan/Mar. 1999.

WEIDE, J.N., VICENTINI, E.C.C. e ARAUJO, M.F. Cartilha para enfrentamento do estresse em tempos de pandemia: uma contribuição da Psicologia (online). **SciELO em Perspectiva**, 2020. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2020/04/06/cartilha-para-enfrentamento-do-estresse-em-tempos-de-pandemia-uma-contribuicao-da-psicologia/>. Acesso em: jul. 2020.

CAPÍTULO 6

Motivação e barreiras para a prática de atividade física de universitários

Deise Souza Barbosa

Kalianne Márcia Belém dos Santos

Mateus Carmo Santos

Berta Leni Costa Cardoso

Introdução

Para iniciar esta pesquisa, cabe compreender atividade física (AF) como qualquer atividade que como consequência há um gasto energético dentro de uma série de movimentos corporais que geram subsídios emocionais e psicológicos para quem o pratica. Para exemplificar a atividade física, pode-se citar passear com o cachorro, subir e descer escadas entre outras, diferente do exercício físico que se configura por atividades programadas, sistematizadas com continuidade e objetivos específicos (BRASIL, 2017).

Dito isso, evidencia-se que a atividade física pode ser desenvolvida a partir de todo e qualquer movimento contínuo que o indivíduo venha a realizar, a mesma está presente de diversas formas no nosso dia a dia. Desta forma, faz-se importante compreender como está a motivação dos universitários da UNEB de Guanambi para com esta prática, destacando também as barreiras enfrentadas para a realização da mesma, sendo que, muitos a utilizam visando não apenas a estética ou o lazer, mas sim a melhoria da qualidade de vida e hábitos mais saudáveis bem como o não sedentarismo.

Para Cavalheiro (2018), o exercício físico é uma forma de lazer e de restaurar a saúde diante dos efeitos nocivos que a cansativa rotina de trabalho e de estudo acarreta.

Sicaroni et al. (2013) afirmam que a prática de atividade física está associada ao estilo de vida dos universitários e à promoção de saúde, entretanto, alguns desses discentes não se mantêm regularmente ativos. Dizem também que o ambiente universitário proporciona conhecimentos sobre como ter um estilo mais saudável, mas o resultado disso vai depender dos hábitos de cada aluno.

A literatura sugere que a atividade física constitui fator determinante para o estado de saúde, independentemente de gênero, idade e nível socioeconômico (LEGNANI et al., 2011). É importante salientar que a saúde do indivíduo está ligada a diversos fatores, e a atividade física por sua vez se insere nesse contexto com grande visibilidade, já que a mesma pode contribuir na vida do indivíduo “ativo”.

Castro Junior et al. (2012) dizem que a prática de atividade física (AF) influencia na qualidade de vida de forma direta nos indivíduos, além disso, pode-se dizer que reduz gastos aos cofres públicos, pois é considerado como um importante artifício da saúde pública.

Segundo Nascimento et al. (2017), no Brasil, apesar de considerarem a inatividade física um risco, existem poucas investigações que relacionam as barreiras percebidas para a prática de AF dos universitários do país.

Para Legnani et al. (2009), os principais fatores motivacionais à prática da AF em universitários estão relacionados à fatores extrínsecos, como a prevenção de doenças, o controle de peso corporal e a aparência física, além disso, estão também associados à fatores intrínsecos, que correspondem ao controle do estresse, o prazer e o bem-estar.

Contudo, o objetivo dessa pesquisa é verificar a motivação e identificar as barreiras para a prática de atividade física em universitários dos cursos de Pedagogia, Educação Física,

Enfermagem e Administração da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XII, município de Guanambi.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa do tipo descritiva e exploratória. Desta forma, vale ressaltar que ao retratar sobre pesquisa quantitativa, Mattar (2001) procura validar hipóteses através do uso de dados estruturados, estatísticos, quantificando-os e generalizando os resultados da amostra para os interessados.

Segundo Gil (1994), a pesquisa descritiva tem como propósito a descrição das particularidades de determinados indivíduos ou acontecimentos de vinculação entre variáveis.

Ainda se tratando de tipos de pesquisa, Gil (1994) salienta que as pesquisas exploratórias normalmente incluem levantamento bibliográfico e documental, seu principal propósito é desenvolver, modificar e esclarecer concepções e ideias.

Participaram desta pesquisa universitários dos quatro cursos (Pedagogia, Educação Física, Enfermagem e Administração) da Universidade do Estado da Bahia, campus XII de Guanambi, todos maiores de 18 anos, matriculados na instituição, que estivessem dispostos a contribuir com a pesquisa, totalizando 58 pesquisados que se encaixaram em todos os critérios da pesquisa.

A coleta foi realizada a partir dos questionários “Sociodemográfico”, “Inventário de motivação à prática regular de atividade física” e “Barreiras para prática de atividade física”, aplicados para os universitários da Universidade do Estado da Bahia, campus XII de Guanambi. De forma online, enviamos via *e-mail* e *WhatsApp* os questionários juntamente com os termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE). A análise foi realizada pelo programa SPSS através da estatística descritiva e inferencial e os resultados estão apresentados através de tabelas descritivas.

Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido no qual foi informado que eles não teriam nem

ônus e nem bônus com a pesquisa, garantindo o anonimato da identidade bem como a retirada da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Trata-se de um recorte do projeto guarda-chuva coordenado pela professora Berta Leni Costa Cardoso, com título “Indicadores de saúde, qualidade de vida e formação de docentes, discentes e profissionais da educação: estudo comparativo entre gêneros”, e esse projeto foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa pela Universidade do Estado da Bahia sob o parecer 3.698.290, CAAE: 43789015.4.0000.0057.

Resultados e discussão

A maioria dos discentes que esteve presente neste estudo consta de indivíduos do sexo feminino, correspondendo uma porcentagem de 79,3% da amostra, com idades em média de 23,48 anos, com sua maioria solteiros (as) representando 89,7%, e cerca de 89,7% dos discentes não tem filhos. A maior parte dos pesquisados foi do curso de Educação Física (48,3%), em seguida temos o curso de pedagogia (34,5%), Administração (10,3%) e Enfermagem (6,9%).

Diante o resultado da amostra, evidenciamos o primeiro questionário (sociodemográfico) na tabela 1 apresentando as variáveis.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da amostra da pesquisa.

Variáveis	nº	%
Sexo		
Feminino	46	79,3
Masculino	12	20,7
Estado civil		
Solteiro (a)	52	89,7
Casado (a)	6	10,3
Filhos		
Sim	6	10,3
Não	52	89,7

Curso		
Educação Física	28	48,3
Administração	6	10,3
Enfermagem	4	6,9
Pedagogia	20	34,5

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A tabela 1, refere-se ao questionário sociodemográfico, onde podemos perceber que a maioria do público que participou dessa pesquisa é do sexo feminino, de grande maioria solteiros e sem filhos, a amostra contou principalmente com a colaboração dos cursos de Educação Física e Pedagogia. O número de participantes da pesquisa foi o total de 58 universitários, sendo que os mesmos têm idade entre 19 e 43 anos, dados descritos na tabela 2.

Observa-se que o total de participantes da pesquisa é um número consideravelmente pequeno levando em consideração que estão incluídos todos os estudantes de todos os cursos da UNEB CAMPUS XII. A pouca participação pode estar relacionada a aplicação do questionário, uma vez que o mesmo foi online por falta de alternativas devido ao momento crítico de pandemia no qual vivemos, impedindo-nos de estar à frente com os indivíduos que foram pesquisados.

Segundo Cavalcante et al. (2020), a suspensão das atividades presenciais devido à crise decorrente da fatalidade que se tornou presente por meio da COVID-19 no Brasil, propicia debates sobre perspectivas, riscos e impactos dessa interrupção e sobre o prosseguimento das atividades por meios alternativos se tratando do ensino superior.

Dessa forma, há uma infinidade de possíveis motivos pelos quais poucos universitários se dispuseram a responder o questionário dadas as circunstâncias citadas acima, pois, nem sempre o ensino alternativo e os meios abrangem a todos os estudantes.

Tabela 2 – Descrição de faixa etária.

DESCRIÇÃO DE FAIXA ETÁRIA					
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Idade	58	19	43	23,48	3,854
Valid N (listwise)	58				

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O estudo de Legnani et al. (2011), diferente da presente pesquisa, tratou-se de uma revisão bibliográfica na base de estudos em base de textos, artigos e periódicos com descritores “motivação para prática de exercício físico em adultos”. No mesmo ano eles fizeram a pesquisa de forma quantitativa e descritiva, no qual contou com 63 sujeitos de 20 e 30 anos, estudantes da Universidade Estadual de Londrina, onde pode compreender os fatores motivacionais para a prática de AF.

Nascimento, Alves e Souza (2017) analisaram as barreiras percebidas para AF em 736 estudantes de uma universidade de Fortaleza, com idades entre 18 e 36 anos, com variação de sexo feminino representando 77% e masculino 23% dos pesquisados, constatando que a maioria não pratica nenhuma AF (59,1%) e 71,1% também estão desempregados. Já Almeida et al. (2015) pesquisaram estudantes universitárias do sexo feminino com idades entre 18 e 35 anos matriculadas no segundo semestre do ano de 2014 no curso de Educação Física de uma universidade particular de Belo Horizonte- MG.

Referente às principais barreiras notórias para a prática de AF para os universitários foram: Tarefas domésticas (58,6%), falta de equipamento disponível (55,2%), jornada de trabalho extensa (51,7%), falta de recursos financeiros (46,6%) e cansaço físico (46,6%). Dentre outros resultados descritos na tabela abaixo (tabela 3):

Tabela 3 – Barreiras percebidas para a prática de atividade física em universitários.

Barreiras	nº	%
Jornada de trabalho extensa	30	51,7
Falta de conhecimento ou orientação sobre atividade física	15	25,9
Compromissos familiares	28	48,3
Falta de clima adequado	8	13,8
Falta de espaço disponível para a prática	20	34,5
Falta de equipamento disponível	32	55,2
Tarefas domésticas (para com sua casa)	34	58,6
Falta de companhia	22	37,9
Falta de incentivo da família e ou amigos	11	19,0
Falta de recursos financeiros	27	46,6
Mau humor	22	37,9
Medo de se machucar	8	13,8
Limitações físicas (muscular ou articular)	6	10,3
Dores leves ou mal-estar	10	17,2
Cansaço físico	27	46,6
Ambiente insuficientemente seguro (criminalidade)	6	10,3
Preocupação com a aparência durante a prática	14	24,1
Falta de interesse em praticar	15	25,9
Falta de vestimenta adequada	10	17,2
Falta de habilidade física	17	29,3

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Contudo, foi possível perceber que fatores como ambiente insuficientemente seguro, limitações físicas, falta de clima adequado, medo de se machucar, não interferem ou interferem pouco na prática de AF para a maioria dos estudantes.

Entretanto, as tarefas domésticas apresentam um nível superior se tratando das barreiras, levando em consideração que as mulheres ocupam um total de 79,3% dos pesquisados, pode-se considerar que fatores associados como, jornada de trabalho

extensa, e compromissos familiares podem influenciar diretamente nas respostas se compararmos aos resultados que apontam para o sexo masculino, visto que as tarefas domésticas são geralmente realizadas pelas mulheres.

Pinto et al. (2017), ao investigarem universitários dos cursos de licenciatura e bacharelado de uma universidade pública de Florianópolis-SC, verificaram que dentre os 301 pesquisados, as barreiras apontadas com maior frequência para a prática de AF para ambos os cursos são, jornada de trabalho extensa, falta de energia e falta de companhia.

Nascimento, Alves e Souza (2017), ao analisarem as barreiras percebidas para AF em 736 estudantes de uma universidade de Fortaleza, com idades entre 18 e 36 anos, relataram que a jornada de estudos extensa foi a principal barreira para a prática de atividade física entre os universitários. E que todas as demais barreiras estavam relacionadas ao período letivo.

Ao observar os resultados das pesquisas, percebe-se que a jornada de trabalho extensa e jornada de estudo são as maiores barreiras apontada pelos pesquisados estudantes do nível superior, e trazendo para esse estudo, nota-se que a mesma atua como sendo uma das principais barreiras percebidas, levando assim os universitários a não praticarem AF.

Almeida et al. (2021) realizaram uma pesquisa de comportamento cujo objetivo foi descrever as mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. A mesma foi realizada pela internet no período de 24 de abril a 24 de maio de 2020 utilizando análises descritivas, sendo que sua amostra foi de 45.161 participantes. Através dos resultados podemos notar que voltado para o setor de trabalho, dos indivíduos que estavam trabalhando no período analisado, 29,4% trabalharam mais do que o normal durante a pandemia, sendo que 61,7% da população relataram aumento na realização de trabalhos domésticos após o início da mesma.

Diante a pandemia da COVID-19 em que estamos atualmente enfrentando, barreiras que não eram empecilhos para algumas

peças podem começar a se tornar, como por exemplo, a demanda do trabalho doméstico tendem a aumentar com a casa “cheia”, as pessoas que passavam boa parte do seu tempo no trabalho estão em casa. Outros, foi preciso procurar um trabalho para aumentar a renda, automaticamente estendendo a jornada de trabalho no seu dia a dia. O trabalho aumentou muito para algumas categorias e muitos que não trabalhavam tiveram que assumir tarefas que antes não eram suas ou tiveram que arrumar trabalho em função do momento em que estamos vivendo.

Segundo Almeida et al. (2021), pode-se dizer que a pandemia vem aumentando ainda mais as desigualdades sociais, uma vez que os mais prejudicados tem sido os trabalhadores autônomos e informais, e ainda enfatizam que houve grandes mudanças no trabalho, visto que muitas pessoas têm que realizar seus trabalhos de maneira remota, e ainda tem que dar conta dos afazeres domésticos que acabam crescendo conseqüentemente pelo fato de estarem todos em casa. Salientam ainda que o tempo que acaba sobrando para o descanso torna-se insuficiente para conseguir retratar o físico e mental.

Além da jornada de trabalho extensa, é válido lembrar que o público predominante dessa pesquisa são acadêmicos dos cursos diurnos da UNEB, como Educação Física e Enfermagem, o curso de Pedagogia é ofertado tanto no turno matutino quanto no noturno, e Administração é ofertado apenas no turno noturno.

Levando em consideração que a maioria dos universitários mora em outras cidades, muitos deles precisam ir e vir diariamente, passam horas dentro de transportes públicos, sem contar a carga horária de estudo no qual todos enfrentam, o cansaço físico sem dúvida prevalece como sendo uma barreira que combinada com as demais interferem no desempenho e disponibilidade dos universitários para prática de AF. Pinto et al. (2017) reforçam que as dores físicas, muitas vezes causadas pelo cansaço físico, podem causar desconforto, tornando-se um impedimento para a execução de atividades físicas.

Pinto et al. (2017), em sua pesquisa, sugerem um aprofundamento nas discussões das barreiras para a prática da AF de universitários incluindo investigar rotina de estudos bem como as atividades extracurriculares, estágios, extensão, dentre outros, uma vez que estes são fatores com forte probabilidade de sobrecarregarem os universitários resultando muitas vezes na inatividade dos mesmos. Lourenço et al. (2016) relatam que o tempo não gasto em práticas esportivas ou atividades físicas resulta na maior predominância de tempo para práticas resultantes de comportamento sedentário (CS), como por exemplo, assistir televisão, usar computador, vídeo game dentre outros.

Os dados apresentados abaixo (Tabela 4 e tabela 5) constam os valores que correspondem aos fatores motivacionais para a prática de AF, referente ao *“Inventário de motivação à prática regular de atividade física”*.

Tabela 4 – Motivação à prática de atividade física do público do sexo masculino

Estatísticas descritivas					
	N	Mínimo	Máximo	Médio	Desvio padrão
Controle de estresse	12	24,00	40,00	33,9167	5,38446
Saúde	12	16,00	45,00	35,8333	7,82575
Sociabilidade	12	24,00	41,00	34,7500	5,36190
Competitividade	12	21,00	38,00	32,2500	4,35107
Estética	12	27,00	39,00	34,6667	3,39340
Prazer	12	24,00	45,00	34,5833	6,14164
Valid N (listwise)	12				

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Tabela 5 – Motivação à prática de atividade física do público feminino.

Estatísticas descritivas					
	N	Mínimo	Máximo	Médio	Desvio padrão
Controle de estresse	46	19,00	38,00	29,7826	4,80237
Saúde	46	20,00	43,00	32,0217	5,65878
Sociabilidade	46	18,00	39,00	31,0217	5,63122
Competitividade	46	18,00	42,00	28,5000	5,82619
Estética	45	18,00	39,00	30,9778	4,71212
Prazer	46	17,00	42,00	30,0435	5,62517
Valid N (listwise)	45				

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A partir dos resultados, foi possível perceber que todas as médias relacionadas à motivação para a prática de atividade física do sexo masculino foram superiores quando comparado com as do sexo feminino, controle de estresse (33% H/ 29% M), saúde (35% H/ 32% M), sociabilidade (34% H / 31% M), competitividade (32% H/ 28% M), estética (34% H/ 30% M), prazer (34% H/ 30% M).

Em contrapartida, o estudo de Almeida et al. (2015), a amostra foi realizada com estudantes de EF numa universidade particular de Minas Gerais, com mulheres entre 18 e 35 anos, e seu resultado foi diferente ao da presente pesquisa. Com resultados de controle de estresse 7,82%, saúde 27,63%, sociabilidade 5,55%, competitividade 7,15%, estética 23,90%, prazer 27,95%. É possível perceber que os resultados apontam situações diferentes, onde as mulheres têm o prazer em praticar a atividade física em primeiro lugar, diferente da nossa pesquisa que sua maior porcentagem foi para a saúde com média de 32,02%.

Legnani et al. (2011) estudaram sobre “motivação para prática de exercício físico em adultos, no qual, contou com 63 estudantes da Universidade Estadual de Londrina, com 20 e 30 anos, notando-se que os fatores motivacionais mais importantes foram Prevenção de Doenças, Prazer/Bem-Estar e Condição Física.

E que a maioria dos alunos de universidade tende a abandonar a prática de AF por conta da jornada de estudos e, muitas vezes, somada com a jornada extensa de trabalho.

Segundo o estudo de Sicaroni et al. (2013), os universitários são pessoas em processo para o mercado de trabalho e estão sujeitos a costumes negativos de saúde, como por exemplo, má alimentação, noites de sono perdidas, não prática de AF, entre outros, e a inatividade física é o principal fator de risco responsável por mortes em todo o mundo. Atualmente, é possível notar um crescimento considerável no que diz respeito aos cuidados pessoais relacionados à estética, o fato curioso é que não só pelas mulheres, mas principalmente pelos homens.

Couto et al. (2014) evidenciam ainda que muitos homens têm se mostrando meticulosos quando se trata de sua aparência, não se preocupando com seu ego ou qualquer credence, muito menos questões financeiras. Esse interesse masculino muitas vezes não é tão notório, pois, alguns homens, de alguma forma, ainda tentam camuflar essa preocupação com fatores relacionados à beleza, uma vez que é um fato que os aproxima da feminilidade e acaba ameaçando sua masculinidade.

“No cotidiano, vários fatores levam ambos os sexos a procurarem tratamento estético, por motivos sociais, vaidade, qualidade de vida, aparência no trabalho, relacionamentos amorosos, dentre outros” (COUTO et al., 2014, p. 1). Tendo em vista que uma das maiores preocupações quando se fala em estética e beleza são os cuidados com o corpo, percebe-se assim uma maior disponibilidade e procura pela prática de atividades físicas.

Segundo Couto et al. (2014), os jovens, especialmente do sexo masculino, tendem a buscar atividade física, pois, preocupam-se com suas estruturas físicas com cuidado especial na região abdominal já que a mesma retrata diretamente os aspectos bons e ruins do corpo.

Dadas as informações, compreende-se então os motivos pelas quais as médias relacionadas à motivação para a prática de

atividade física do sexo masculino foram superiores quando comparado com as do sexo feminino.

Conceição (2017) aponta que o sexo masculino se sente mais motivado nas práticas em academias de ginástica, no qual está em busca da performance muscular e da força física, além de que sua pesquisa mostrou que pode se sentir mais motivado pela competitividade.

Cavalheiro (2018) pesquisou estudantes do curso de saúde da UNICRUZ, onde concluiu que as mulheres são mais ativas do que os homens. Pode constatar também que o nível de AF dos alunos é considerado ativo, entretanto, os acadêmicos ingressantes do curso de Educação Física eram inativos fisicamente, o que gerou uma certa preocupação com estes. As questões como trabalho, deslocamento até a universidade e ocupações fora do horário acadêmico não interferem no nível de atividade física dos mesmos.

Bento et al. (2017) afirmam que os estudos relacionados à motivação para prática de AF está voltado à: oportunidade para a prática, tempo e tipo de prática, sendo que poucos destes abrangessem especificamente a motivação para a prática esportiva e de atividade física em seu contexto geral. Ainda em seu estudo, falando sobre as mulheres, no que diz respeito às relações sociais, indicaram que aparentemente elas dão mais importância para esse domínio quando buscam as academias de ginástica. Dizem também que a tendência para o sexo feminino, além da questão de saúde relacionada, a rede social se destaca como um ponto forte citado entre as mulheres.

Em um contexto geral, é possível perceber que, as mulheres, diferentes dos homens, buscam uma melhoria na qualidade de vida, quando se trata de saúde, relações sociais, já os homens têm uma tendência voltada para a competitividade e força.

Considerações finais

Apesar do estudo apresentar uma pequena amostra, com apenas 58 discentes que estiveram dispostos a cooperar com a

pesquisa, apontamos um resultado considerável quando comparado o sexo feminino e masculino, onde, foi possível percebermos que o público masculino apresenta uma média superior ao público feminino quando tratamos de fatores motivacionais.

As barreiras podem estar relacionadas à diversos fatores no qual podem interferir no hábito da prática de AF, onde podemos salientar que o trabalho doméstico pode estar diretamente ligado às barreiras para as mulheres a praticarem qualquer tipo de AF, já que ainda essas tarefas são geralmente destinadas às mulheres.

Com o momento pandêmico que estamos vivendo, podemos dizer que as influências para a prática de atividade física variam de acordo a necessidade. As pessoas começaram a assumir lugares que antes não assumiam, as tarefas domésticas aumentam já que a maioria das pessoas estão estudando e trabalhando em casa, dificultando a quem está à frente desses afazeres a se motivar a praticar atividades físicas ou exercícios físicos. Em contrapartida, existem pessoas que estão à procura de uma melhora na qualidade de vida, visto que há uma preocupação com a saúde nesse período difícil.

A não presença de atividades sugeridas ao longo do período letivo dentro da universidade, juntamente com a jornada de estudo extensa, bem como fatores associados como projetos de extensão e estágios nos quais ocupam o tempo e energia dos universitários podem ser motivos nos quais os estudantes não praticam AF, até porque uma porcentagem desses alunos também tem filhos, somando esses fatores, dentre outros, sendo julgados como barreiras para a AF.

Diante o que foi exposto, sugere-se que se desenvolva práticas de AF na universidade em todo seu período letivo, para motivar e facilitar o acesso a essa prática com menos barreiras para esses discentes. Desta forma, a universidade poderá incentivar ainda mais os alunos a terem uma melhor qualidade de vida.

Sugere-se ainda outros estudos que busquem identificar outros fatores relacionados a não prática de AF, inclusive um que

trate das mudanças e consequências que a população está sofrendo por decorrência da COVID-19, mais precisamente os universitários, já que além de mudanças no setor de estudo, há também no setor de trabalho que interfere nos afazeres cotidianos gerando dificuldades de adaptação e conciliação em diversos segmentos inclusive para a prática da AF.

É importante também salientar, que é necessário estudos que tratem dessa temática, pois, apesar de pensarmos que entendemos (de modo generalizado) sobre o assunto, há muito o que discutir e aprofundar, até porque são poucos estudos na área.

Referências

ALMEIDA, Wanessa da Silva de et al. Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de covid-19. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200105, 2021.

ALMEIDA, Maurina Pinto; DUTRA, Natália Ribeiro; CASTRO, Henrique de Oliveira; LEITE, Richard Diego; PIRES, Flávio de Oliveira. Motivos que levam estudantes universitários de Educação Física de Belo Horizonte à prática regular de atividade física. EFDeportes.com, **Revista Digital. Buenos Aires**, Año 20, N° 210, Noviembre de 2015.

BENTO, Gisele Grazielle; FERREIRA, Elizandra Gonçalves; DA SILVA, Franciele Cascaes; MATTANA, Paulo Henrique; DA SILVA, Rudney. Motivação para a prática de atividades físicas e esportivas de crianças: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 22, n. 1, p. 13-23, 2017.

CASTRO JÚNIOR, Euton Freitas de; BARRETO, Levi Alves; OLIVEIRA, José Alberto Alves; ALMEIDA, Paulo César; LEITE, José Alberto Dias. Evaluación del nivel de actividad física y factores asociados en estudiantes de medicina de Fortaleza-

CE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 4, p. 955-967, 2012.

CAVALCANTE, Ana Suelen Pedroza; MACHADO, Lucas Dias Soares; FARIAS, Quiteria Larissa Teodoro; PEREIRA, Wallingson Michael Gonçalves; DA SILVA, Maria Rocineide Ferreira.

Educação superior em saúde: a educação a distância em meio à crise do novo coronavírus no Brasil. **Avances en Enfermería**, n. 1supl, 2020.

CAVALHEIRO, Leticia Silva. **Avaliação do nível de atividade física de universitários**. Cruz Alta – RS, de 12 de dezembro de 2018.

CONCEIÇÃO, Juliana. Motivação à prática de exercícios físicos: um estudo com praticantes de treinamento funcional. **Educação Física Bacharelado-Pedra Branca**, 2017.

COUTO, Adriana Conci; LOPES, Luisa Pellizzari; PIOVESAN, Sabrina; CARLIN, Tawinny Pacheco; VILAGRA, José Mohamud. HOMENS E SEUS CUIDADOS ESTÉTICOS: UMA PESQUISA ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS. **Revista Thêma et Scientia**, v. 4, n. 1, p. 131-137, 2014.

LEGNANI, Rosimeide Francisco Santos; LEGNANI, Elto; SMOLAREK, André de Camargo; GUIMARÃES, Roseane de Fátima; DE CAMPOS, Wagner. Fatores motivacionais associados à prática de exercícios físicos em universitários. Universidade Estadual de Londrina, EFDeportes, **Revista Digital**. Londrina, 2009.

LEGNANI, Rosimeide Francisco Santos; GUEDES, Dartagnan Pinto; LEGNANI, Elto; BARBOSA FILHO, Valter Cordeiro; DE CAMPOS, Wagner. Fatores motivacionais associados à prática de exercícios físicos em universitários **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 761-772, julho/setembro, 2011.

LOURENÇO, Camilo; DE SOUSA, Thiago Ferreira; FONSECA, Silvio Aparecido; VIRTUOSO JUNIOR, Jair Sindra; BARBOSA, Aline Rodrigues. Comportamento sedentário em estudantes Universitários. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 21, n. 1, p. 67-77, 2016.

MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NASCIMENTO, Tiago Pereira; ALVES, Felipe Rocha; SOUZA, Evanice Avelino. Barreiras percebidas para a prática de atividade física em universitários da área da saúde de uma instituição de ensino superior da cidade de Fortaleza, Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. p. 137-146, Fortaleza, 2017;

PINTO, André de Araújo; CLAUMANN, Gaia Salvador; CORDEIRO, Paloma Cidade; FELDEN, Erico Pereira Gomes; PELEGRINI, Andrea. Barreiras percebidas para a prática de atividade física entre universitários de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 22, n. 1, p. 66-75, 2017.

SICARONI, Matheus Soares; CARRIJO, Daine; MOTTA, Luciana Moreira; SOUZA, Daniel Gotardo de; NEIVA, Cassiano Merussi; PEROTTI JÚNIOR, Alaércio; TONELLO, Maria Georgina Marques. Prática de atividade física em estudantes das áreas de saúde e não saúde de uma universidade do interior de São Paulo. **Lecturas Educación Física y Deportes**, p. 1, 2013.

CAPÍTULO 7

Indicadores de condicionamento físico, qualidade de vida e saúde mental de universitários

*Héricky Barros Rocha Camargo
Welton Cardoso Júnior
Berta Leni Costa Cardoso*

Introdução

Há uma preocupação muito grande entre os estudantes do meio acadêmico sobre questões que afetam o seu desenvolvimento intelectual, social e psicológico, que acabam afetando também o seu físico, estresse, falta de tempo para questões como prática de atividades físicas, para uma boa alimentação e uma manutenção da sua qualidade de vida de forma geral.

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural (MINAYIO, 2000).

Diferentes conceitos têm sido estabelecidos, dos mais gerais aos mais específicos. Distinção tem sido feita entre a qualidade de vida global, as distintas dimensões da qualidade de vida (domínios) e os componentes que compõem cada dimensão (ARNOLD *et al.*, 2004).

Assim, o estilo de vida saudável está associado ao incremento da prática de atividades físicas, sejam elas realizadas no âmbito do

trabalho, da locomoção, do lazer e das atividades domésticas, e, como consequência, com melhores padrões de saúde e qualidade de vida.

Estudos nesta área do conhecimento também têm demonstrado que o hábito da prática de atividades físicas regulares não só constitui apenas em um instrumento fundamental na inibição do aparecimento de muitas das alterações orgânicas que se associam ao processo degenerativo, mas também auxiliam na redução dos níveis de ansiedade, depressão e raiva, que são considerados como sintomas do estresse, assim como, reduzem a influência de estressores psicossociais sobre o indivíduo (SAMULSKI, 2002).

O objetivo deste trabalho foi identificar as questões que envolvem o condicionamento físico, qualidade de vida verificando também situações que avaliam a saúde mental dos acadêmicos da Universidade do Estado da Bahia Campus XII.

Metodologia

Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa, sendo este de caráter transversal e descritivo. O estudo transversal tem sido usado para analisar o fator e o efeito em determinado momento e histórico (BORDALO, 2006), sendo o fator do presente estudo o condicionamento físico e o efeito a qualidade de vida. Salomon (2010, p.158) afirma que “pesquisas descritivas são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis”.

Foram analisados 60 acadêmicos do curso de Educação Física da Universidade do Estado da Bahia – campus XII; destes, todos com idade entre 18 a 25 anos. A pesquisa foi realizada com uma população total de 104 alunos, porém, a pesquisa seguiu com o número de participantes total de 60, destes 24 Homens e 36 mulheres, devido a irregularidades por parte dos pesquisados no momento da avaliação física os demais foram excluídos por

nãorealizarem os pré-requisitos impostos por esta. A coleta ocorreu através da aplicação dos questionários validados Short Form-36 (SF-36), que é utilizado para avaliação da qualidade de vida, constitui um instrumento genérico de fácil administração e compreensão, que considera a percepção dos indivíduos quanto ao seu próprio estado de saúde e contempla os aspectos mais representativos da saúde (OLIVEIRA; ORSINI, 2008).

O International Physical Activity Questionnaire (IPAQ) desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde, tendo como objetivo principal servir de instrumento para determinar o nível de atividade física populacional. O IPAQ foi proposto por um grupo de pesquisadores em Genebra, Suíça, este grupo era composto por pesquisadores da Organização Mundial da Saúde de 12 países selecionados pelo mundo (Austrália, Canadá, Finlândia, Guatemala, Itália, Japão, Portugal, África do Sul, Suécia, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil). O Brasil representado pelo Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul – CELAFISCS, que posteriormente foi o responsável também pela validade e reprodutibilidade em âmbito nacional. Foram analisados no total 08 formas do questionário levando em conta vários aspectos como: auto aplicação, entrevista por telefone, formato (longa ou curta) e critérios de atividade física como: semana usual, e última semana (MATSUDO *et al.*, 2001). E também o SRQ-20, o qual foi analisado no programa de análise estatística *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 22.0, para Windows.

Em seguida a realização da avaliação física em que foram coletados dados como percentual de gordura, perimetrais, peso, estatura e calculado IMC dos indivíduos. O resultado da aplicação do questionário foi condicionado ao fator percentual de gordura e índice de massa corporal, sendo eles observados quantitativamente.

Para a realização do estudo foram respeitados os preceitos éticos atendidos conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12.

A autorização para análise de dados ocorreu a partir do termo de autorização para coleta e termo de concessão, assinado pelo Comitê de Pesquisas responsável. O presente estudo foi aprovado pelo CEP da Universidade do Estado da Bahia com o CAAE 43789015.4.0000.0057 e parecer número: 1.046.442. Data da Relatoria: 30/04/2015. Todos os pesquisados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

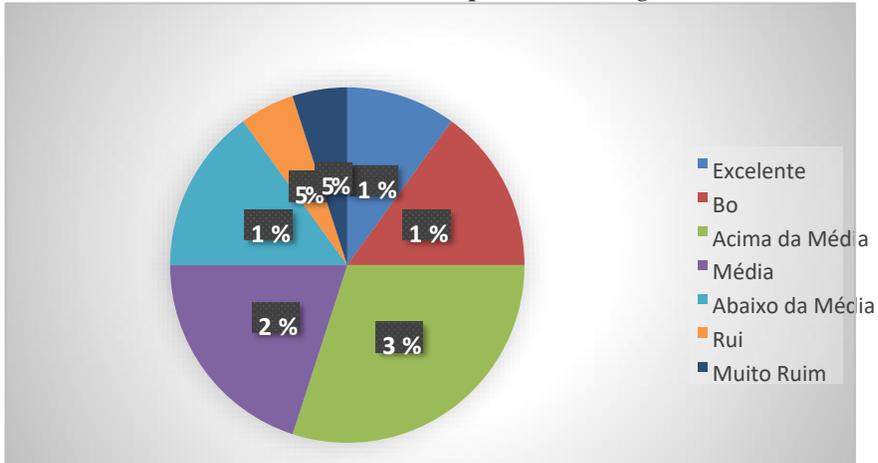
Este é um subprojeto que faz parte de um Projeto de Pesquisa Guarda-chuva da Profa. Dra. Berta Leni Costa Cardoso, *Indicadores de saúde e qualidade de vida de acadêmicos: estudo comparativo entre gêneros*, que teve como objetivo analisar indicadores de saúde e qualidade de vida de acadêmicos e professores dos cursos de graduação da UNEB, Campus XII e da Faculdade Guanambi-FG.

Resultados e discussão

Foram estudados 60 alunos do curso de Educação física da Universidade do Estado da Bahia, sendo estes escolhidos aleatoriamente entre as quatro turmas vigentes, sendo a amostra composta por 38 mulheres e 22 homens, 48 deles solteiros e o restante casado, 80% da amostra são residentes em Guanambi e cidades adjacentes, com idade média de 23 anos.

Primeiramente foi realizada a avaliação física, com foco no Índice de Massa Corporal (IMC) e no Percentual de Gordura, realizando cuidadosamente cada etapa e seguindo os protocolos de forma coerente com os autores Pollock e Wilmore (1993), utilizando apenas um avaliador para todas estas etapas a fim de não haver nenhum erro de análise de dados, mediante as formas distintas de avaliações utilizadas por pessoas diferentes, prejudicando assim a pesquisa.

Gráfico 1 – Classificação do percentual de gordura



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O Índice de Massa Corporal (IMC) ou Índice de Quetelet dado pela massa corporal (kg)/estatura (m) é a medida mais comumente empregada em estudos de grupos populacionais para classificação primária do estado nutricional. Segundo a classificação da Organização Mundial de Saúde (2007), 80% dos alunos apresentaram o peso aceitável e um risco “ideal” à saúde, 9 deles estão em um quadro de obesidade leve e apenas 5% em obesidade moderada, o qual apresenta o risco à saúde elevado.

Quanto a faixa do percentual de gordura recomendável (na média) para adultos jovens mostrados no Gráfico 1, são para homens 12-16% e 20-25% para as mulheres. Considera-se risco para a saúde quando o homem atinge percentual de gordura igual ou superior a 26% e a mulher 33% (POLLOCK; WILMORE,1993), sendo que 75% dos alunos avaliados apresentaram a classificação para o percentual de gordura na média, acima da média ou excelente. Apenas 5% dos 60 entrevistados apresentou o percentual de gordura muito ruim, o aumento do percentual de gordura leva a distúrbios das condições de saúde do organismo. Essas alterações podem ser representadas por distúrbios psicológicos, sociais, aumento do risco de morte prematura e o

aumento de risco de doenças de grande morbimortalidade como hipertensão arterial (HA), dislipidemias, doenças cardiovasculares (DCV) e câncer. Além disso, pode estar associada a outras doenças que podem interferir na qualidade de vida do indivíduo (SABINO, 2000).

Diversos índices antropométricos têm sido propostos para determinar a associação entre excesso de peso e fatores de risco cardiovascular. Estudos demonstraram que a medida da circunferência da cintura maior que 88 cm para mulheres e maior que 102 cm para homens é capaz de identificar paciente com maior risco de derrame cardiovascular. Da mesma forma, a razão entre as medidas da circunferência da cintura e quadril (RCQ) maior que 0,95 para homens e maior que 0,85 para mulheres, que caracterizam a distribuição central de gordura, tem sido utilizada para identificar indivíduos com maior risco cardiovascular (CARNEIRO *et al.*, 2003).

A prática de exercícios físicos, por sua vez, tem sido ressaltada como fator de prevenção primária, de suporte terapêutico de diversas enfermidades crônicas, e há evidências suficientes para definir como positiva a influência da atividade física aeróbica na prevenção e controle à obesidade (CASTANHEIRA *et al.*, 2003).

Posteriormente foi aplicado o questionário SF-36 que é um instrumento que avalia, de forma genérica, o estado de saúde e qualidade de vida do indivíduo, distribuindo seus 36 itens em oito domínios, os quais deverão ser discutidos e interpretados individualmente, uma vez que a saúde e qualidade de vida não devem ser vistas simplesmente como a soma total de cada um desses domínios (COSTA; DUARTE, 2002).

As questões foram subdivididas em oito domínios, sendo eles: capacidade funcional, limitações por aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidades, aspectos sociais, aspectos emocionais e saúde mental. Os dados foram analisados a partir da transformação das respostas de cada domínio em escore numa

escala de zero (0) a cem (100), resultando em um estado geral de saúde pior ou melhor (MARTINEZ, 2002).

Tabela 1 – Qualidade de vida dos acadêmicos de Educação Física

Domínio	Média	Mínimo	Máximo
Capacidade Funcional	60,0	20,0	100,0
Aspectos Físico Dor	87,5	0,0	100,0
Estado Geral de Saúde	73,0	0,0	100,0
Vitalidade	52,0	5,0	100,0
Aspectos Sociais	60,0	0,0	100,0
Aspectos Emocionais	81,25	0,0	100,0
Saúde Mental	83,3	0,0	100,0
	68,0	4,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

e acordo a Tabela 1, no domínio de capacidade funcional os alunos relataram possuir 50 a 70 pontos desta capacidade, onde apenas um aluno possui 40 pontos da sua capacidade funcional, sendo esta a capacidade da pessoa desenvolver as atividades esperadas para os indivíduos da mesma faixa de idade, isto é, os papéis sociais ou atividades principais. De acordo com Shubert *et al.* (2006), espera-se que antes dos cinco anos, as crianças brinquem e interajam socialmente; dos cinco aos 17 anos, crianças e adolescentes devem se engajar em atividades escolares; dos 18 aos 69 anos, as principais atividades dos adultos estariam relacionadas com o trabalho e/ou a manutenção do lar; por fim, a partir dos 70 anos, os idosos deveriam estar aptos a desenvolver tarefas domésticas e a cuidar de si próprios de forma independente.

Tratando-se do segundo domínio, limitações por aspectos físicos, toda a amostra apresenta um quadro de saúde sem limitações por aspectos físicos, sendo a 87,5 a média dos participantes. Assim se avalia as limitações quanto ao tipo e quantidade de trabalho, bem como o quanto essas limitações

dificultam a realização do trabalho e das atividades da vida diária (MORTARI *et al.*, 2010).

No domínio sobre a dor, aonde foram questionados sobre dor no corpo no geral, que impossibilitavam ou prejudicam a realização das atividades da vida diária, que incluem atividades simples como andar ou sentar como as mais complexas, como realizar um agachamento ou correr, também dores que poderiam ter sido causadas por lesões ou até mesmo cansaço, o resultado médio foi 73 pontos, aonde o ideal é 100, ressaltando que o valor máximo se refere a nenhuma dor.

O estado geral de saúde variou de 42 pontos a 62 pontos, no qual o aluno se autoavalia, em relação à propensão a adoecer e comparando seu estado atual com as demais pessoas ao redor. No que concerne ao aspecto geral da saúde e à sua relação com a atividade física, segundo Shephard e Bouchard, a atividade física regular não só tem influência direta sobre a saúde geral, como também influencia no aspecto de se sentir saudável (COSTA; DUARTE, 2002).

A recomendação geral para adultos realizarem atividades de moderada a grande intensidade por 30 minutos, de preferência todos os dias, mesmo que eficaz na prevenção da doença cardiovascular parece ser insuficiente para muitos indivíduos prevenirem ganho de peso. A prevenção de recobro de peso em obesos prévios com atividades de intensidade moderada pode requerer 60 a 90 minutos diários (ou menos, quando de grande intensidade). Mesmo na ausência de evidências conclusivas, estabeleceu-se que a transição de sobrepeso a obesidade pode ser prevenida com atividades de moderada intensidade, de 45 a 60 minutos por dia (SARIS *et al.*, 2003).

São estes os fatores necessários para que o ser humano possa realizar suas tarefas diárias com um bom desempenho e sem fadiga excessiva, a vitalidade sendo uma mensuração da energia e força, os estudantes relataram possuir de 55 a 65 pontos.

A influência da saúde física nos aspectos sociais, relacionados ao trabalho, à família, aos amigos e parentes, as respostas

variaram de 75 pontos a 87,5. Boa condição de saúde propiciada pela atividade física tem um efeito direto e significativo sobre a diminuição da angústia e são relacionadas a altos níveis de integração social, permitindo assim, que eventos diários como estresse, rotinas, alta jornada de estudo que acarretam problemas previsíveis na saúde física e psicológica do indivíduo tenham um impacto negativo menos considerável em pessoas fisicamente ativas (SUZUKI, 2005). No que tange a vida emocional e a influência da emoção em relação às atividades da vida diária e no ambiente de estudo, 50% dos alunos alcançaram os 100 pontos e o restante, 66,6 pontos.

Ao avaliar o domínio saúde mental, percebemos que ela tem sido definida de muitas formas, mas torna-se consensual que está para além da ausência de perturbações mentais. O conceito inclui dimensões positivas como o Bem-Estar Subjetivo, a percepção de autoeficácia, a autonomia, a competência, a autoatualização do potencial intelectual e emocional próprio, entre outras (WHO, 2001).

Vale ressaltar a relação direta da prática de atividades físicas com a saúde mental. As evidências destacam o impacto positivo da atividade física regular em aspectos cognitivos, na saúde mental e bem-estar geral do indivíduo durante o processo de envelhecimento. Alguns destacam o efeito da atividade física, mais especificamente da caminhada, na diminuição do risco de demência vascular (RAVAGLIA *et al.*, 2007) entre outros, assim com a existência de menor declínio cognitivo naqueles com hábitos saudáveis (BARNES *et al.*, 2007). A autoestima positiva indica bem-estar, saúde mental e ajustamento emocional, implicando diretamente na satisfação com a vida. As respostas do domínio de saúde mental foram 68 pontos.

Complementado a pesquisa, o International Physical Activity Questionnaire (IPAQ – Questionário de Atividade Física Internacional) nos trouxe a informação que 100% dos estudantes praticam caminhada ou alguma outra atividade física leve. E apenas 13% dos entrevistados não praticam atividades moderadas ou vigorosas. Sendo definido pelo questionário como atividades

físicas moderadas aquelas que precisam de algum esforço físico e que fazem respirar um pouco mais forte que o normal e atividades físicas vigorosas aquelas que precisam de um grande esforço físico e que fazem respirar muito mais forte que o normal.

Os alunos analisados praticam, em média, cinco dias de atividades físicas leves durante 50 minutos cada; quatro dias de atividades físicas moderadas com duração em média de 80 minutos e três dias na semana com atividades físicas vigorosas com média de 60 minutos.

O último instrumento utilizado foi o que SQR-20, o qual se tornou um protocolo amplamente utilizado para avaliação psicológica; na versão brasileira foram retiradas as quatro questões referentes aos distúrbios psicóticos mantendo-se a versão com vinte itens (SANTOS *et al.*, 2009).

Foram respondidos todos os itens do questionário, mas só discutiremos 5 questões que se associam à saúde mental relacionados à qualidade de vida.

Tabela 2 – Saúde mental dos acadêmicos de Educação Física

PERGUNTAS	PORCENTAGEM VÁLIDA	
	SIM	NÃO
Tem falta de apetite?	14,00 %	86,00 %
Dorme mal?	24,60 %	75,40%
Sente-se cansado (a) o tempo todo?	8,80%	91,20%
Tem se sentido triste ultimamente?	18,40%	80,70%
Tem tido ideia de acabar com a vida?	4,40%	95,60%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Jodas e Haddad (2009), ao falarem de saúde mental, utilizam a síndrome de Burnout como exemplo clássico do estresse que se manifesta através de classes sintomatológicas, sendo a física,

quando a pessoa apresenta fadiga constante, distúrbio do sono, falta de apetite e dores musculares.

A falta de apetite, sentida por 14% da amostra, pode estar relacionada ao que chamamos de fatores depressivos englobados no questionário SQR-20 (AVANCI, 2007).

Uma percentagem maior de estudantes (24,60%) indicou dormir mal, a insônia e sonolência são sintomas complexos e difíceis de se quantificar devido às diversas dimensões que cada um apresenta. Insônia, por exemplo, pode causar sofrimento importante, com prejuízo funcional, mas, se quantificada em termos de número de horas de sono perdidas, pode ser trivial (MARTINEZ, 2008).

Nos achados de Carvalho (2014), o autor enfoca que as participantes de seu estudo relataram uma melhora na disposição, melhora no sono, ânimo, além de melhorias nas suas capacidades orgânicas, além de ressaltarem os benefícios físicos e psicológicos após a prática de atividade física se tornando mais saudáveis.

Dos alunos entrevistados, 8,80% relataram sentir cansaço o tempo todo. O cansaço físico e emocional pode acarretar sempre, ou às vezes, episódios de lapsos de memória e falta de concentração. Autores como Minayo *et al.* (2000) alertam sobre a necessidade do equilíbrio entre as demandas das atividades laborais em que os alunos/estagiários são submetidos, bem como as condições emocionais que o mesmo apresenta. Trata-se de uma atuação com fatores estressantes, que exigem uma boa capacidade de resposta do mesmo, sem a devida e necessária assistência emocional mais atenta à prevenção.

Pensar na saúde emocional do aluno é questionar valores como, por exemplo, a percentagem de 18,40 se sentirem tristes o tempo todo e desses 4,40% já pensaram em tirar sua própria vida.

Suicídio é considerado o desfecho de um fenômeno complexo e multidimensional, e decorrente da interação de diversos fatores (MCGIRR *et al.*, 2007). É consensual entre os pesquisadores em suicidologia a noção de que não há um fator único capaz de responder pela tentativa ou pelo suicídio propriamente dito.

Contrariamente, os fatores que concorrem para este fenômeno ocorrem em conjunto. De modo complementar, sintomas depressivos parecem também ser decisivos como fator etiológico de ideação suicida e tentativas de suicídio (CHACHAMOVICH *et al.*, 2009).

Neste sentido, estudos recentes têm-se debruçado sobre o potencial papel da atividade física na prevenção e/ou tratamento da depressão e dos sintomas depressivos (PALUSKA; SCHWENK, 2000).

Vasconcelos-Raposo e Rodrigues (2006), com o propósito de analisar o bem-estar psicológico, a autoestima e a depressão em indivíduos praticantes de atividade física regular, questionaram 110 indivíduos. Verificaram que metade destes acreditavam que a atividade física pode contribuir para um melhor bem-estar psicológico; sendo estes resultados mais acentuados nas mulheres, nos idosos e nos atletas. Deste modo, os indivíduos optam pelo exercício físico como estratégia para regular os seus estados depressivos e de forma a aumentarem os seus níveis de energia.

Considerações finais

Notou-se um alto índice do nível de atividades físicas nos alunos estudados, e foi apresentado também no geral uma boa qualidade de vida bem como percentuais de gordura e índices de massa corpórea adequados.

Diferente do esperado, a jornada acadêmica, apesar do estresse cotidiano, não fez com quem os estudantes se afastassem de forma considerável, reduzindo o nível de atividade física, muito pelo contrário. Isso mostra um alinhamento do que vem sendo estudado em sala de aula com o que se vive fora dela.

A resposta dada pelos alunos mostra um nível de atividade consideravelmente alto, adequada para se enquadrar nos padrões necessários para de se ter uma boa saúde e qualidade de vida.

A diversidade de instrumentos utilizados possibilitou perceber o aluno em sua dimensionalidade aonde foi avaliada as

suas atividades diárias, sua qualidade de vida e prática de atividades físicas. Raras exceções, aonde os pesquisados tiveram um resultado inferior aos demais com relação ao condicionamento físico, pode talvez estar relacionado ao estilo de vida dos pesquisados, onde não há um nível satisfatório de atividades físicas regulares.

A avaliação física apresentou de forma objetiva e quantitativa o estado atual de condicionamento físico que na sua grande maioria foi classificado como acima da média, são dados satisfatórios que podem ser resultado das práticas de atividade física dos entrevistados, alimentação entre outros.

Em outra vertente, os questionários aplicados possibilitaram uma visão subjetiva e qualitativa da percepção da qualidade de vida dos estudantes, sua autopercepção do estado atual de saúde mental, como também uma exposição de sentimentos. Tais dados nos mostrou uma relação clara entre um bom condicionamento físico adjunto com as práticas de exercícios físicos com uma qualidade de vida adequada.

Referências

ARNOLD, R; RANCHOR, A.V; SANDERMAN, R; KEMPEN, G; ORMEL, J; SUURMEIJER, T.P; The relative contribution of domains of quality of life to overall quality of life for different chronic diseases. **Qual Life Res.** 2004;13(5):883-96.

AVANCI, J.Q. Fatores Associados aos Problemas de Saúde Mental em Adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Vol. 23 n. 3, p. 287-294. Jul-Set 2007.

BARNES, D.E.; CAULEY, J.A.; LUI, L.Y. *et al.* Women who maintain optimal cognitive function into old age. **J Am Geriatr Soc.** 55(2), 2007. p.259-64.

BENN, S.J.; MCCARTNEY, N.; MCKELVIE, R.S. Circulatory responses to weight lifting, walking, and stair climbing in older males. **J Am Geriatr Soc.** 2003.

BORDALO, A.A. Estudo Transversal e Longitudinal. **Revista Paraense de Medicina.** Belém, 2006.

CARNEIRO, G; FARIA, AN; FILHO, FFR; GUIMARÃES, A; LERÁRIO, D; FERREIRA, SRG; ZANELLA, MT; Influência da distribuição da gordura corporal sobre a prevalência de hipertensão arterial e outros fatores de risco cardiovascular em indivíduos obesos. **Rev. Assoc. Med. Bras.** vol.49 no.3 São Paulo July/Sept. 2003.

CARVALHO, R.C; **Os benefícios físicos e psicológicos da hidroginástica para a saúde das mulheres praticantes atendidas pelo programa vida nova em Lucas do rio verde – Mato Grosso.** 2014. 44f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UnB - Universidade Aberta do Brasil, Mato Grosso, 2014.

CASTANHEIRA, M; OLINTO, MTA; GIGANTE, DP; Associação de variáveis sócio demográficas e comportamentais com a gordura abdominal em adultos: estudo de base populacional no Sul do Brasil. **Cad Saúde Pública.** 2003; 19 (supl.1): S55-S65

CHACHAMOVICH, E; STEFANELLO, S; BOTEGA, N; TURECKI, G; Quais são os recentes achados clínicos sobre a associação entre depressão e suicídio? **Rev Bras Psiquiatr.** 2009.

COSTA, A. M, DUARTE, E. Atividade física e a relação com a qualidade de vida, de pessoas com sequelas de acidente vascular cerebral isquêmico (AVCI). **Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília** v. 10 n. 1 p. 5 janeiro 2002

JODAS, D.A; HADDAD, M.C.L; Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. **Acta Paul Enferm.** P. 192-197. 2009.

MARTINEZ, M.C. **As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador.** São Paulo.

- Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública.
Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MARTINEZ, D; LENZ. M.C.S; BARRETO, L. M. Diagnóstico dos transtornos do sono relacionados ao ritmo circadiano. **J BRAS**. 2008.
- MATSUDO, Sandra Marcela Mahecha, et al. Questionário Internacional de atividade Física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. **Rev. Atividade Física e Saúde**, 6(2): 5-18, 2001.
- MCGIRR, A; RENAUD, J; SEGUIN, M; ALDA, M; BENKELFAT, C; LESAGE, A; TURECKI, G; An examination of DSM-IV depressive symptoms and risk for suicide completion in major depressive disorder: a psychological autopsy study. **J Affect Disord**. P. 203-209. 2007.
- MINAYO, M.C. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário (**Ciência & Saúde Coletiva**, 5(1) :7-18, 2000.
- MINAYO, M.C.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 5, n. 1, p.7-18, 2000.
- MORTARI, D.M; MENTA, M. SCAPINI, K.B; ROCKEMACH, C.W; DUARTE, A; LEGUISAMO, C.P. Qualidade de vida de indivíduos com doença renal crônica terminal submetidos à hemodiálise. **Sci Med**. P. 156-160. 2010.
- OLIVEIRA, M.R de.; ORSIN, M. Escalas de avaliação da qualidade de vida em pacientes brasileiros após acidente vascular encefálico. **Rev. Neurocienc**, 9: p 43-50, 2008.
- OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE– **Growth** reference data for 519 years. 2007
- PALUSKA, S.A; SCHWENK, T.L. Physical activity and mental health. **Sports Medicine**, (2000) 29, p. 167-180.
- POLLOCK, M.L.; WILMORE, J.H. **Exercício na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação**. 2. ed. São Paulo, SP: MEDSI, 1993.

RAVAGLIA, G.; FORTI, P.; LUCICESARE, A. *et al.* Physical activity and dementia risk in the elderly. Findings from a prospective Italian study. *Neurology*. 2007. Disponível em: <<http://www.neurology.org/cgi/content/abstract/01.wnl.0000296276.50595.86v1> > Acesso em: 10 jun. 2017.

SABINO, C. **Os marombeiros: construção social de corpo e gênero em academias de musculação** [Dissertação]. Rio de Janeiro UFRJ, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, 2000.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 12^o. ed. São Paulo :WMF Martins Fonte, 2010.

SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte**. 1 ed. São Paulo: Editora Manole, 2002.

SANTOS, K.O; ARAÚJO, T.M; OLIVEIRA, N.F; Estrutura fatorial e consistência interna do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) em população urbana. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 214-222, jan, 2009.

SARIS, W.H; Blair, S.N; VAN BAAK, M.A; EATON, S.B; DAVIES, P.S; DI PIETRO, L. *et al.* How much physical activity is enough to prevent unhealthy weight gain? Outcome of the IASO 1st Stock Conference and Consensus Statement. *Obesity Review* p. 101-114. 2003.

SUZUKI, C.S. **Aderência da atividade física em mulheres da universidade aberta à terceira idade**. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP. 2005.

VASCONCELOS-RAPOSO, J; RODRIGUES, A. (2006). **A relação entre o bem-estar psicológico, a auto-estima, a depressão e a religiosidade entre praticantes de actividade física regular e não praticantes em idosos**. Monografia não publicada, Vila Real: UTAD.

WHO. **The World Health Report 2001: Mental health – New understanding, new hope**. Geneva: World Health Organization (2001).

CAPÍTULO 8

Qualidade de vida no trabalho e estilo de vida como fatores responsáveis pela promoção da saúde e bem-estar

*Cláudia Cristiane Andrade Barros
Franciny D'Esquivel Dutra Brizola
Jaqueline Barreto Santos d'Esquivel
Berta Leni Costa Cardoso*

Introdução

A área da Qualidade de Vida se expressa como muito ampla, a qual atravessa a vida das pessoas como um todo. Tal área se configura como um constructo multidisciplinar, cuja compreensão conceitual requer considerar aspectos históricos que englobem não apenas aspectos objetivos, mas também aspectos subjetivos. Diante da multiplicidade de conceitos que abarcam o termo qualidade de vida, consideramos a importância de discutirmos sobre qualidade de vida no trabalho e estilo de vida como fatores que estão interligados na promoção da qualidade de vida do indivíduo.

As novas formas de exploração do trabalho, oriundas do crescimento da economia capitalista, vêm refletindo na saúde do trabalhador, conseqüentemente, interferindo na sua qualidade de vida. Esse contexto deu origem aos estudos que tratam da Qualidade de Vida no trabalho como um constructo multidimensional que abarca fatores sociais, econômicos, culturais e históricos, e que interferem na saúde do trabalhador.

Os conceitos de Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho estão sendo construídos e ampliados, visto que eles abrangem vários aspectos. Para discutir qualidade de vida devemos considerar os aspectos que envolvem a qualidade de

vida no trabalho e o estilo de vida como conjunto de hábitos e costumes que são influenciados pelo processo de socialização. Isso porque tais aspectos são de extrema importância para a percepção de bem-estar do indivíduo.

O Estilo de Vida é definido por hábitos que envolvem saúde, nível de estresse, mas também características nutricionais, prática regular de atividade física e comportamento preventivo, o que faz pensar em uma percepção individual. Contudo, é imprescindível considerar que o incentivo a um estilo de vida saudável é de responsabilidade, também, do Estado, visto que ele pode promover ações educativas e políticas que incentivem hábitos saudáveis que irão contribuir para a promoção da qualidade de vida e da qualidade de vida no trabalho.

Qualidade de vida

O conceito de qualidade de vida é complexo por se tratar de um constructo que envolve diversos aspectos da vida humana. O termo Qualidade de Vida (QV) foi mencionado pela primeira vez em 1920, pelo economista britânico Arthur Cecil Pigou (1920), no livro *The Economics of whelfare*, sobre economia e bem-estar material, conforme destacam Kluthcovsky e Takayanagui (2007). Nesse livro, o autor apresentou o impacto governamental sobre a vida dos indivíduos de classes menos favorecidas e a importância do suporte governamental sobre a vida das pessoas, além de tratar acerca do orçamento do Estado, porém, o termo não foi valorizado e caiu no esquecimento por algumas décadas.

Na década de 1950, surgiram os primeiros estudos sobre QV, cujo principal foco foram as pessoas, sobretudo para compreender ou encontrar formas de deixá-las mais motivadas para fazerem tudo da melhor maneira possível, ou seja, tratava-se de qualidade de vida no trabalho. Nesses estudos, o termo qualidade de vida, ainda não era utilizado (REIS JUNIOR, 2008).

Segundo Fleck *et al.* (1999), a expressão “qualidade de vida” foi utilizada pela primeira vez no ano de 1964, pelo presidente dos

Estados Unidos Lyndon Johnson, ao declarar que os objetivos só podem ser medidos por meio da qualidade de vida que é proporcionada às pessoas e não em função do balanço dos bancos.

No que se refere à qualidade de vida, os conceitos e concepções são os mais diversos. Assim, pode-se destacar, inicialmente, a etimologia do termo qualidade, que deriva de *qualis* [latim] e significa o modo de ser característico de alguma coisa, tanto considerada em si mesmo, como relacionada a outro grupo, com isso, pode assumir características tanto positivas quanto negativas (AUTOR, ano). Entretanto, quando se fala em qualidade de vida, acredita-se que, geralmente, refere-se a algo bom, digno e positivo (SANTIN, 2002).

Qualidade de Vida é considerada para a Organização Mundial da Saúde (OMS) como o ato de o indivíduo perceber sua própria existência em função de um conjunto de aspectos culturais e de valores estabelecidos diante sua relação com seus objetivos, suas expectativas, suas preocupações e padrões sociais (WHOQOL GROUP, 1994). Trata-se de uma definição que contempla saúde física e mental, que deve ser, preferencialmente, analisada com base na percepção individual de cada um (GILL; FEINSTEIN, 1994)

Segundo a Organização Mundial da Saúde, saúde é um completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE-OMS, 1986). Já para saúde mental não existe uma definição oficial, portanto, a OMS afirma que o termo está relacionado à forma como uma pessoa reage às exigências, desafios e mudanças da vida e ao modo como harmoniza suas ideias e emoções. Desse modo, a saúde física nos remete a idealizar um indivíduo saudável, que não apresente doenças, que tenha um bom funcionamento do que tenha tido uma infância saudável e condições dignas de trabalho, ou seja, podemos pensar qualidade de vida como o privilégio do indivíduo de possuir saúde física e mental.

Segundo Minayo *et al.* (2000, p. 8),

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e a própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Percebe-se, então, uma mudança nos enfoques tratados quando se fala do tema, porém, verifica-se que a intenção é de acrescentar vida aos anos e vida com qualidade. Entretanto, quando há um aprofundamento desta compreensão, acaba-se levando em conta além dos aspectos objetivos, também, os aspectos subjetivos, que não podem ser separados, pois, existem condições presentes na vida das pessoas que irão influenciar sua percepção ou subjetividade acerca da qualidade de vida. Martin e Stockler (1998) sugerem que qualidade de vida seja definida em termos da distância entre expectativas individuais e realidade, desde que quanto menor a distância, melhor.

Devido à complexidade e à relatividade da noção, é grande a preocupação com questões relacionadas à qualidade de vida. Percebe-se que a falta de consenso conceitual é marcante. Por isso, estudos nas áreas de ciências humanas e biológicas vêm sendo desenvolvidos no sentido de valorizar parâmetros mais amplos e precisos. Assim, qualidade de vida é abordada por muitos autores como sinônimo de saúde, enquanto para outros, vai muito além, dado que as condições de saúde seriam apenas um dos aspectos a serem considerados (FLECK *et al.*, 1999).

Dependendo da área de interesse, muitas vezes, muda-se o conceito de qualidade de vida, o que torna essa temática de difícil compreensão, de modo que se fazem necessárias certas delimitações que possibilitem sua operacionalização em análises científicas. Dessa forma, o conceito de qualidade de vida vem

sendo construído ao longo da história, cuja diversidade de aspectos que o envolvem causa cada vez mais sua ampliação. A multidisciplinaridade presente nos estudos sobre qualidade de vida exige que sejam consideradas as diversas formas de definição de conceitos sob um olhar crítico em relação aos aspectos objetivos e subjetivos em análise.

Trata-se de um campo semântico polissêmico, ou seja, que envolve o modo, as condições e o estilo de vida do indivíduo. Gonçalves e Vilarta (2004) reforçam que, para analisar qualidade de vida, os aspectos objetivos e subjetivos devem ser considerados. A objetividade circunscreve fatores relacionados à subsistência do ser humano, como moradia, alimentação, educação, saúde, transporte e saneamento básico. Já o fator subjetivo (ações próprias do estilo de vida do sujeito) abarca as variáveis históricas, culturais, sociais e a interpretação de cada sujeito sobre as condições materiais e sociais.

Desse modo, para uma análise eficaz da qualidade de vida é preciso considerar a relação dialética e a interdependência entre essas duas dimensões (objetiva e subjetiva). Tanto a análise objetiva sobre qualidade de vida, quanto a percepção individual do sujeito, precisam ser consideradas com suas inúmeras variáveis que compõem a relação entre elas.

Qualidade de vida no trabalho

Durante a Primeira e Segunda Revolução Industrial, no período compreendido entre o século XVIII e meados do século XX, a jornada de trabalho dos operários (homens, mulheres e crianças) chegava a 18 horas por dia, com intervalo para as refeições. Além da excessiva exploração da mão de obra, os funcionários eram obrigados a desenvolverem suas atividades em condições insalubres como espaços quentes, úmidos e baixa luminosidade. As condições precárias das fábricas evidenciavam o descaso e os prejuízos à saúde do trabalhador. Conforme destacam Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002, p. 11), “[...]”

labutavam em turnos diários de 12 a 16 horas, ampliando para até 18 horas quando a iluminação a gás tornou-se disponível. O salário dos aprendizes era em geral a metade do que se pagava aos operários, o das mulheres a quarta parte”.

Nesse passo, muitos trabalhadores adquiriram doenças respiratórias em decorrência do ar poluído das máquinas. Somado a isso, a falta de treinamento adequado para operar o maquinário elevava significativamente os acidentes em decorrência do manuseio incorreto dos equipamentos, incapacitando-os para o resto da vida.

Outrossim, o avanço tecnológico impulsionou as fábricas a superarem os limites de produção. Diante da necessidade de atender as demandas do mercado, sem elevar os custos de produção, a maior parte dos patrões utilizavam da mão de obra infantil, pois essas recebiam salários mais baixos que os adultos. Um outro público muito utilizado era de mulheres, inclusive grávidas, cujo salário era um terço comparado ao do sexo masculino. Nesse aspecto, o avanço tecnológico e a busca desenfreada pelo lucro ocasionaram perdas de vidas humanas, em decorrência dos abusos, ora mencionados.

Em relação ao trabalho nas fábricas, Marx (1988, p. 483) afirma que “[...] exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual”. Atrelado à sobrecarga do trabalho, a busca extremada pela eficiência, às péssimas condições ambientais e o medo de perder o emprego induzia o funcionário a aceitar a imposição dos patrões, visto que havia muitos trabalhadores desempregados.

A preocupação para que o operário fosse mais eficiente nos processos de fabricação foi acentuada com a Revolução Industrial na Europa e, nesse sentido, “as condições no início do século XX fizeram essa inquietação dar origem ao primeiro evento importante na história da administração contemporânea: o movimento da administração científica” (Maximiano; 2000, p.56).

A racionalização do trabalho tornou-se o novo modo de organização da produção industrial, conhecida como Taylorismo

e Fordismo. Em relação ao Taylorismo, cujos pressupostos estão assentes na Administração Científica, na visão de Chiavenato (2000), Taylor conseguiu concluir que caso o operário que se considera produtivo, mas é remunerado de forma igual a do companheiro de trabalho que é menos produtivo, tenderá a acomodação e será desestimulado, logo, produzirá apenas até a sua capacidade. Taylor considerava o homem como *homo economicus*, e que apenas o incentivo financeiro faria com que os funcionários executassem suas atividades. Entretanto, esse conceito estrito de *homo economicus* não considera outros fatores motivacionais e restringe a interesses financeiros a complexa estrutura da personalidade humana (LODI, 1971). Se por um lado havia preocupação em aumentar a produtividade pela especialização, aliada à redução da jornada de trabalho e lucro para patrão e empregado, por outro, as atividades passavam a ser repetitivas, o que evidenciava a exploração e a mecanização do funcionário. Esses movimentos repetitivos ocasionavam desgastes dos membros, principalmente, superiores, além de dores intensas. Na mesma linha de pensamento ao *Homo Economicus*, Henry Fayol (1841-1925), em seus estudos, não considerou que as empresas possuem um lado informal e social e que o surgimento dos grupos informais é algo inerente ao homem, sendo uma falha a falta de seu reconhecimento.

Para Chiavenato (2006), se a Administração Científica se caracterizava pela ênfase na tarefa executada pelo operário, a Teoria Clássica se caracterizava pela ênfase na estrutura que a organização deveria possuir para ser eficiente. Na mesma linha de pensamento, Henry Ford (1917-1987) primou pela especialização, baseada no trabalho repetitivo e desgastante para os funcionários. Ainda nesse período, movimentos sindicais cobraram melhores condições de trabalho para a classe operária.

De encontro a essa visão econômica do homem, George Elton Mayo (1880-1949), psicólogo australiano, professor sociólogo e pesquisador das organizações, por meio da experiência de

Hawthorne¹ concluiu que o homem tinha necessidades além da financeira, como necessidades psicológicas e sociais, o que ele atribuiu como homo-social, levando em consideração aspectos emocionais e das relações humanas dentro das organizações. Segundo Del Fiacco (2006), um novo modelo de gestão passa a fazer parte do cenário das organizações: tem-se agora a motivação, liderança, comunicação, organização informal, dinâmica de grupo, assim os conceitos de autoridade, hierarquia, racionalização do trabalho, departamentalização, passam a ser discutidos.

De acordo com Chiavenato 2000, a Teoria das Relações Humanas surgiu nos Estados Unidos, como consequência das conclusões da Experiência de Hawthorne, desenvolvida por Elton Mayo e colaboradores.

A Teoria das Relações Humanas originou-se principalmente da necessidade de humanizar e democratizar a gestão, libertando-a dos conceitos rígidos e mecanicistas da teoria Clássica e adequando-a aos novos padrões de vida do povo Americano, juntamente com o desenvolvimento das chamadas ciências humanas, principalmente no que tange a psicologia e sociologia; as quais vieram demonstrar a inadequação dos princípios da Teoria Clássica (CHIAVENATO, 2004, p. 71).

A Experiência proposta por Mayo possibilitou que as corporações levassem em consideração não só a questão econômica, mas também a social e os diversos aspectos relacionados as boas condições físicas do ambiente de trabalho e o reflexo psicológicos dos colaboradores.

¹ “[...] realizada em 1927, pelo Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos (National Research Council), em uma fábrica da Western Electric Company, situada em Chicago, no bairro de Hawthorne e sua finalidade era determinar a relação entre a intensidade da iluminação e a eficiência dos operários medida através da produção”. Conferir em Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Experi%C3%Aancia_de_Hawthorne. Acesso em: mar. de 2022.

O impulso dado pela experiência quanto ao surgimento da teoria das relações humanas representou um novo modelo de pensamento, mais focado nas relações interpessoais do indivíduo, contrapondo as teorias da administração científica e clássica. Diante dessa nova visão, com o passar das décadas, pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, como sociólogos, médicos e engenheiros, buscaram analisar esses aspectos comportamentais, sobretudo de que forma a organização poderia investir na qualidade de vida no ambiente de trabalho dos seus colaboradores.

O conceito de Qualidade de Vida no Trabalho, conforme Rosalino e Bardagi (2008), teve início nos anos 1950, na Inglaterra, com os trabalhos de Eric Trist e seus colaboradores, que estudaram a relação entre o indivíduo, trabalho e organização. Esse grupo de pesquisadores pautou sua análise no sentido de compreender a relação que envolve o indivíduo, o trabalho e a organização. Para eles, um dos aspectos fundamentais apresentados na análise diziam respeito à realização do indivíduo no trabalho. Essa pesquisa deu origem ao que chamamos hoje de Qualidade de Vida no trabalho.

Segundo França, Bosquetti e Veloso (2005, p. 2),

[...] determinar a origem da preocupação com a saúde no trabalho pode significar estudar a origem da transformação da natureza pelo homem. Ou seja, a partir do momento em que o ser humano se utiliza de ferramentas e cria métodos para aperfeiçoar sua forma de subsistência, procurando de alguma forma reduzir seu esforço e diminuir seu sofrimento, pode-se dizer que há embutido o conceito de saúde atrelado ao trabalho.

No intervalo entre as décadas de 1950 e 1960, principalmente nos Estados Unidos, o interesse na pesquisa em QVT alcançou rápido crescimento no meio acadêmico. Isso porque esse período corresponde ao destaque alcançado pela época conhecida como fordismo, em que também ficou evidente a força dos movimentos de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de

trabalho (HELOANI, 1994). Assim, em virtude da conscientização dos empregados sobre temas como responsabilidade social das empresas e direitos civis, houve o impulso para que os empresários mudassem suas posturas no sentido de oferecer melhor forma de organização, aliada à produtividade e bem-estar dos funcionários.

Evidentemente, já em 1970, o fordismo entrou em decadência, entre diversos fatores, em função do rigoroso método produtivo, que se contrapôs ao sistema de flexibilização dos japoneses. Face ao desemprego estrutural, que se iniciava nos anos 70, e conseqüente desemprego houve redução no consumo. Assim, o fordismo não conseguiu mais atender aos interesses do capital, bem como a taxa de lucro das empresas começou a reduzir; a crise fiscal do Estado capitalista levou a uma redução dos gastos públicos com a posterior transferência deste para o capital privado (ANTUNES, 2000). Ainda em 1970, com a criação dos centros de estudos, National Center for Productivity and Quality of Working, Estados Unidos, o movimento pela QVT tornou-se público. Por outro lado, o estudo sobre o tema teria uma retração nos anos de 1974, pois as atenções do mundo estavam voltadas à crise energética mundial, acompanhada pela inflação que afetou a maior parte dos países capitalistas. Com o fim dos conflitos enérgicos e a inflação controlada, em 1979, a QVT ressurgiu, como conseqüência da perda de produtividade da indústria americana para a concorrência japonesa (ROSALINO; BARDAGI, 2008).

Outrossim, em 1980, os japoneses ganharam destaque no cenário econômico internacional, haja vista suas teorias sobre os modelos de administração. Tais teorias estavam alicerçadas em resultados positivos de produtividade, em face de processos automatizados, ao mesmo tempo, atrelados ao trabalho de formação e valorização do indivíduo e estímulo ao trabalho em equipe.

Em 1990, e nas décadas seguintes, com o advento da globalização, mudanças ocorreram nas organizações de diversas partes do mundo, as quais deram forma a um novo modelo de

Gestão de Pessoas. Lima (1995) ressalta que as organizações estão procurando estratégias de seduzir o funcionário e reduzir o conflito interno. Inevitavelmente, com as transformações na forma de gerir pessoas, a Qualidade de Vida no trabalho ganhou mais evidência. Guidelli e Bresciani (2010) destacam que a QVT passou por várias transformações, desde 1950, de modo que deixou de englobar somente disciplinas da saúde para agregar, também, conteúdo da Psicologia, Sociologia e Administração.

Atualmente, na era do conhecimento, o capital humano é o mais valioso de todos os recursos de uma organização. Para Cañete (2004), não é possível existir qualidade empresarial sem que haja QV individual. Tomando por base a afirmação desse autor, nota-se que a Gestão de Recursos Humanos deve primar para além da produtividade, a Qualidade de vida do corpo de funcionários e que a dimensão pessoal, incluindo os aspectos motivacionais, também devem ser foco das empresas as quais pertencem os colaboradores. Acresce que, em um mundo competitivo, não se pode mais pensar que a QVT é apenas uma atenção a ser dada à saúde e à segurança do trabalhador, mas, deve-se considerar uma estratégia organizacional. Do mesmo modo, investir em QVT é garantir efetividade e produtividade para empresa em simetria com o atendimento das necessidades e das aspirações do funcionário. Além disso, em um ambiente com muitas demandas e pressões, é essencial um planejamento que minimize os impactos na saúde física e mental dos funcionários.

Segundo a International Stress Management Association (Isma-BR), em publicação na revista *Veja*, edição de 31 de julho de 2019, algumas das pressões mais fortes podem vir do ambiente de trabalho: 20% dos funcionários ativos estão trabalhando sob forte pressão emocional, o que compromete a saúde física e psíquica, isso resulta em queda na produtividade, absenteísmo (faltas) e maiores taxas de contratação e demissão (troca de funcionário). Além disso, cerca de 32% dos trabalhadores brasileiros sofrem com os efeitos do *stress* — um dos primeiros sinais da Síndrome de Burnout.

O resultado da pesquisa mostra a necessidade de se implantar uma política de que vise ao bem-estar do funcionário. Caso não seja dada a atenção devida, isso refletirá nos resultados alcançados pela empresa. Assim, quanto melhor a qualidade de vida para cada membro, melhores serão as entregas e, principalmente, os resultados. Ressalta-se que a alta administração deve compreender que um programa de QVT não se trata de despesa. Além disso, é essencial, para que um programa de qualidade de vida no trabalho dê certo, o engajamento tanto dos gestores quanto do corpo de funcionários, visto que se o público-alvo não está dando suporte para que as ações aconteçam, há grande probabilidade de o programa não ser efetivo.

Nota-se que não há separação da satisfação no trabalho com a vida individual do funcionário, considerando que passamos a maior parte das nossas vidas no ambiente organizacional. Diante disso, percebe-se que é fundamental incorporar um programa que respeite e valorize o funcionário, que haja preocupação com seus sentimentos e emoções — reconhecendo-o como membro importante para o funcionamento daquela empresa — assim como dos fatores motivacionais que afetam as suas ações, emoções e comportamento. Ademais, sentindo-se parte da organização e notando a preocupação das chefias, esses colaboradores passam a desenvolver suas funções com mais seriedade e comprometimento.

Muitos funcionários trabalham em uma jornada de 8h por dia com baixa produtividade, contrapondo a outros que são capazes de gerar resultados de uma semana em uma carga horária menor. Isso, na maioria das vezes, pode estar associado ao ambiente nocivo de trabalho e à desmotivação para desempenhar as tarefas do dia a dia. Pode-se afirmar, ainda, que em algumas profissões, além da carga horária normal, há a necessidade de estender os horários além do que preconiza a legislação, o que não deixa espaço para outras atividades, como estudo, exercício físico, lazer e tempo com a família, tal condição ocasiona adoecimento.

Segundo Chiavenato (2004), qualidade de vida no trabalho está diretamente ligada à motivação, pois, ela é responsável por afetar nas atitudes pessoais e comportamentais relevantes para a produtividade individual e grupal, tais como: motivação para o trabalho, adaptabilidade a mudanças no ambiente de trabalho, criatividade e vontade de inovar ou aceitar mudanças e, principalmente, agregar valor à organização. Por isso, a alta cúpula das instituições deve também estimular as boas relações interpessoais, mediar conflitos, a fim de se criar um ambiente harmônico e de confiança, que seja capaz de eliminar barreiras na comunicação, com isso, obter um *feedback* mais verdadeiro que possibilite as chefias avaliarem se estão no caminho certo quanto à promoção da saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Algumas ações como incentivo ao desenvolvimento pessoal dentro e fora da empresa; educação das potencialidades do indivíduo com treinamentos e qualificações contínuas; *feedback* do gestor sobre seu funcionário; reconhecimento e valorização da chefia; flexibilização de horários; *home-office* se a função permitir, principalmente para aqueles que têm filhos; incentivo aos cuidados físicos, como corrida e caminhada; orientação preventiva e estímulo a consultas e exames médicos; além de rodas de conversas sobre saúde mental são ações que podem conduzir às empresas a manterem um corpo de funcionários saudáveis e motivados a fim de alcançar a missão organizacional.

O estilo de vida

A preocupação com questões relacionadas à qualidade de vida passou a ter uma abrangência mais ampla, visto que os estudiosos da área deixaram de utilizar de uma abordagem mais centrada na saúde para considerar um conceito mais abrangente, em que as condições e o estilo de vida passam a ser aspectos importantes (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2004).

Diante disso, a busca por um estilo de vida saudável tem sido uma das discussões no mundo contemporâneo, em especial, no campo da saúde. Com as transformações na sociedade e nas relações de trabalho, os casos de doenças como estresse, ansiedade, Síndrome de Bournout, dentre outras, têm sido cada vez mais frequentes. Nesse sentido, as questões relativas ao estilo de vida vêm ganhando destaque, sendo, inclusive umas das preocupações da Organização Mundial de Saúde (OMS), no sentido de proporcionar mais políticas públicas de promoção à saúde e ao lazer.

Para tanto, faz-se necessário compreender a definição deste termo. De acordo a Organização Mundial de Saúde (OMS), estilo de vida é o “conjunto de hábitos e costumes que são influenciados, modificados, encorajados ou inibidos pelo prolongado processo de socialização. Esses hábitos e costumes incluem o uso de substâncias tais como o álcool, fumo, chá ou café, hábitos dietéticos e de exercício” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004, p. 37). Para Nahas (2017, p. 22), o estilo de vida representa o “conjunto de ações habituais que refletem as atitudes, os valores e as oportunidades na vida das pessoas” sujeitas a mudanças de acordo a vontade do indivíduo, caso considere a necessidade de inclusão ou exclusão de algum valor.

Sob esta análise, o referido autor ainda destaca os cinco elementos que compõem o Pentáculo do Bem-Estar (PBE) com o objetivo de avaliar os cinco aspectos fundamentais do estilo de vida individual. De início, eram consideradas como características do estilo de vida, associadas à saúde individual, apenas três características: o nível de estresse, as características nutricionais e a atividade física habitual. Após algumas reformulações, considerando as mudanças ocorridas na sociedade, o novo PBE passou a considerar o comportamento preventivo e os relacionamentos como elementos que também podem afetar a saúde do indivíduo e estão associados à condição de bem-estar e ao desenvolvimento de diversas doenças.

Segundo Nahas (2017, p. 21),

No contexto das sociedades industrializadas e em desenvolvimento, o estilo de vida e, em particular a atividade física, tem sido, cada vez mais, um fator decisivo para a qualidade de vida – tanto geral quanto relacionada à saúde – das pessoas em todas as idades e condições.

Para Portes (2011, p. 9), “existem sólidas evidências de que mudanças no estilo de vida têm grande impacto sobre a qualidade de vida individual e da população”, ou seja, a adoção de um estilo de vida saudável é um fator determinante para garantir qualidade de vida. Com efeito, grande parte das doenças são provenientes do comportamento de cada pessoa. É fato que indivíduos que possuem um estilo de vida ativo e saudável tendem a ter autoestima e uma percepção de bem-estar positiva.

Entretanto, apesar de o estilo de vida estar condicionado à uma conduta individual e à percepção que cada um tem a respeito da qualidade de vida, é importante destacar que a prática de hábitos saudáveis não é de responsabilidade única do sujeito, sendo um constructo multidimensional que abarca fatores sociais, econômicos, culturais e históricos. Por isso, é imprescindível considerar que o incentivo a um estilo de vida saudável é de responsabilidade também do Estado.

Dessa forma, não se pode falar em estilo de vida sem considerar o fator saúde. Atualmente, o conceito de saúde não se restringe à ausência de doenças. Nahas (2017, p. 22) destaca que este deve ser analisado sob uma “perspectiva holística”, considerando como “uma condição humana com dimensões física, social e psicológica”. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 considera a saúde como direito universal garantido a todos tendo como objetivo garantir o bem-estar e a justiça social.

O artigo 6º da Carta Magna classifica a saúde como um dos direitos sociais fundamentais por estar atrelado ao direito à vida, portanto, à dignidade da pessoa humana. Ainda de acordo artigo 196 da CF/1988, a “Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a

redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso igualitário a ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, p.).

Portanto, não se trata apenas do acesso a um sistema de saúde, mas da implementação de políticas sociais que viabilizem a promoção e prevenção de doenças. Nesse sentido, o Estado figura como um agente promotor e responsável, uma vez que lhe é conferido o dever de tornar possível a prestação e a proteção a este direito. Apesar de o estilo de vida ser uma prática decorrente de um comportamento adotado pelo sujeito, não se pode desconsiderar que o contexto social, o econômico, o político e o cultural podem influenciar nos hábitos do indivíduo.

Diante disso, as questões socioeconômicas acabam influenciando na ausência de um modo de vida saudável, posto que ele envolve, não somente a prática de atividade física, como também, a adoção de um padrão de vida alimentar que requer um custo. Devido às condições que, muitas vezes, não possibilitam tais ações, muitos acabam tendo sua qualidade de vida comprometida.

Ademais, a adoção de um estilo de vida saudável varia de acordo ao contexto histórico e cultural de um lugar-ambiente, por isso, não pode ser restrito apenas ao aspecto subjetivo. Conforme a sociedade evolui, os hábitos e costumes podem ser alterados. Estes fatores, portanto, não podem ser considerados de forma isolada, mas requerem uma abordagem mais complexa de forma a considerar os diversos elementos condicionantes para construção de um estilo de vida saudável.

Nesse sentido, por mais que um estilo de vida saudável requeira ações do sujeito, não se pode analisá-lo apenas considerando o comportamento do indivíduo. É imprescindível que sejam analisados todos os aspectos determinantes para sua caracterização. Ou seja, o hábito de um estilo de vida saudável depende, não somente, do desejo individual, mas do incentivo a uma prática, o que requer dizer que este estímulo depende da implementação de políticas públicas de promoção à saúde.

Isso implica em uma formação que promova o exercício de atividades físicas, desde o ambiente escolar até o local de trabalho. No que se refere ao ambiente organizacional, o desenvolvimento de atividades físicas pode ser essencial para motivar o profissional no exercício de suas funções. A ausência de investimento em ações como essa pode repercutir no desempenho funcional, haja vista que este sujeito ocupa a maior parte de sua vida no emprego.

Importante destacar que muitas doenças adquiridas ao longo da vida são provenientes do exercício profissional. O quadro de funcionários com perfil de adoecimento tem sido cada vez mais crescente nas instituições em razão das condições precárias de trabalho. Ademais, as novas formas de exploração do trabalho, oriundas do crescimento da economia capitalista, vêm refletindo na saúde do trabalhador.

Desse modo, não se pode reduzir ao sujeito à culpabilidade pelas causas de problema de saúde associados a um estilo de vida sedentário ou a hábitos não saudáveis. Ao desconsiderar as demais dimensões já expostas, o Estado transfere unicamente ao indivíduo a culpa. Trata-se de uma corrente ideológica que exime o Estado de sua responsabilidade. Conforme Gonçalves (2004, p. 20), essa teoria que enfatiza as escolhas pessoais pelos seus hábitos e costumes assume “o risco do enfraquecimento da responsabilidade das correspondentes políticas públicas”, por conseguinte, o “foco no individualismo como motor da decisão sanitária e da morbimortalidade nacional justificar a redução do tamanho do Estado”.

Ademais, em se tratando de saúde do trabalhador, as más condições de trabalho, unidas à falta de políticas públicas que incentivem uma prática de vida saudável, podem ser determinantes para caracterização de um estilo de vida que agrave a saúde do indivíduo e repercuta em sua qualidade de vida. Sob este olhar, vale destacar que o investimento em um estilo de vida saudável é uma ação preventiva, já que a prática de hábitos saudáveis poderá prevenir futuras doenças.

Dessa forma, o estilo de vida pode ser considerado como um modo de vida adotado que pode contribuir nos impactos na qualidade de vida e saúde do sujeito. Nesse contexto, insere-se a promoção à saúde por meio de ações preventivas. Direcionar o sujeito a práticas de saúde é primordial, visto que isso pode promover um estilo de vida saudável. De acordo com Leavel e Clark (1976, p. 19), “as medidas adotadas para a promoção da saúde não se dirigem a determinada doença ou desordem, mas servem para aumentar a saúde e o bem-estar gerais”.

Sendo assim, promover a saúde desde os tenros períodos da vida é proporcionar um estilo de vida que garanta saúde e qualidade de vida ao indivíduo, tendo em vista as práticas de ações preventivas. Isso implica em prática de exercícios físicos e em padrões de nutrição que garantam um estilo de vida saudável. Nesse sentido, destacam-se como indispensáveis a educação e a promoção de políticas públicas de forma a propiciar um estilo de vida que proporcione o bem-estar social, conforme garantido pela Constituição Federal. Ou seja, não se trata somente de uma educação alimentar ou física, promovida dentro de um ambiente familiar ou individual, mas de o Estado garantir ao indivíduo o alcance desse direito.

Diante disso, a inclusão de políticas no ambiente de trabalho que promovam um estilo de vida saudável, a criação de espaços que incentivem a prática de atividade física e gratuita a todos, assim como a educação no meio escolar que estimule a cultura e o prazer pelo esporte e por hábitos alimentares mais saudáveis são fatores primordiais para desenvolver um estilo de vida saudável. Sob este aspecto, Nahas (2017, p. 13) afirma que

[...] políticas públicas, programas comunitários e institucionais, além de ações individuais, precisam ser considerados na promoção de estilos de vida mais ativos e saudáveis nos diferentes contextos (escolas, ambiente de trabalho, centros de atenção básica à saúde e ambientes comunitários em geral).

Considerando esses aspectos, fica claro que uma mudança de atitudes e de comportamentos para a prática de um estilo de vida saudável e ativo depende não somente da vontade do sujeito, mas também de estímulos. Para tanto, ações educativas e políticas que incentivem a prática regular de atividade física são determinantes.

Considerações finais

Os conceitos explanados neste trabalho expõem a relevância dessas temáticas e o quanto elas estão correlacionadas. O intuito deste texto foi apresentar os diversos conceitos discutidos pelos pesquisadores de forma a compreendê-los. Pudemos apreender o quanto estas definições evoluíram ao longo do tempo. O estudo sobre qualidade de vida revela quão complexo e amplo é o conceito deste termo, pois muitos são os aspectos que permeiam a vida e as relações do ser humano.

Dessa forma, a caracterização de QV vem sendo construída, ampliada, visto que ela engloba novas definições, pois não considera somente os parâmetros de controle de doenças, aumento da expectativa de vida ou redução da taxa de mortalidade. De forma mais abrangente, tal conceito abarca elementos como as condições de trabalho e estilo de vida, os quais são considerados como fatores determinantes. Portanto, para mensurar qualidade de vida, devem ser observados tanto os aspectos objetivos, quanto os subjetivos.

Em vista disso, este estudo buscou discutir os termos Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e Estilo de Vida (EV). No que se refere à análise da denominação QVT, foi exposto um aparato histórico que demonstra como as condições de trabalho podem interferir na qualidade de vida do trabalhador. Nesse sentido, foram discutidas as relações entre os âmbitos profissional, de trabalho e da organização. Assim, fica evidente como as mudanças ocorridas nas organizações, oriundas da globalização, alteraram as relações e as condições de trabalho, que afetam a qualidade de vida do profissional. O resultado da

pesquisa revela, portanto, a importância de se investir na gestão de recursos humanos que prime pelo bem-estar e por melhores condições de trabalho.

Com isso, o estilo de vida se apresenta como um aspecto importante para garantia da qualidade de vida do indivíduo. A pesquisa demonstra que, muito embora o estilo de vida seja condicionado a uma escolha, conduta individual ou percepção que cada sujeito tem a respeito da qualidade de vida, ele não é o único responsável. Trata-se de um constructo multidimensional que engloba fatores externos como as condições econômicas, sociais, culturais e históricas em que está inserido o sujeito. Por isso, é imprescindível considerar o papel do Estado como promotor e responsável pela implementação de políticas que incentivem a prática de uma vida saudável.

Referências

- ALMEIDA, Marco e GUTIERREZ, Gustavo. **Políticas públicas de lazer e qualidade de vida: a contribuição do conceito de cultura para pensar as políticas de lazer.** (67-84). in: VILARTA, Roberto. *Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física.* Campinas, SP: IPES EDITORIAL, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAÑETE, I. Qualidade de Vida no Trabalho: muitas definições e inúmeros significados. *In.:* Bittencourt, C. (Org.) **Gestão contemporânea de pessoas:** novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Artmed, 2004. pp. 387-406.
- CHIAVENATO, I. **Princípios da Administração:** o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas:** e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 14 – 448.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração.** 2004

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração.** 6. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000

DEL FIACO, J. L. M. Das Relações Humanas a importância do fator humano nas instituições de ensino superior. Agosto/ 2006.

FLECK, M.P.A; *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100) **Revista de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, V. 33, n.2, p.198-205, 1999.

FRANÇA, A. C. L., BOSQUETTI, M. A. & VELOSO, H. M. A concepção gerencial dos programas de qualidade de vida no trabalho (QVT) no setor elétrico brasileiro. *In.:* **Anais dos VIII Seminários em Administração** (vol. 1, p. 1-15). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

GILL, T.M.; FEINSTEIN, A.R. A critical appraisal of the quality of quality-of-life measurements. **Journal of the American Medical Association,** Chicago, v.272, n.8, p.619-26, 1994.

GONÇALVES, Aguinaldo. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. *In.:* VILARTA, Roberto (org.) **Qualidade de Vida e políticas públicas:** saúde, lazer e atividade física. Campinas, IPES, 2004, p. 17-26.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto. Qualidade de vida: identidade e indicadores. *In.:* GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade vida e atividade física:** explorando teorias e práticas. Barueri, Manole, 2004, p.03-25.

GUIDELLI, N. S; BRESCIANI, L. P. Inovação e qualidade de vida no trabalho: uma visão integrada da gestão a partir de estudo de caso na indústria petroquímica do Grande ABC. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP).** 45 (1), 57–69, 2010.

- HELOANI, R. **A organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994.
- KLUTHCOVSKY, Ana Claudia Gabareli, TAKAYANAGUI, Ângela Maria Magosso. **Qualidade de vida – Aspectos conceituais,** Salus-Guarapuava-PR. Jan/jun. 2007; Pg 13-15.
- LEAVEL, S.; CLARK, E.G. **Medicina Preventiva.** São Paulo. McGraw-Hill, 1976.
- LIMA, M. E. **Os equívocos da excelência: as novas formas de sedução na empresa.** Petrópolis, Vozes, 1995
- LODI, J B. **História da administração.** São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios, 1971.
- MARTIN A.J.; STOCKLER M. Quality of life assessment in health care research and practice. **Evaluation & Health Professions** 21 (2): 141-156, 1998.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Vol. I e II. Coleção Os Economistas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MAXIMIANO, Antônio C. A. **Introdução à administração.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MINAYO, M. C. S; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, V. 5, n. 1, p.7-18, 2000.
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** 7. ed. – Florianópolis, Ed. do Autor, 2017.
- PORTES, LA. **Estilo de Vida e Qualidade de Vida: semelhanças e diferenças entre os conceitos.** *Lifestyle J*, 2011;1(1):8-10.
- QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 159 p.
- REIS JÚNIOR, D. R. **Qualidade de Vida no Trabalho: construção e validação do questionário QWLQ-78.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em

Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp080680.pdf>. Acesso em: 20 jun.2021.

ROSALINO, Caroline Bolzan; BARDAGI, Marucia Patta. Percepções de Funcionários de Uma Empresa de Transporte Urbano Sobre Qualidade de Vida no Trabalho. *Barbarói*, v. 0, n. 0, p. 120–137, 2008.

SANTIN, S. **Cultura corporal e qualidade de vida**. Kinesis, Santa Maria, v. 27, p. 86-116, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **A glossary of terms for community health care and services for older persons**: WHO Centre for Health Development: ageing and health technical report. Genebra, 2004. v. 5. Disponível em: <<https://goo.gl/vLUmxu>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Carta de Ottawa, pp. 11-18. *In.*: Ministério da Saúde/FIOCRUZ. **Promoção da Saúde**: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá, Ministério da Saúde/IEC Brasília, 1986.

WHOQOL GROUP. The development of the World Health Organization quality, of life assessment instrument (the WHOQOL). *In.*: ORLEY, J.; KUYKEN, W. (Eds.) **Quality of life assessment international perspectives**. Heidelberg: Springer, 1994. P.41-60.

CAPÍTULO 9

Valorização docente na educação básica: resultados de pesquisas realizadas

*Deise Máira Silveira Moreira
Germínio José da Silva Júnior
Berta Leni Costa Cardoso*

Introdução

Ao tratar da educação básica pública brasileira existem questões conglomeradas em um conjunto de fatores que estão diretamente relacionados ao seu desempenho, a exemplo da valorização docente. Dessa forma, a classe docente ao longo dos anos tem lutado por melhores condições de trabalho e saúde, formação, remuneração e carreira que são entendidas neste texto enquanto categorias da valorização docente como aborda a Conferência Nacional de Educação (CONAE/2018).

Questões como a valorização docente inadequada faz parte de um contexto histórico da educação básica brasileira, a mesma tem percorrido por caminhos que favorecem o pouco reconhecimento do trabalho docente. As mudanças no âmbito educacional, com reformas políticas, alterações na gestão das políticas públicas, dentre outras condições que permeiam a educação, afetam diretamente os domínios da valorização.

Ao longo dos anos as lutas e reivindicações da classe docente por melhorias na profissão com o apoio sindical possibilitou a conquista de algumas políticas públicas que tratam da questão como as que estão em vigência, o Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

e o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Apesar das conquistas ainda há muito que melhorar como a efetivação na integra do pregam essas políticas.

Deste modo, este estudo de caráter bibliográfico, tem como objetivo mapear e analisar as produções científicas sobre a temática da valorização docente na educação básica. Este mapeamento faz parte dos procedimentos adotados na pesquisa sobre “A Valorização Docente a Partir do Processo de Validação de um Instrumento de Pesquisa”, no Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O caminho percorrido na realização do mapeamento das pesquisas

Os locais de busca utilizados para realizar o mapeamento foram o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), os Anais dos eventos nacionais realizados pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

O CAPES e o IBICT foram selecionados por conter teses e dissertações, análogos a pesquisa que este trabalho está vinculado, uma dissertação, portanto, faz-se relevante as informações de pesquisas já realizadas sobre o assunto. Enquanto na ANPAE e ANPED o critério está atrelado às temáticas que envolvem ambas associações, uma voltada para as pós-graduações em educação e a outra para as políticas na esfera educacional.

Dessa forma, estão diretamente relacionadas com o trabalho ao considerar que o programa de pós-graduação em que a pesquisa está vinculada é de educação e a linha de pesquisa é em política pública educacional. Além disso, na CAPES a ferramenta de refinamento foi utilizada priorizando a área educacional, assim, a grande área de conhecimento ficou ciências humanas,

área de conhecimento educação, área de avaliação educação, área de concentração educação e programas em educação.

O descritor utilizado na busca foi “valorização docente” com o recurso das aspas para teses e dissertações, na ANPED o Grupo de Trabalho 5 (GT-5) denominado Estado e Política Educacional foi o que mais aproximou da proposta da pesquisa, estudar a valorização docente a partir das categorias formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde, portanto, o escolhido para mapear as produções. Na ANPAE a busca foi realizada em todos os trabalhos publicados nos anos 2007, 2009 e 2011 que estavam no *site*.

Em 2013 houve uma divisão por eixos temáticos, o 1denominado de Políticas Públicas, Financiamento, Avaliação e Gestão da Educação foi o escolhido para realizar o mapeamento por entender que esse tinha maior aproximação com a temática em questão. Porém, nos anos de 2015 e 2017 ocorreu uma mudança nas nomenclaturas e agrupamento dos eixos, por conta disso, o eleito para o levantamento das publicações foi o 5, intitulado de Políticas Públicas e Financiamento da Educação.

Os critérios para selecionar as produções encontradas nos bancos de dados basearam-se nos títulos compostos pelas palavras: valorização docente; Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN); Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR); formação; carreira; remuneração e condições de trabalho e saúde. Em seguida, foi realizada a leitura dos resumos de cada trabalho e, por fim, a leitura do trabalho por completo, os que não aproximavam do objetivo da pesquisa eram descartados.

Na CAPES o número de trabalhos restritos a área educacional foram 42, ao aplicar os critérios para seleção restaram 17, desse total foram 12 dissertações e 5 teses. No IBICT foi localizado 63 trabalhos, após a análise dos títulos e resumos ficaram 25, desses selecionados 14 já tinham aparecido na CAPES, com esse resultado restaram 11 trabalho, desse quantitativo 4 são teses e 7 dissertações. Na ANPED de 194 trabalhos existentes no GT-5 apenas 5 foram identificados pelos títulos como relevantes no mapeamento. Na ANPAE a partir

de 2007 foram encontrados um total de 45 trabalhos, porém, ao realizar a leitura do conteúdo restaram 22.

A quantidade final das produções condizentes com o tema totalizou 55, desse número, foram selecionados 15 para a análise das questões abordadas em cada uma delas. Como critério de seleção prevaleceram aquelas que mais se aproximava da base teórica-metodológica do trabalho, estudos que tratavam do sistema capitalista enfatizando as interferências do neoliberalismo na educação e que utilizavam o método do materialismo histórico dialético para estudar as categorias da valorização docente.

Foram 6 dissertações Wonsik (2013), Medeiros (2014), Viana (2018), Luhm (2018), Guimarães Neto (2018) e Franco (2016), 4 teses, Araújo (2017), Ribeiro (2014), Gurgel (2012) e Souza (2017) e 5 trabalhos de eventos Reis (2011), Barbosa (2012), Brito (2015), Jacomini, Alves, Camargo (2015) e França (2011).

As discussões sobre a valorização docente nas pesquisas

Os trabalhos abordam pontos e discussões que se encontram e complementam, uma vez que, tratam do mesmo assunto, desse modo, os conteúdos foram agrupados por temáticas afins, valorização docente; carreira, formação e remuneração; precarização do trabalho docente; e por fim, algumas conclusões e posicionamentos dos autores sobre a temática da valorização.

Valorização docente: o que dizem os autores

Na perspectiva dos trabalhos analisados, a esfera educacional sofre grandes influências do sistema capitalista. No Brasil as políticas de bases do capitalismo estão presentes e se intensificaram a partir da década de 1990 com a Reforma do Estado realizando mudanças no sistema governamental, as classes trabalhadoras, como a docente, foram atingidas diretamente pelas ideologias desse sistema. Nesse sentido, a valorização docente fica a mercê de um conjunto de fatores que interferem na não

concretização coerente das políticas ou até mesmo na inexistência. “A valorização profissional é o reconhecimento da relevância social que esse trabalho representa. Portanto, o professor, nas condições de desvalorização que se encontra é resultado de uma sociedade que não tem a educação como essencial para a formação humana” (LUHM, 2018, p. 133).

Na visão de Wonsik (2013), para que ocorra uma efetiva valorização do magistério que é reivindicada ao longo dos anos por representações docentes é necessária uma configuração de aspectos, dentre eles está: estabilidade, reconhecimento social, salário digno, condições de trabalho, participação nos processos de decisão, autonomia e diálogo. A compreensão de valorização dos profissionais da educação para Guimarães Neto (2018) precisa ser concretizada mediante a inter-relação entre duas dimensões, objetiva e subjetiva, na objetiva estão às condições funcionais que são formação, carreira, remuneração e condições de trabalho, a subjetiva diz respeito à dignidade profissional e o reconhecimento social.

Valorizar o professor é também reconhecer seu valor social, portanto, “é preciso reconhecer a situação em que desenvolve suas atividades laborais, mas também compreender os objetivos do seu trabalho, pois o professor não é valorizado em face do seu papel social e político” (SOUZA, 2017, p. 218). Assim, como pontua Wonsik (2013), através de reivindicações dos (as) professores (as) da educação básica por melhorias nas condições de trabalho e salário é que emergem as políticas de valorização docente. A autora destaca que nesse aspecto, a reforma educacional com suposições de valorização apresentava, a princípio, indícios de significativos avanços para essa classe, no entanto, o que ocorre de fato é uma relação com as novas políticas que intensificam o trabalho docente e o deixa precário.

Para Araújo (2017), as condições de trabalho estão profundamente ligadas às condições do processo de trabalho nas escolas, visto que, está interligada a uma série de fatores como, jornada de trabalho, condições de remuneração, recursos materiais, horário de trabalho, tempo e espaço para desenvolver as atividades

planejadas, forma de admissão, relação no número de alunos por professor (a), recursos materiais, movimento da carreira docente, entre outros fatores envolvidos no contexto educacional.

A autora enfatiza que mesmo com o Estado brasileiro regulado pelas ideologias neoliberais a valorização docente continuará como pauta prioritária em legislações e documentos aprovados na esfera nacional. Contudo, isso não é suficiente, os (as) professores (as), sobretudo os (as) que atuam na educação básica continuarão enfrentando condições de trabalho, remuneração e carreira não atraente, da mesma forma, a formação a qual se submetem estará longe de atender as suas necessidades na profissão docente. De acordo com Guimarães Neto (2018):

E, na sociedade atual, percebe-se, um discurso sobre o valor da educação, sobretudo associado às demandas do mercado de trabalho; porém, paradoxalmente, ao mesmo tempo, não existe a valorização do professor de maneira adequada, o que suscita questionamentos profundos sobre seu papel e cuidados específicos com sua formação e desenvolvimento profissional (GUIMARÃES NETO, 2018, p. 43-44).

Outras derivações das políticas neoliberais é a crescente privatização do ensino superior e a descentralização da educação básica, transferindo a responsabilização para estados e municípios (RIBEIRO, 2014). Dessa forma, Viana (2018) destaca que propiciou a criação de leis próprias a cada sistema de ensino, municipal, estadual e federal, ocorrendo o apogeu da diversidade nos sistemas provocada pelas distintas realidades regionais, bem como, a “disponibilidade financeira, número de qualificação dos professores, organizações administrativas, carreiras distintas para o magistério, remunerações dispare e diferentes formas de contratação são marcas da heterogeneidade da valorização do magistério brasileiro” (VIANA, 2018, p. 62).

Destarte, Wonsik (2013) ressalta que, ao transferir aos estados e municípios a responsabilidade pela educação básica, não

ocorreu o acompanhamento de recursos necessários para cumprir adequadamente as exigências, logo, ao incumbir a essas duas esferas governamentais tal responsabilidade, a União não repassou financiamento apropriado para suprir a ampliação dessa modalidade de ensino. Nesse seguimento, Ribeiro (2014) pondera que são necessários avanços nas relações intergovernamentais ao se tratar da gestão e das políticas de valorização desses profissionais. Diante disso, Gurgel (2012, p. 170) enfatiza que “não se pode pensar em educação de qualidade sem antes reconhecer-se a necessidade de valorização dos profissionais do magistério, que, ao que parece, no Brasil, não ocorre”.

Formação, carreira e remuneração nas pesquisas

Nas produções analisadas prevaleceram as discussões entre duas e três das quatro categorias da valorização docente, as três que ganham destaque e costumam aparecer juntas como objeto de pesquisa são: carreira, formação e remuneração.

Ao tratar da carreira, Barbosa (2012) aponta que muitos (as) professores (as) desistem da docência, optam por outras carreiras que sejam mais valorizadas e recebam uma melhor remuneração, ou ainda, seguem outros cargos do sistema de ensino a exemplo da direção, coordenação pedagógica e supervisão escolar que há uma remuneração maior que a docência, além disso, esses cargos costumam receber maior valorização social e reconhecimento. Uma maneira de ocorrer melhorias na carreira é por meio do Plano de Cargos Carreira e Remuneração (PCCR) através das determinações de progressões, no entanto, nem sempre há a implementação do mesmo nos entes federados, apesar de ser um direito garantido pela Constituição Federal (CF).

O percurso para obter a valorização docente é intenso, ainda necessita de reivindicações e lutas constantes para minimizar/acabar com as políticas que são antagônicas. Por conseguinte, a luta pela valorização é contínua, não apenas para os (as) professores (as), mas, para os (as) profissionais da

educação no todo, são sucessivas as reivindicações por parte de sindicatos, associações, entidades acadêmicas e professores (as) da educação básica e superior por melhorias salariais, concretização de plano de carreira, resgate do papel social do professor, dentre outros (SOUZA, 2016). Nos anos de 1980 começou a crescer a esperança de melhorias no campo educacional a partir das modificações no plano político e dos movimentos pelo retorno da democracia, assim, a expectativa por parte dos que se envolvia com a educação era que ocorresse um compromisso maior do poder político com a mesma (LUHM, 2018).

A partir da década de 1990, houve algumas conquistas no âmbito educacional como a política de fundos públicos de recursos, ou seja, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o FUNDEB, que resultam em políticas de valorização docente nas esferas municipais, estaduais e federal como o PSPN e as Diretrizes Nacionais para os Planos de Cargo, Carreira e Remuneração (FRANÇA, 2011). Mas, nem sempre o que é determinado nessas políticas é efetivado, seja por falta de interesse da gestão, falta de recursos, dentre outros motivos. Um fator que envolve as decisões e demandas do financiamento da educação é o projeto de sociedade que se pretende ter, utilizando a educação enquanto uma ferramenta para concretizá-lo, como descreve Luhm

A política de financiamento da educação corresponde a um projeto de sociedade. A educação instrumentaliza, em última instância, a formação desse homem. A maneira como o financiamento da educação acontece, em qualquer período histórico, está relacionada a um projeto político destinado à sociedade que se pretende formar. Sendo assim, projeta-se o modelo de educação e como formará o homem que se pretende para essa sociedade, o financiamento será o meio para se chegar a esse fim. Por essa causa, o financiamento é um instrumento em disputa, principalmente se tratando de uma sociedade capitalista; e, é nessa organização estrutural que é preciso olhar o financiamento (LUHM, 2018, p. 26).

Essa conjuntura fica visível na sala de aula perante as contribuições “involuntárias” dos (as) professores (as) que disseminam a ideologia neoliberal enquanto sujeitos envolvidos diretamente no processo de formação, ao ter a necessidade de acatar as determinações desse sistema realizam atividades como seleções, procurando escolher o mais “qualificado” ou o “melhor”, um caráter meritocrático, para atuar na ampliação do contexto econômico, processo que acarreta a subordinação da educação ao sistema econômico (VIANA, 2018). São condições provocadas pela reforma educacional que interferiu na formação do professor levando-o a atuar seguindo a lógica do mercado de trabalho, de maneira que contribua para o avanço tecnológico e científico (SOUZA, 2016).

Essas são características da sociedade capitalista que intensificaram após a Reforma do Estado, para Franco (2016), a instância que deveria proporcionar educação de qualidade, gratuita e pública é o Estado, porém, baseado em uma perspectiva neoliberal, o que tem acontecido é o seu afastamento acompanhado de um processo que ressignifica suas funções e segue uma ideologia de Estado mínimo.

As políticas neoliberais alinhadas à redefinição do papel do Estado e o contexto da reestruturação produtiva influenciaram de forma significativa no desenvolvimento da profissão docente, pois as mudanças e condições determinadas interferiram na valorização, enquanto solução para essa situação ganha destaque as mobilizações dos (as) professores (as) organizadas por meio de associações que buscam melhorias para a área reivindicando a implementadas de políticas públicas educacionais (VIANA, 2018). Dessa forma, surgem políticas voltadas para carreira, formação e remuneração como os PCCR, PSPN, PNE, PARFOR, as políticas de fundo, FUNDEF e FUNDEB, dentre outras.

O PNE como profere Franco (2016) trata de questões preponderantes sobre o trabalho docente ao falar da remuneração, formação, atrativos e condições de trabalho, no entanto, por mais que tenha ganhos, como o pagamento do piso salarial que é uma

grande conquista para a profissão, ao considerar a realidade presente nas escolas e a ofertada para desempenhar o trabalho docente o que já foi conquistado através das políticas ainda não é satisfatório e não proporciona dignidade ao trabalho. Como destaca França (2011, p. 3), o piso salarial de âmbito nacional é “o vencimento inicial mínimo de qualquer uma das carreiras do magistério da educação básica – atividades de docência ou suporte pedagógico. Os valores podem e devem ser mais elevados nas unidades federativas que tiverem condições de remunerar melhor a categoria”.

Nesse seguimento, França (2011) destaca que o FUNDEF e o FUNDEB, tornam para a educação básica a diretriz basilar quando propõem implementar no magistério público diretrizes técnicas e ações legais voltadas para a valorização, especialmente na remuneração, em face dos PCCR e do PSPN. “O Fundeb se caracteriza como um Fundo de natureza contábil, sendo, pois, uma das maiores fontes de recursos para financiar a educação básica e a valorização de todos os profissionais da educação básica” (FRANÇA, 2011, p. 1).

Um dos seus objetivos é a universalização da educação, mas, para Luhm (2018), diante dos números que temos e a realidade da estrutura social, é evidente que apenas a política de fundo, em vigência o FUNDEB, não será suficiente e nem satisfatória para garantir essa universalização proporcionando vagas às crianças que ainda não possuem acesso a escola, assim como, garantir com qualidade a permanência das que já estão na escola até concluírem a educação básica, já que a qualidade e a valorização da educação são questões presentes e discutidas em legislações educacionais como o FUNDEB. Além disso, “tanto a Lei do Fundef quanto a Lei do Fundeb incentivam a formação dos professores. O Fundef reservava aporte financeiro para a formação inicial; o Fundeb para a formação continuada” (VIANA, 2018, p. 172).

A formação docente já é uma preocupação desde o Manifesto dos Pioneiros em 1932 ao reivindicarem medidas que reestruturassem a formação dos (as) professores (as), “lembravam

que os professores careciam de melhores salários e de uma formação em nível superior. Não bastava somente a formação secundária, “geral”, mas um espírito pedagógico que se solidificaria na universidade” (GUIMARÃES NETO, 2018, p. 29).

Entre as medidas para a formação após a década de 1990 está o PARFOR, tal plano de formação se caracteriza como mais um programa emergencial do MEC, o intuito é fornecer cursos presenciais e a distância para a formação inicial e continuada a professores (as) em serviço de escolas públicas que não tem a formação determinada pelos dispositivos legais controladores da formação docente, o plano é regulado pela CAPES junto as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e as Secretarias de Educação estaduais e municipais (SOUZA, 2016). Como profere Guimarães Neto (2018), a formação perpassa por dois momentos, a inicial e a continuada.

Pode-se ponderar dois momentos imprescindíveis na formação do professor que são: a formação inicial e a formação continuada, os quais não podem ser pensados de forma distinta, uma vez que um articula-se ao outro. A formação inicial é a etapa preparatória do futuro profissional para o exercício da docência, mas por si só não é suficiente para a preparação desse profissional no sentido de assumir todas as exigências e demandas da profissão. É necessário, portanto, uma continuidade desse processo formativo, o qual denomina-se formação continuada e esta, por sua vez, deve articular-se ao desenvolvimento profissional mais amplo e a valorização profissional em planos de cargos e salários (GUIMARÃES NETO, 2018, p. 48).

A pesquisa de Souza (2016) mostra que os programas de formação para professores (as) leigos (as) a exemplo do FUNDEF e PARFOR não conseguiram formá-los, no ano que o PARFOR foi implementado, em 2009, a quantidade de professores (as) sem a formação superior era de aproximadamente 600 mil, se somasse os bacharéis que atuava na educação básica de forma inadequada somava 725 mil. Para o primeiro triênio (2009-2011), a meta do

PARFOR era formar inicialmente 330 mil professores (as), no entanto, até 2014, apenas 12 mil tinham concluído, o que representa um número inferior a 4% da proposta inicial.

Em relação aos planos de carreira, a autora destaca que devem garantir o direito a licença remunerada para realizar a formação continuada, ter incentivos para progredir na carreira, tempo para os estudos, incluir na carga horária de trabalho o planejamento e a avaliação, além de determinar condições de trabalho que sejam adequadas, com probabilidade de dedicar exclusivamente a apenas uma instituição de ensino (SOUZA, 2016).

Uma vez que, as condições de trabalho é um fator determinante para a formação continuada, afinal, como destaca Barbosa (2012), a jornada de trabalho intensa adotada pelos (as) professores (as) com o objetivo de compensar a pouca remuneração conduz ao investimento insuficiente para o aperfeiçoamento profissional, algo que é essencial nas profissões, sobretudo, a docente. “Os professores não têm tempo nem dinheiro para investir na realização de cursos extras ou mesmo na continuidade dos estudos” (BARBOSA, 2012, p. 14).

Nessa perspectiva, a pesquisa de Souza (2017) mostra que professores (as) em serviço no Pará, que buscam a formação no PARFOR relatam o descompromisso dos entes federados, em especial o estado ao não proporcionar condições de permanência e conclusão da formação, pois, não recebiam ajuda de custo e nem liberação da carga horária para dedicar os estudos, fatos que provocaram danos que vão desde a perda salarial a perseguições. No município de Bela Vista, em Goiás, o processo da formação inicial e continuada foi estimulada pela perspectiva de progressão na carreira (GUIMARÃES NETO, 2018).

Assim, através da adesão do município em conjunto com o MEC intermediado pela Secretaria de Educação a Distância – SEED e pelo Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA ao Programa de Formação de Professores em Exercício – PROFORMAÇÃO que teve início em 2000, oportunizou a formação mínima em 2002 para 10 professores (as) leigos (as) dos

(as) 11, deixando-os (as) habilitados (as) para atuarem nas séries iniciais da educação básica com formação em nível médio. Após a conclusão do PROFORMAÇÃO, a secretaria de educação do município, por meio da coordenação pedagógica estabeleceu convênio entre a prefeitura e a Universidade Estadual de Goiás. O convênio permitiu a 52 professores (as) o acesso à formação em nível superior para o curso de licenciatura plena parcelada em pedagogia, gerando progressão na carreira, por conseguinte, a valorização (GUIMARÃES NETO, 2018).

A formação continuada é também uma maneira de obter progressão na carreira e melhorias salariais de acordo o PCCR do ente federado para a profissão docente, caso tenha e siga as determinações. Na rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, os (as) professores (as) lidam com consequências referentes ao crescimento na remuneração, principalmente quando se trata de pós-graduação, formação continuada, uma vez que, as gratificações por direito não são concedidas imediatamente, demoram anos para serem consideradas (FRANÇA, 2011). A questão salarial é um quesito de ampla discussão no meio acadêmico, tornando a categoria mais pesquisada em relação à valorização docente, além de ser pauta constante nas reivindicações por melhorias na profissão.

A remuneração docente ao ser comparada com outras profissões com o mesmo nível de formação costuma ficar aquém, nesse sentido, Franco (2016) assinala que o PNE trata dessa questão trazendo uma ideia de equilíbrio entre o salário pago aos profissionais da educação com os daqueles que possuem o mesmo nível de escolaridade, mas, existe uma lacuna não solucionada pelo plano, visto que, é visível a heterogeneidade existente na remuneração dos distintos profissionais, assim como as formas de contratação. Segundo Jacomini, Alves e Camargo (2015), quando a média de salários entre profissionais de nível superior é confrontada, os (as) professores (as) ganham salários menores em relação aos profissionais que atuam no setor privado, essa diferença é ainda maior quando comparada com outros

servidores públicos. Barbosa (2012) e Viana (2018) também destacam a inferioridade existente no poder aquisitivo dos (as) professores (as) comparado aos demais profissionais.

Diante disso, muitos professores buscam compensar os baixos salários procurando melhores rendimentos, portanto, submetem-se a intensas jornadas de trabalho ao assumir mais aulas, mais de uma escola e mais de um período por dia (BARBOSA, 2012). Ao analisar a remuneração e a carreira dos (as) professores (as) do município de Castanhal-PA por meio dos PCCR (PCCS/1999 e PCCR/2012), Viana (2018) destaca que, desde a vigência do primeiro plano de carreira, a prefeitura já pagava um vencimento proporcional ao PSPN, após a implementação do PCCR/2012, o vencimento apresenta valores superiores ao determinado pelo PSPN, visto que, o mesmo prevê piso salarial para docentes com ensino médio, mas a formação inicial dos professores (as) é de nível superior, com isso, a legislação do município torna-se ajustada com o FUNDEB e o PSPN, legislações nacionais. Em contrapartida, França (2011) salienta que na rede municipal de Natal-RN o salário proposto pelo PSPN não teve impacto.

Os dados da pesquisa de Luhm (2018) também apontam dados coerentes com as legislações nacionais referentes ao município de Céu Azul-PR. Em relação ao FUNDEB, o mínimo de 60% para a remuneração dos profissionais da educação tem sido utilizado como preconiza a lei do fundo, o município também tem designado além dos 25% estipulado pela CF para a educação. Contudo, a autora destaca que apesar do município cumprir com as exigências legais, os valores não são suficientes para manter uma educação com padrão de qualidade social que possibilite a valorização em todas as dimensões dos profissionais da educação, posto que,

[...] observamos que não tem sido o suficiente para a garantia da qualidade da educação, pois, percebe-se lacunas nas questões de: estrutura física principalmente nas instituições de ensino da educação infantil, plano de carreira desatualizado, um grande percentual de pessoas analfabetas por falta de uma política efetiva

de investimento, aumento de professores contratados que substituem os professores efetivos, entre outras questões já abordadas (LUHM, 2018, p. 132-133).

Dessa forma, é possível observar que as políticas para a valorização docente ainda são insuficientes para garanti-la, mesmo seguindo o que as leis preconizam. Assim sendo, além da necessidade de seguir integralmente o que é determinado nas legislações para que seja proporcionada uma valorização, ainda que mínima, constata-se que é imprescindível à elaboração de novas políticas que consiga de fato uma valorização adequada e satisfatória.

Condições de trabalho e saúde: a precarização do trabalho docente

A precarização do trabalho docente no Brasil, segundo Gurgel (2012), é uma característica que está presente desde a origem da educação no período colonial. Dentre os atributos que torna o desenvolvimento da função docente precária, o autor destaca a intensificação do trabalho com sobrecarga de afazeres, falta de tempo para as atividades pessoais, prestação de contas do ensino e aprendizagem, o arrocho salarial, os PCCR inadequados ou inexistentes e o crescimento nos contratos temporários que em alguns estados chegam a corresponder ao número de efetivos.

Sobre essa intensificação, Gurgel (2012) ainda destaca que a mesma ocorre por atribuir novas tarefas ao trabalho docente que o transforma e sujeita em intensidades maiores as novas regras do procedimento de produção baseada na eficácia e qualidade enquanto produto das inovações tecnológicas. Seguindo essa linha de pensamento, a mesma está relacionada com os dados abordados por Wonsik (2013) quando destaca que:

Ao se ter em conta que a centralidade sobre o trabalho dos professores decorre de um ideal de educação que interessa ao

capital, o qual deposita na escola a capacidade de solucionar as questões de ordem acadêmica, social e emocional, admite-se que essa expectativa, por um lado, obriga esses profissionais a assumirem demandas para muito além da sala de aula, por outro, induz a sociedade a responsabilizar os docentes por não alcançarem o inalcançável, desse modo, ao invés do reconhecimento e do prestígio, conforme apregoado nos documentos nacionais e internacionais se estabelece a crítica e a desconfiança sobre a competência do professor (WONSIK, 2013, p. 82).

Por meio de avaliações para medir os índices de desenvolvimento dos (as) alunos (as) e de professores (as) ocorre o fortalecimento de cobranças e responsabilidades sobre os (as) docentes quando o inalcançável não é alcançado como destaca Wonsik (2013). Reis (2011) pondera que quando são lançados artifícios para aumentar os índices, é através das avaliações que analisam as ações, no entanto, a realidade educacional é desconsiderada assim como a escola e as condições de trabalho. Diante disso, a autora pontua que nos últimos anos é perceptível a crescente intensificação no trabalho dos (as) professores (as), acarretado por maiores turmas, aumento das atividades, maior demanda no trabalho desenvolvido e ampliação nas funções.

Nessa perspectiva, Medeiros (2014) ressalta que a cobrança sobre os (as) alunos (as) e a escola com relação ao desempenho e as tarefas somadas a fatores como a “média de alunos por turma” relacionado com a distorção idade série, reprovação, abandono e taxas de rendimento são situações que torna propício a realidade da intensificação do trabalho, ao mesmo tempo, uma extensa jornada configura enquanto um complicador na qualidade de seu trabalho. Para Reis (2011), é fato que nos últimos tempos a carga de trabalho docente e a deterioração das condições de trabalho têm aumentado, ao considerar que grande parte das escolas está em condições precárias e os salários dos (as) professores (as) não acompanham a média de outros (as) trabalhadores (as).

Assim, Ribeiro (2014) enfatiza que as contradições presentes na jornada de trabalho têm consistido na associação direta a dois

fatores da valorização docente, remuneração e carreira, visto que, são elementos que se conectam e os efeitos dos mesmos atinge diretamente um ao outro. Para a autora, a inadequação na jornada de trabalho,

Tanto em quantidade quanto em qualidade, associadas a condições de trabalho deficitárias, não garantem a tranquilidade e segurança necessárias para que os profissionais exerçam a docência. A quantidade e qualidade destes tempos, nas atividades da docência, vitimam não apenas os professores, mas também os estudantes, que dependem de profissionais seguros em suas emoções e em sua formação intelectual para conduzirem os processos de aprendizagem (RIBEIRO, 2014, p. 38).

Outro fator que é pontuado por Medeiros (2014) em relação à valorização dos (as) professores (as) que está associado às condições de trabalho é a infraestrutura das escolas, para o autor, a inadequação da mesma reflete no desenvolvimento do trabalho, e para que a educação tenha qualidade social às condições apropriadas são necessárias. Em relação à precarização que o trabalho docente encontra-se inserido na rede pública, Reis (2011) assinala pontos como a carência de professores(as), escolas e demais profissionais da educação, associada ao número crescente de matrículas, além da falta de equipamentos coletivos necessários para a efetivação da prática esportiva. Ela ainda ressalta que essa realidade das condições de trabalho gera um esforço dos (as) professores (as) no ato de educar, estando presente nesta situação parte da origem de doenças física e psíquicas que acometem os (as) docentes.

Ao abordar o adoecimento docente, Reis (2011), Medeiros (2014), Wonsik (2013), Guimarães Neto (2018), Barbosa (2012) e Ribeiro (2014) realizam pequenas pontuações em suas produções. O adoecimento docente é frequentemente discutido na literatura educacional, apesar disso, ainda é negligenciada pelos gestores e desconsiderada pelas políticas públicas (GUIMARÃES NETO, 2018; BARBOSA, 2012).

O processo de adoecer é caracterizado por Reis (2011, p. 11) como “uma resposta do organismo que se encontra afetado ou debilitado, e pode ter como causa agentes internos (biológico, psicológico) e externos (falta de alimentação adequada ou de saneamento; acidentes; relações conflituosas; ambiente de trabalho etc.)”. Portanto, Ribeiro (2014) aponta as jornadas como um fator para os problemas de estresse e doenças sobrevindas dos esforços exarcebados ao considerar que o tempo de trabalho excede a força física do docente.

Análogo a essa discussão, Medeiros (2014) também considera a intensificação do trabalho docente responsável muitas vezes pelo adoecimento. A depressão é destacada por Reis (2011) como uma das doenças que acometem os (as) docentes tendo relação com o trabalho e o sofrimento, mediante o exposto, o adoecimento é visto como resultante da junção de todas as pressões e cobranças presentes na intuição de ensino. Na rede municipal de Bela Vista de Goiás, 11,8% dos (as) professores (as) relataram ter saído de licença médica em um período de 24 meses, a maioria desses (as) foi por ansiedade, nervosismo e depressão, entre os outros motivos estava luto, acompanhamento familiar e licenças-maternidade (GUIMARÃES NETO, 2018). Nesse sentido, Wonsik (2013) destaca que as atuais políticas educacionais sobrecarregam os (as) docentes, retira seus direitos e proporcionam condições que facilitam o adoecimento.

Conclusões dos autores com as pesquisas

A partir de seu estudo, Medeiros (2014) destaca a existência de limites e desafios na valorização dos (as) professores (as) do ensino médio de Santa Catarina e Minas Gerais tanto na carreira, condições de trabalho, remuneração e formação. Nas condições de trabalho foi identificada carência de infraestrutura adequada para o desenvolvimento do trabalho docente, visto que, nas escolas públicas estaduais as condições físicas são precárias e não há nenhuma política voltada para a infraestrutura física e

pedagógica. Além disso, são raras as escolas específicas para o ensino médio o que torna comum o compartilhamento de espaços com alunos (as) do ensino fundamental.

Boa parte da desvalorização docente bem como os problemas vivenciados com a jornada de trabalho é acometida pela ausência de ações conjuntas do poder público em regime de colaboração, associada à falta de investimentos, há uma complexidade na jornada de trabalho e seu desenrolar está atrelado a fatores como a remuneração, carreira e investimento educacional (RIBEIRO, 2014). Nessa perspectiva, para Souza (2017), o problema que atinge a educação brasileira é determinado por alguns fatores como a carência na concretização de políticas públicas para a valorização docente, assim como:

[...] remuneração incompatível com a dedicação ao trabalho realizado; precária condição física e estrutural para realizar o trabalho; desrespeito aos direitos trabalhistas; falta de atratividade na carreira docente do magistério da Educação Básica; aumento das horas não remuneradas de trabalho, pois o professor de alguma forma sempre leva trabalho para realizar em casa; descumprimento da lei que garante o pagamento do piso salarial aos professores; política de aumento salarial via gratificação de desempenho; formação inicial e continuada ofertada em instituições sem qualidade; realização de múltiplas e flexibilizadas funções, enfraquecendo o trabalho como atividade totalizante, entre outros motivos. Estes elementos revelam a situação precária em que se desenvolve o trabalho do docente (SOUZA, 2017, p. 171).

O trabalho docente na atualidade é classificado como uma profissão árdua como pondera Gurgel (2012), uma vez que, como ele pontua, os salários são inferiores, as exigências são extensas, as condições de trabalho são precárias e o prestígio social é baixo. Nesse sentido, a pesquisa de Souza (2017) revelou características que torna evidente a intensificação do trabalho como:

[...] falta de tempo para o lazer; falta de tempo para alimentar-se adequadamente; falta de garantia da hora pedagógica para o planejamento semanal; novas funções burocráticas e responsabilidades; extensão da jornada semanal de trabalho; perda de autonomia perante a avaliação; desvalorização do trabalho, reflexo da contratação temporária; responsabilização docente pelos resultados da avaliação em larga escala, o que demandou na perda da autonomia e do controle do processo de trabalho; deterioração salarial; superlotação das salas de aula, que também se desdobra em precarização do trabalho (SOUZA, 2017, p. 261).

Destarte, a valorização dos(as) professores(as), segundo Reis (2011), não caminhou atrelada às alterações e reestruturação por que o trabalho docente vem passando nos últimos tempos. Ao contrário, procurou responsabilizá-los pela crise experimentada enquanto resultado de um modelo de educação que exclui e é ineficiente, sem considerar os múltiplos fatores que transcorre o sistema educacional como o econômico, social e político. Nos documentos nacionais e internacionais, que abordam as políticas de valorização docente, há uma indissociabilidade entre tais políticas e a precarização do trabalho docente conduzidas nos anos de 1990 (WONSIK, 2013).

Assim, a autora destaca que o caráter de contradição fica apenas no campo da aparência, na verdade, a precarização e a valorização não são opostas, as mesmas estão vinculadas por apregoar relações capitalistas. No decorrer da história, as leis, assim como as condições dadas aos (as) professores (as), “não são naturais nem eternas, mas são produzidas pelo movimento contraditório da sociedade, e dependem tanto das condições históricas que as produziram quanto daquelas a serem forjadas a partir dos múltiplos projetos em disputa na totalidade social” (WONSIK, 2013, p. 151).

Algumas contradições são visualizadas e destacadas por Luhm (2018) como na alfabetização, nos escores de avaliações e na evasão escolar, pois, por mais que tentem erradicar o analfabetismo ainda há um número grande de analfabetos, por

mais que invistam em políticas de avaliação os resultados permanecem ruins, por mais que procurem acabar com a evasão escolar ainda há um número significativo de alunos (as) deixando a escola, logo, mesmo com reformas realizadas na educação existem lacunas que permanecem irreparáveis. Portanto, para Wonsik (2013), as políticas de valorização docente,

Aparentemente parece haver, assim, uma contradição no âmbito dessas políticas. Entretanto, partindo do entendimento de que elas, erigidas sob a perspectiva do capital, trazem as novas imposições sobre o trabalho dos professores e disseminam ser suficiente o professor, adequando-se às prescrições da reforma educacional, mobilizar as suas capacidades individuais para atingir a educação de qualidade, podemos dizer que, em relação à precarização, as políticas de valorização não estão em oposição, ao contrário, elas possuem identidade (WONSIK, 2013, p. 84).

Diante disso, condizente com a percepção de Franco (2016) é possível dizer que na formulação das políticas públicas, programas e projetos de governo tanto em nível nacional quanto internacional, ou nas unidades da federação assim como nos municípios, ao falar do Brasil, existe a influência da ideologia neoliberal. Nesse sentido, para que ocorra a valorização dos profissionais da educação no âmbito político e social a partir da política de financiamento só será possível com a superação da conjuntura social e da hegemonia social, econômica, política e cultural. No entanto, ele não é suficiente na garantia da valorização dos (as) docentes e na qualidade da educação, mas é um dos meios para obter o resultado desejado (LUHM, 2018).

Dentre as categorias da valorização, Guimarães Neto (2018) estuda a formação e, afirma que, para a melhoria da educação, a formação por si só nunca será possível, é necessária uma formação de professores (as) que agregue múltiplas dimensões como a intelectual, física, afetiva e moral. Afinal, ao considerar o princípio da conscientização e democratização não se faz com um único objetivo, ou seja, apenas formar, uma proposta pedagógica

voltada para a formação remete também garantir uma real valorização docente que perpassa pela estrutura da própria rede, a prática pedagógica e os componentes do currículo.

Dados satisfatórios sobre a valorização foram encontrados no estudo de Viana (2018), pois os planos de carreira enquanto um instrumento de valorização dos profissionais da educação do município de Castanhal-PA atendia o que era recomendado pelas legislações educacionais brasileira, em especial a lei do PSPN e a política de fundos. Nas três últimas décadas, ao realizar uma análise no procedimento da valorização docente, torna-se visível o progresso nos ordenamentos legais com relevantes fundamentos constitucionais. No entanto, são também constatadas desigualdades e fragmentações no financiamento das políticas públicas educacionais (BRITO, 2015).

Nessa perspectiva, Guimarães Neto (2018) destaca a ausência de uma política de Estado que preze pela valorização e destinação de recursos que consiga garantir o direito a educação pública como um determinante para a instabilidade no trabalho, precarização do ensino público e ao clientelismo político que inviabiliza a possibilidade dos trabalhadores em educação enxergarem melhores condições para o ensino público. As políticas de valorização docente no Brasil caminham de maneira lenta no transcorrer da história recebendo interferências culturais, sociais, econômicas e políticas condizentes com o contexto histórico (RIBEIRO, 2014).

Para Gurgel (2012, p. 170), “o descrédito da profissão nos indica que, se não houver a luta e o engajamento da categoria à causa da dignidade profissional, a valorização do magistério persistirá sem grandes perspectivas de consolidação e que a precarização do trabalho docente continuará”. Na compreensão de Araújo (2017), enquanto a valorização de professores (as) e a de outros (as) profissionais da educação consistir em um desafio a ser superado, é primordial considerar o conjunto das dimensões de forma articulada. Portanto, as políticas de valorização docente que restringem a uma ou outra dimensão estão submetidas ao fracasso.

Considerações finais

As reformas educacionais provocaram interferências e mudanças em fatores como as condições de trabalho e saúde, carreira, formação e remuneração que são categorias da valorização docente determinadas pela CONAE/2018. O que é possível observar nesses aspectos é a crescente precarização do trabalho desses (as) profissionais, o que se prega por meio de leis, na prática, não há uma efetivação por completo.

No Brasil os problemas com a valorização dos (as) professores (as) perduram ao longo da história, e isso mostra o pouco investimento dos governantes para com a educação. Diante dessa realidade há professores (as) que não conseguem ser “apenas” professor (a), é necessário desenvolver outras atividades além da docência buscando melhorias nas condições financeiras para suprir as necessidades básicas de subsistência.

Essas questões são visíveis na falta de execução na integra de legislações, com o PSPN, o PNE, a LDB, as Diretrizes para a formação e as Diretrizes para os planos de carreira e remuneração que tratam sobre a valorização docente, já que nem sempre o que é determinado é efetivado. Destarte, se o salário proporcionado não é satisfatório, surge à necessidade de submeterem-se a jornadas longas de trabalho em duas, três ou mais escolas para obter uma maior renda financeira. Além disso, se a contratação de profissionais prevalece, não ocorre à garantia de direitos como para os (as) profissionais efetivados (as).

Ao falar de formação, seja inicial ou continuada, para muitos(as) professores(as) não se trata de possibilidades, uma vez que, não tem o apoio da instituição ou do ente federado para o qual atua, seja por meio de licença, facilitação na conciliação entre trabalho e estudo ou ofertas de bolsas e programas. Em relação à carreira docente, quando se tem um PCCR há a possibilidade de avanço na carreira, entretanto, desde que cumpra as determinações, contudo, é comum a prevalência do não

cumprimento das deliberações, em algumas situações resultante do descaso com os (as) docentes, em outras, por falta de recursos.

Já as condições de trabalho e saúde, tornam-se precárias quando não há infraestrutura e materiais necessários para realização das aulas com qualidade, tal como, a quantidade elevada de alunos (as) por turma, baixos salários e longas jornadas de trabalho. A precarização nas condições de trabalho que normalmente são ofertadas aos (as) professores (as), além de interferir na qualidade do trabalho e da educação pode acarretar o adoecimento como o estresse, esgotamento físico e mental, prejuízos às cordas vocais, dentre outros acometimentos.

Assim, a falta de valorização e reconhecimento da profissão docente está diretamente atrelada às interferências do modo de produção capitalista na educação pública brasileira. Apesar de lutas e reivindicações por melhorias o que ainda se ouve e constata através de pesquisas é o descaso para com a educação pública, já houve grandes conquistas, porém, é necessário que ocorra a elaboração e implementação de novas políticas que atenda as demandas relatadas pelos docentes, e, sobretudo que se cumpra na totalidade o que já foi conquistado.

Referências

- ALVES, C. A. de S. **A política de remuneração dos professores da rede estadual de educação básica do Pará**. 2017. 240f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciência da Educação. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2017.
- ARAÚJO, F. K. R. de. **Desafios da valorização dos professores da educação básica da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009-2015)**. 2016. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2017.

BARBOSA, A. As implicações dos baixos salários para o trabalho docente no Brasil. **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – IX ANPED**, 2012.

FRANCO, K. J. S. M. **A valorização profissional docente da educação básica em Goiás (1990-2015)**. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí-GO, 2016.

GUIMARÃES NETO, A. G. **Entre o formulado nos planos e a visão dos docentes: formação, profissão e valorização docente na rede pública municipal de educação em Bela Vista de Goiás**. 2018. 161f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2018.

GURGEL, R. F. **Trabalho docente: políticas de financiamento da carreira e da remuneração dos professores da educação básica de sistemas públicos de ensino**. 2012. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2012.

LUHM, D. C. **Política de valorização dos profissionais da educação: dimensões do financiamento da educação básica no município de Céu Azul no Paraná (2009 -2016)**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel-PR, 2018.

MEDEIROS, G. **A valorização do professor do ensino médio em Santa Catarina e Minas Gerais: limites e possibilidades**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2014.

REIS, M. I. A do. A Intensificação e Condições de Trabalho nas Escolas e sua Interface com a Saúde/e ou Adoecimento dos Professores. **XXV Simpósio Nacional da Anpae**. 2011.

RIBEIRO, J. M. C. **A jornada de trabalho dos professores da escola pública em contexto de políticas de valorização docente e qualidade da educação**. 2014. 264 f. Tese (Doutorado em

Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2014.

SOUZA, M. B. de. **A política de valorização docente na rede pública de ensino do estado do Pará (2007-2016): o caso PARFOR.** 2017. 291f. Tese (Tese de Doutorado) - Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2017.

VIANA, A. C. L. **A carreira e a remuneração dos professores da rede pública municipal de ensino de Castanhal-PA.** 218. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2018.

WONSIK, E. C. **A valorização e a precarização do trabalho docente: um estudo de políticas públicas a partir de 1990.** 2013. 181 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2013.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Berta Leni Costa Cardoso

Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professora Titular na Universidade do Estado da Bahia. Membro do Grupo de Estudos e pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente e líder da Linha de Estudos, Pesquisa e Extensão em Atividade Física.

Cláudia Cristiane Andrade Barros

Mestre em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciada em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática pela (UESB). Professora Secretaria de Educação do Estado da Bahia no município de Vitória da Conquista. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq).

Claudiane Sales dos Santos Lima

Graduada em Psicologia pelo Centro Universidade UniFTC.

Claudio Bispo de Almeida

Profissional de Educação Física. Doutor em Ciências da Saúde. Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS).

Claudio Pinto Nunes

Professor Titular Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio

Grande do Norte (UFRN). Líder do Grupo de Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Claudivan Coelho Santos

Graduando em História no Centro Universitário Jorge Amado, aluno de Iniciação Científica trabalhando com a temática "Fake News, discurso do ódio e os desafios do constitucionalismo democrático na contemporaneidade"

Cristiane Lima Magalhães dos Santos

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia (1996-2002). Pós Graduação (lato sensu) em Gestão e Auditoria Ambiental (2008). Professora da Educação Básica efetiva da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Possui experiência em Docência e Gestão da Educação Básica. Membro do Grupo de Pesquisa Didática e Formação e Trabalho Docente.

Deise Máira Silveira Moreira

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Campus Vitória da Conquista - Ba). Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XII Guanambi - Ba). Atuou no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 2016-2017. Foi pesquisadora voluntária de Iniciação Científica (IC) 2016-2017. É membro do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (AGENTE), do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Atividades Aquáticas e da Linha de Estudo, Pesquisa e Extensão em Atividade Física (LEPEAF).

Deise Souza Barbosa

Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Deyvis Nascimento Rodrigues

Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É Especialista em Fisiologia Aplicada a Saúde e a Performance pela Faculdades Unidas do Norte de Minas. Docente do Colégio Estadual do Campo Pedro Atanásio Garcia.

Franciny D'Esquivel Dutra Brizola

Mestranda em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduada em Direito pela Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS). Graduada em MBA em Gestão Pública pela UCAMPROMINAS. Pós-Graduada em Gestão Universitária pela UESB. Analista Universitário da UESB.

Germínio José da Silva Júnior

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), especialista em Gestão de Pessoas e Administração Mercadológica pela UNIASSELVI, Bacharel em Administração pela UESB, Licenciado em Letras Modernas: Português/Inglês pela Faculdade Tecnologia e Ciência, Membro do Grupo de Estudos em Linguagem, Formação de Professores e Práticas Educativas (Gelforpe/CNPq), pesquisador participante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Heldina Pereira Pinto Fagundes

Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Héricky Barros Rocha Camargo

Graduando em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Jaqueline Barreto Santos d'Esquivel

Pós-Graduada em Gestão Universitária pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-Graduada em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pela Universidade Cândido Mendes (UCAMPROMINAS). Pós-Graduada em Estratégica Empresarial pela União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME). Técnica Universitária da UESB. Gerente de Recursos Humanos da UESB.

Kalianne Márcia Belém dos Santos

Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Keyla Iane Donato Brito Costa

Doutora em Ciências Biomédicas pelo Instituto Universitário Italiano, UNIR, Argentina. Fisioterapeuta, Especialista em Gestão em Meio Ambiente e Saúde Pública com ênfase em Biossegurança. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior. Pós-graduada em Gestão e Planejamento Educacional. Docente na FIP-GBI da disciplina Sistemas Biológicos Integrados; Docente do Centro Universitário UNIFG.

Maria de Lourdes Silva

Profissional de Educação Física. Bacharel em Psicologia. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia (UESB).

Mateus Carmo Santos

Doutor em Ciências da Saúde (UESB), Mestre em Ciências do Movimento Humano pelo CEDIF/UEDESC, Especialista em Exercício Físico Aplicado à Reabilitação Cardíaca e a Grupos Especiais pela Universidade Gama Filho, Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Bacharel em Educação Física pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Antropometrista Nível 3 - Instrutor

(International Society for the Advancement of Kinanthropometry ISAK. Atua como pesquisador, no Grupo de Estudos e Pesquisa em Cineantropometria (GEPECIN-UDESC) e no Núcleo de Estudos em Epidemiologia do Envelhecimento (NEPE-UESB). Atualmente, é professor do Centro Universitário Faculdade de Guanambi (UNIFG-Änima) e professor substituto na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Miriam Cardoso São José

Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Jorge Amado (2019), foi aluna Especial do Mestrado em Educação (PPGED) na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em 2020 e 2021, Pós-Graduada (latu sensu) em Microbiologia Avançada (UNIAMÉRICA), Pós-Graduada (latu sensu) em Educação a Distância e Inovação (UNIFACS), Mestranda em Ensino e Aprendizagem com ênfase em Ciências Exatas, Experimentais e Naturais na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Atividade Física & Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do Grupo de Pesquisa Didática e Formação e Trabalho Docente.

Raíra Alâna Silva Almeida

Licencianda em Educação Física na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Bolsista de Iniciação Científica do PICIN/UNEB.

Welton Cardoso Júnior

Advogado e Médico. Pós-graduado em Neurologia pela Santa Casa de Belo Horizonte-MG e em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná. Mestrando em Educação pela Universidade Estadual da Bahia- UESB- PPGEd. Diretor Clínico do Instituto de Neurologia e Radiodiagnóstico de Guanambi - Bahia.

Zildete Soares Aranha Azevedo

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-graduação em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade de Tecnologia e Ciências do Alto Paranaíba (FATAP). Pós-Graduação em Psicopedagogia pela Universidade do Estado da Bahia Campus XII. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia CAMPUS XII. Professora concursada da Prefeitura Municipal de Pindaí, com experiência em Educação Infantil, Ensino fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos, Coordenação Pedagógica. Atualmente atua como coordenadora pedagógica no Centro de Educação Especializada de Pindaí (CEEP).

O livro *“Indicadores de saúde e qualidade de vida: contextos escolares e universitários”* tem o objetivo de apresentar à comunidade acadêmica, científica e social algumas das reflexões que tem sido realizadas no âmbito das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq) em parceria com pesquisadores de outros grupos, a exemplo do Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (AGENTE/CNPq), do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Atividades Aquáticas e da Linha de Estudo, Pesquisa e Extensão em Atividade Física (LEPEAF/CNPq), entre outros. Há, desse modo, um esforço em registrar estudos que caminham da direção de acompanhar o percurso das análises desenvolvidas por pesquisadores em diferentes níveis de seu percurso formativo e de experiência com a investigação científica. A obra é composta por nove capítulos fruto de pesquisas pelos pesquisadores do, estudantes e docentes da pós-graduação, professores da educação básica e demais interessados em estudar sobre o tema em tema, aqui apresentado sob os diferentes olhares e perspectivas.

